

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – CONCURSO PÚBLICO**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 37ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – 33ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 3 – ORDEM DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
- 4 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

 **CONCURSO PÚBLICO****RESULTADO DE RECURSO CONTRA A CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO**

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa, a que se referem os Editais nºs 1/2007 e 1/2019, comunica, nos termos do item 9.8 do Edital nº 1/2019, a decisão relativa a recurso contra a classificação do concurso para a especialidade Consultor Legislativo, área VII – Desenvolvimento Social e Defesa Social.

Inscrição	Candidato	Cargo/Especialidade	Recurso	Descrição Recurso	Resultado
SEM OCORRÊNCIAS					

CLASSIFICAÇÃO FINAL

A Comissão de Supervisão e Coordenação do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa, a que se referem os Editais nºs 1/2007 e 1/2019, comunica o resultado final do concurso para o cargo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo (Área VII – Desenvolvimento Social e Defesa Social).

Inscrição	Nome	Classificação Geral	Total Prova 1ª Etapa	Total Prova 2ª Etapa	Total Prova 3ª Etapa	Total Final
2822894	Flávio de Araújo Cançado	1	52,00	53,00	80,00	185,00
2855167	Helen Cristina Alkmim Tavares	2	39,00	47,00	80,50	166,50
2854949	Andrea Fátima Santos e Campos	3	42,00	40,00	82,00	164,00
2854649	Gabriela Campos Fonseca	4	41,00	36,00	79,50	156,50
2854584	Kelly Vital Silva Ferreira	5	43,00	36,00	77,50	156,50

Pessoa com Deficiência – PCD

Inscrição	Nome	Classificação PCD	Total Prova 1ª Etapa	Total Prova 2ª Etapa	Total Prova 3ª Etapa	Total Final
2855167	Helen Cristina Alkmim Tavares	1	39,00	47,00	80,50	166,50



ATAS

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/9/2020**Presidência do Deputado Carlos Henrique**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Orientações Gerais para a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 2.160 a 2.163/2020; Requerimentos n°s 6.150, 6.163, 6.244, 6.245 e 6.249/2020; Requerimentos Ordinários n°s 892 a 895/2020 – Proposições Não Recebidas: Requerimento n° 6.149/2020 – Comunicações: Comunicações do deputado Sávio Souza Cruz (2) – Oradores Inscritos: Discursos da deputada Celise Laviola, do deputado Sargento Rodrigues, da deputada Laura Serrano e dos deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago e Virgílio Guimarães – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 892 a 895/2020; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Gustavo Santana, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Ailton Costa Faria, prefeito municipal de Pimenta, manifestando apoio à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição n° 52/2020, que prevê o tombamento dos Lagos de Furnas e de Peixoto como patrimônio natural. (– Anexe-se à referida proposta.)

Do Sr. André Luiz Soares, vereador da Câmara Municipal de Sabará, solicitando seja dado aos policiais civis o mesmo tratamento dispensado aos policiais e bombeiros militares na reforma da previdência. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar nºs 46 e 48/2020.)

Do Sr. Anselmo Luis Maia Caires, presidente da Câmara Municipal de Pirapora, encaminhando moção de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020.)

Da Sra. Carla Prado Silva, presidente do Conselho Regional de Enfermagem, encaminhando ofício de agradecimento aos parlamentares pelo apoio na aprovação dos Projetos de Lei nºs 4.260/2017 e 1.748 e 1.951/2020. (– Anexe-se aos referidos projetos.)

Do Sr. José Paulo Bretas Cabral, prefeito municipal de Tumiritinga, manifestando apoio ao pleito dos servidores do Estado de suspensão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020, do governador do Estado, e solicitando, quanto ao mérito da proposta, seja dado aos policiais civis o mesmo tratamento dispensado aos policiais e bombeiros militares. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020.)

Do Sr. José Rafael Costa, presidente da Câmara Municipal de Curvelo, e outros, encaminhando cópia de correspondência de entidades sindicais e associativas das carreiras das Polícias Civil e Penal, dos agentes de segurança socioeducativos e agentes administrativos em que apresentam reivindicações relativas à reforma da previdência. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar nºs 46 e 48/2020.)

Do Sr. Marco Antônio Salum, presidente da Associação dos Médicos do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – AME Ipsemg –, solicitando a consideração dos argumentos da entidade contra a proposta de divisão do Ipsemg. (– À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Mateus Biondi, procurador do Ministério Público do Trabalho, e outros, manifestando preocupação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT – em relação a violações de direitos humanos identificadas em visita ao Hospital e Centro de Especialidades Gedor Silveira, em São Sebastião do Paraíso, e recomendando o fechamento do Hospital Galba Velloso, em Belo Horizonte, e o acompanhamento pela sociedade civil do processo de fechamento dos demais hospitais psiquiátricos do Estado. (– Às Comissões de Saúde e da Pessoa com Deficiência.)

Do Sr. Mauro Ivan de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Poços de Caldas, solicitando sejam avaliadas as demandas das entidades sindicais e associativas das carreiras da Polícia Civil encaminhadas em moção de apelo aprovada por essa casa legislativa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Gilson Soares Lemes, superintendente administrativo adjunto do Tribunal de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.796/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gilson Soares Lemes, superintendente administrativo adjunto do Tribunal de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 998/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Travassos, chefe da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares do Ministério da Economia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.111/2020, do deputado Celinho Sintrocél. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, secretário de Estado adjunto de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.053/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Veridiane Muzzi, diretora do Núcleo de Apoio à Coordenação do Juizado Especial Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.629/2020, do deputado Cleitinho Azevedo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.111/2020, do deputado Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Rosa Maria da Silva Reis, secretária de Estado adjunta de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.015/2020, do deputado Zé Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Rosa Maria da Silva Reis, secretária de Estado adjunta de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.101/2020, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.116/2020, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.896/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Thiago Coelho Toscano, diretor-presidente da Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.821/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Orientações Gerais para a Reunião

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, c/c o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver *online* no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.160/2020

Dispõe sobre a utilização de cartões de débito e crédito como meio de pagamento nos Cartórios Extrajudiciais do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os Cartórios Extrajudiciais do Estado aceitarão cartões de débito e crédito como meio de pagamento dos seus serviços.

§ 1º – Os valores efetivamente cobrados pela empresa credenciadora do cartão poderão ser repassados ao usuário que optar por esse meio de pagamento, em consonância com a Lei Federal nº 13.455, de 26 de junho de 2017, sendo adicionados aos valores dos emolumentos e tributos incidentes sobre os serviços.

§ 2º – Os Cartórios Extrajudiciais informarão aos usuários os valores cobrados pela empresa credenciadora do cartão antes da contratação dos serviços e, ao final, discriminarão a importância correspondente no recibo da prestação dos serviços.

Art. 2º – A fiscalização do previsto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de agosto de 2020.

Bartô, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (Novo).

Justificação: O projeto de lei visa garantir que os Cartórios Extrajudiciais recebam pagamento de seus serviços por meio de cartão de débito ou de crédito, visando facilitar a vida do cidadão e proporcionar maior segurança nas transações.

Não se pode ignorar que ao longo dos últimos anos as formas de pagamento sofreram grandes alterações e os meios de pagamento eletrônicos tornaram-se uma realidade da sociedade contemporânea.

Importante ressaltar que existe o Provimento nº 98, de 27 de abril de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, que autoriza aos Cartórios o recebimento por meios eletrônicos durante a situação excepcional causada pela Covid-19. Sendo assim, esse projeto visa garantir permanentemente um direito já concedido de forma excepcional. Lei no mesmo sentido foi publicada no dia 26 de maio de 2020 no estado do Paraná (Lei nº 20.224/20).

A disponibilidade desse serviço não acarretará nenhum ônus ao Estado ou aos cartórios, cabendo ao usuário que optar pela sua utilização arcar com eventuais custos da operação. O repasse desses custos ao usuário é autorizado desde 2017 pela Lei Federal nº 13.455/17. Caso o usuário não queira arcar com esses custos, basta optar pelos meios tradicionais de pagamento que já são permitidos.

Sendo assim, o que queremos é oferecer uma opção legítima ao cidadão para que possa planejar seus gastos com opções flexíveis de pagamento e nos adequar a atual modernidade, posto que o pagamento por meios eletrônicos vêm se mostrando seguro e eficiente em atender as demandas da população.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Carlos Henrique. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 5.004/2018, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.161/2020

Dá nova redação ao § 3º do art. 4º da Lei nº 23.631 de 2/4/2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acrescente-se ao § 3º do art. 4º da Lei nº 23.631 de 2/4/2020 o seguinte inciso I:

“Art. 4º – (...).

§ 3º – (...)

I – As servidoras públicas gestantes terão prioridade na adoção do trabalho remoto de acordo com o disposto no inciso IV, §3º do *caput* deste artigo.

(...).”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de setembro de 2020.

Doutor Paulo (Patri)

Justificação: Com vistas a dar maior proteção às servidoras gestantes durante o período da pandemia de Covid-19 propomos este projeto de lei para que tenham prioridade na adoção do trabalho remoto dentro da pertinência e discricionariedade da Administração Pública.

Pela importância da matéria aludida acreditamos na aprovação deste projeto por nossos ilustres pares.

– Publicado, vai o projeto ao Colégio de Líderes para análise de caráter de urgência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

PROJETO DE LEI Nº 2.162/2020

Declara de utilidade pública a Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos – Assusbac –, com sede no Município de Januária.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos – Assusbac –, com sede no Município de Januária.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de setembro de 2020.

Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: A Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos – Assusbac –, é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos que nasceu no ano de 2003 no âmbito da execução do Programa de Recuperação e Preservação da Sub-Bacia do Rio dos Cochos, com o princípio de organizar os agricultores e as comunidades para revitalização da sub-bacia junto com o programa mencionado e continuar as suas ações após a finalização do programa. A Assusbac reúne aproximadamente 30 famílias de agricultores de seis comunidades rurais localizadas no leito do Rio dos Cochos.

Todas as ações executadas pela referida entidade têm como objetivo a valorização do meio ambiente, da agricultura familiar e da região, o desenvolvimento sustentável, a agroecologia e o extrativismo, por meio da formação e conscientização das famílias, das parcerias com a Cooperação Internacional, Organizações não Governamental, Órgãos Públicos, Entidades de Pesquisa e Ensino, entre outras; desde da mobilização popular e fortalecimento dos movimentos sociais, da valorização do trabalho da mulher, da busca ao acesso as políticas públicas de direito e da geração de trabalho e renda por meio de atividades como o extrativismo de frutos do cerrado, apicultura, cultivo de hortaliças, culturas adaptadas a região sustentadas na agroecologia, entre outras, visando a

erradicando da pobreza, o êxodo rural e o descontentamento do homem do campo, além de fortalecer os laços de união entre as comunidades e região.

Nessa região a fonte de renda das famílias vêm da agricultura e de políticas públicas como aposentadoria e bolsa família. Devido a região está inserida no semiárido, as chuvas são concentradas em poucos meses, o que impossibilita ou inviabiliza o cultivo de certas espécies vegetais e animais na região. Dessa forma as dificuldades são grandes, e o aumento do êxodo rural cada vez mais constante.

A vida das comunidades da Sub-Bacia do Rio dos Cochos girava em torno desse rio, era o rio que sustentava a produção das famílias. Há cerca de uns 40 anos começou-se nessa região a prática do carvoejamento impulsionada pela chegada na região de uma empresa compradora do carvão, essa prática devastou grande parte da mata ciliar que protegia o rio e extensas áreas do cerrado, além disso instalou-se na região empresas reflorestadoras de eucalipto, o que fez o rio dos Cochos perder suas forças e conseqüentemente a produção das famílias diminuir. Assim o cultivo frequente de feijão, algodão, mamona, cana, arroz, mandioca, milho e outros foi desaparecendo junto com o rio. Com a escassez do rio as famílias começaram a buscar estratégias produtivas como a criação de gado.

Em 2001 iniciou na região o Projeto de Recuperação e Preservação do Rio do Cochos, fruto da busca pelas comunidades de melhoria da situação do rio, executado pela Caritas Diocesana de Januária e financiado pela Misereor (entidade da Igreja Católica na Alemanha que trabalha na cooperação para o desenvolvimento, comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina), sendo encerrado o apoio em 2013. Com as ações do projeto o Rio dos Cochos voltou a correr, mas com as seguidas secas na região a situação atual do rio continua precária. Com a situação agravada do rio a Assusbac junto com parceiros luta incansavelmente na busca de alternativas sustentáveis para trazer o desenvolvimento das famílias da região. Uma grande alternativa que já vem sendo praticada é o extrativismo dos frutos cerrado, o cerrado da região possui diferentes espécies frutíferas que produz todo ano mesmo com pouca chuva, assim com o extrativismo dos frutos do cerrado, as famílias têm produtos para seu próprio consumo e para comercialização gerando trabalho e renda. Essa prática não era valorizada na região, era comum frutos se perderem nos pés ou serem entregues para os animais. Com o processo de beneficiamento dos frutos feitos pelas famílias da Assusbac e região a comercialização começou a surgir, entretanto em pouco tempo as dificuldades para comercializar começou a aparecer, devido à falta de infraestrutura adequada para o beneficiamento. Sem a infraestrutura necessária não se consegue adequar os produtos para a comercialização nos programas do governo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para os supermercados da região, pois a unidade de beneficiamento deve estar em acordo com a legislação vigente dos órgãos de regulação e vigilância sanitária.

A cada ano aumenta a exigência do mercado consumidor a produtos de qualidade, bem como a fiscalização estrutural e sanitária pelos órgãos competentes, sendo imprescindível para a comercialização principalmente de produtos processados uma infraestrutura que garanta a segurança alimentar e a aprovação por meio de um selo de qualidade e as devidas adequações necessárias finalizando a infraestrutura na unidade de produção e conseqüentemente o tão sonhado registro do estabelecimento e os produtos no Ministério da Saúde (MS) e no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A aprovação desse projeto de lei contribuirá para o fortalecimento e protagonismo da Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos – Assusbac.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do nosso projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.163/2020

Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – nas operações internas decorrentes de aquisição de armas de fogo e munições no âmbito do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – nas operações internas decorrentes de aquisição de armas de fogo e munições, no âmbito do Estado, por integrantes das forças de segurança estadual, ativos e inativos.

Parágrafo único – Compreendem-se por força de segurança os policiais civis e militar do Estado, os bombeiros militares, os agentes de segurança penitenciária, os agentes de segurança socioeducativo e os guardas municipais.

Art. 2º – A isenção de que trata esta lei se estende aos policiais federais com exercício de suas funções no Estado.

Art. 3º – Ao cidadão autorizado na forma do § 1º do art.4º, da Lei nº 10.826, de 2003, que comprovar a certificação de curso de atividade de instrução de tiro e capacitação para manuseio de arma de fogo de 20 horas/aula será concedido o benefício constante nesta presente lei.

Art. 4º – Fica estendido o benefício da isenção de que trata o art. 1º desta lei aos CACs, às empresas de segurança privada e transportes de valores, aos adeptos do tiro esportivo, aos caçadores e colecionadores legalmente credenciados.

Art. 5º – A concessão de que trata esta lei fica condicionada a três armas de fogo, com as especificações de que trata a legislação federal, por contribuinte individual.

Art 6º – Em caso de extravio, roubo, furto ou comprovação de que o produto se tornou inútil para o fim a que se destina, a concessão do benefício se repete, mediante comprovação por meio idôneo.

Art. 7º – O benefício de que trata esta lei não alcança armas obsoletas.

Art. 8º – O Poder Executivo regulamentará esta lei, especialmente no tocante à quantidade de munição por usuário.

Sala das Reuniões, 3 de setembro de 2020.

Leonídio Bouças (MDB)

Justificação: O projeto em tela cumpre inúmeros propósitos. De um lado, observa-se uma tendência de flexibilização das leis que dão acesso às armas de fogo, de outro, à luz das informações que nos chegam pelos veículos próprios, são corriqueiras as violências contra policiais. Nesse aspecto, esta proposta milita em favor daqueles profissionais que já comprovam a necessidade de maior segurança pessoal. Junte-se a isto o fato de que o profissional da segurança pública é referência de segurança para a população. Outro aspecto relevante que justifica a providência da desoneração do imposto sobre o comércio de armas é que a carga tributária que pesa sobre esta atividade acaba por inibir o avanço legal da indústria e, por sua vez, a prática de atividades diretamente ligadas a ela, como o esporte, no que o Brasil por sinal tem grande destaque. Este projeto, se de um lado aparenta renúncia de receita, de outro impacta a olhos vistos na geração de emprego e renda. Ademais, impõe exigências benéficas, na medida em que estimula a frequência a cursos regulares de manuseio de armas, produzindo assim maior conscientização dos adeptos às armas, para o uso cada vez mais responsável das armas de fogo. Esperamos assim contar com o apoio dos nobres pares.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Sargento Rodrigues. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.067/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.150/2020, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam mantidos o pagamento integral dos salários e o cumprimento dos termos de acordo decorrente de negociação coletiva, além da verba de participação nos lucros e resultados – PLR –, a todos os trabalhadores; os atuais contratos de trabalho sem quaisquer demissões, garantindo-se o direito desses profissionais ao isolamento social recomendado pela Organização Mundial de Saúde e demais autoridades sanitárias; e os empregos dos trabalhadores terceirizados da conservação e limpeza, da manutenção predial, da segurança patrimonial, eletricitas e demais atividades contratadas pela empresa. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.163/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e ao governador do Estado pedido de informações sobre os procedimentos que estão sendo adotados para o cumprimento do acordo de greve de 2016, firmado entre o governo do Estado, a Unimontes e a Adunimontes, e sobre o cronograma a ser cumprido para esse fim. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.244/2020, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Flávio Roscoe Nogueira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, pela profícua gestão à frente dessa federação, de modo especial pelo conjunto das ações empreendidas pela entidade no contexto da pandemia do novo coronavírus. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.245/2020, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jair Bolsonaro, presidente da República, e com o Sr. Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura, pelas medidas que vêm sendo tomadas em prol do desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura rodoviária e de transportes de Minas Gerais, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte de cargas e de passageiros no Estado, especialmente pelo anúncio da viabilização, por meio do Ministério da Infraestrutura, da construção da Linha 2 do metrô de Belo Horizonte, antiga demanda dos belo-horizontinos e dos mineiros da região metropolitana. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 6.249/2020, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com as Lojas Edmil pelos seus 40 anos de atividade, gerando emprego e renda. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 892/2020, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.676/2020, de sua autoria.

Nº 893/2020, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.019/2020, de sua autoria.

Nº 894/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.822/2020, de sua autoria.

Nº 895/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.134/2020, de sua autoria.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 6.149/2020

Da Comissão de Administração Pública em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam suspensas as atividades de corte de energia de consumidores enquanto estiver vigente o Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 no Estado.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações do deputado Sávio Souza Cruz (2).

Oradores Inscritos

A deputada Celise Laviola – Boa tarde, nosso presidente Carlos Henrique; boa tarde a todos os colegas que estão conosco nesta reunião; boa tarde também a todos que nos acompanham pela TV Assembleia ou pelas redes sociais.

Nós hoje, presidente, estamos retornando depois da votação da reforma da Previdência, e eu gostaria de agradecer o reconhecimento que tenho recebido de muitos servidores pelo trabalho que fizemos com relação às melhorias na reforma para que fosse branda para os servidores, para que chegasse aonde chegamos, com um texto brando, leve, capaz de agradar e de contemplar, da melhor forma possível – é claro, tudo dentro do possível –, os servidores do Estado.

Eu quero agradecer os reconhecimentos que estou recebendo, as mensagens que estou recebendo e quero dizer àqueles que ainda acham que não fizemos bem... Eu quero deixar claro que os relatores na reforma da Previdência... No 1º turno, na Comissão de Constituição e Justiça, o nosso presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, retirou a reforma administrativa, o que já foi um grande avanço. Também ainda na Comissão de Constituição e Justiça, nós tivemos a iniciativa com relação à retirada da alíquota extraordinária, e essa emenda que fiz logo no primeiro dia foi assinada por meus colegas da Comissão de Constituição e Justiça: deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputado Zé Reis, deputado Charles; e foi uma emenda muito bem-aceita, os meus colegas da Comissão de Constituição e Justiça me deram muita força com relação a ela. Nós a levamos, e ela veio a ser aprovada depois, em 2º turno, por outra iniciativa, mas ela tramitou todo o tempo, em todas as reuniões de comissão – a nossa emenda, com a nossa assinatura, com a nossa iniciativa; e agradeço muito aos colegas da CCJ por isso, por termos conseguido chegar a esse ponto: além de retirarmos a reforma administrativa, termos conseguido fazer essa iniciativa se tornar uma realidade.

Eu quero dizer também, presidente, que o deputado Cássio Soares, como relator na comissão especial, e o deputado João Magalhães, como relator na Comissão de Segurança Pública, tiveram o papel muito importante de conciliar esse texto para que o servidor fosse alcançado, fosse ouvido e a gente pudesse atender às suas reivindicações.

Com relação à Polícia Civil, à polícia penal, aos socioeducativos, à Polícia Legislativa, fizemos mudanças significativas para alcançar o anseio deles, para que eles pudessem trabalhar com mais tranquilidade. Buscamos atender todas as categorias, preparando-nos com a questão da migração da Previdência, da opção para migração da Previdência, assim como para a garantia dos direitos dos servidores. Também nos preocupamos muito com os servidores que têm doenças graves e com os dependentes, os futuros pensionistas que também têm deficiências, para que eles fossem preservados pelo texto. Foram feitas modificações importantes e significativas para todo o povo mineiro, para todos os servidores do Estado de Minas Gerais.

Eu agradeço o espaço que tivemos, presidente, para essas negociações, a abertura que o governo deu para que as modificações fossem feitas. Agradeço aos relatores, a todos, como aos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Celinho, João Magalhães, Laura Serrano, Cássio Soares, a todos que estiveram com a reforma nas mãos e que colaboraram para que os ajustes fossem feitos e para que nós conseguíssemos chegar, enfim, a uma condição que aliviasse mais os servidores.

Então esta Casa teve um papel fundamental, um papel muito importante. Agradeço à Mesa da Assembleia por essa abertura que deu aos deputados. Agradeço também aos líderes de todos os blocos e também do governo, que participaram. Deixo um

agradecimento para todos e, de forma especial, ao líder do nosso bloco, deputado Gustavo Valadares, e ao líder de governo, deputado Raul Belém, que souberam nos ouvir e conciliar todas essas pendências e necessidades, que a gente, como servidor, tinha.

Eu, como servidora que sou, quero ressaltar aqui a minha luta e agradecer por ter sido atendida em boa parte. A gente não consegue 100%, presidente. É difícil, mas nós conseguimos, demos um passo muito grande. Acredito que a reforma do nosso estado é uma das melhores em todo o Brasil. Agradeço a todos os colegas por este momento, por podermos estar passando por este momento, com essas modificações, com esse alívio muito grande com relação ao texto que iniciou. Muito obrigada, presidente, obrigada a todos.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. nesta tarde de terça-feira, dia 8 de setembro. Presidente, quero aqui fazer mais um apelo ao presidente Agostinho Patrus, e obviamente a V. Exa., enquanto membro da Mesa, e aos demais membros da Mesa, para que a Assembleia faça gradualmente a sua abertura. Já não justifica mais nós termos servidores em Casa, deputados, trabalhando remotamente, sem que a Assembleia retome suas atividades. Nós temos aqui, presidente, em Belo Horizonte, os shoppings centers, que foram abertos, as academias que foram abertas, os bares e restaurantes que retomaram suas atividades, ou seja, todo comércio, todas as atividades de comércio, aqui na capital, já voltaram ao normal. Não justifica a Assembleia continuar de portas fechadas para a população mineira.

Então, quero aqui, presidente, ser muito breve na minha fala, mas fazendo um apelo, deputado Carlos Pimenta, um apelo a V. Exa. Quero pedir a atenção de V. Exa.

O presidente – Eu o estou ouvindo, perfeitamente, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues – Eu pediria à pessoa que está ao lado de V. Exa. que aguardasse só um instante, presidente, porque preciso da atenção de V. Exa.

Quero pedir a V. Exa. que fizesse um apelo, na Mesa diretora, um apelo aos demais deputados que compõem a Mesa. Não se justifica mais, deputado Carlos Henrique, que nós continuemos com a Assembleia totalmente fechada, inclusive com a determinação de não poder receber pessoas em nossos respectivos gabinetes. É algo assim, deputado Carlos Henrique, que vai muito além de uma castração do mandato. É, eu diria, ceifar todas as nossas prerrogativas. É ceifar todas as nossas atribuições. A Assembleia, deputado Carlos Henrique, precisa retomar, através de suas comissões permanentes e comissões extraordinárias, a fiscalização dos atos do Poder Executivo e dos demais órgãos que compõem a administração pública estadual em todos os poderes e órgãos.

Então faço aqui um apelo a V. Exa., um apelo aos demais deputados da Mesa e principalmente ao deputado Agostinho Patrus. As comissões permanentes precisam retornar às suas atividades. Já são diversos os atos praticados pela administração pública, pelo Poder Executivo, em que não houve uma fiscalização de nossa parte. Foram diversos atos, muitos atos, dezenas e centenas de atos, e nós estamos aqui, de pés e mãos amarrados, sem poder exercer a fiscalização.

Por outro lado, presidente Carlos Henrique, a Assembleia, as comissões permanentes, as 21 comissões sempre foram os pulmões da Assembleia, e parece que isso foi deixado de lado. O presidente Agostinho Patrus tem que deixar de ouvir apenas a banda que quer lacrar a Assembleia, os deputados que querem fechar a Assembleia. Estamos acompanhando, de perto, todos os procedimentos, e isso não se justifica mais. Está na hora de o presidente poder ouvir todos nós, presidente Carlos Henrique, mas principalmente os presidentes de comissões. A Assembleia não pode mais ficar parada.

Vemos os servidores que assessoram V. Exa. na Mesa, trabalhando, servidores da tecnologia e informação trabalhando, servidores da Polícia Legislativa trabalhando, servidores da Taquigrafia trabalhando, e servidores da Consultoria, que trabalharam muito e exaustivamente agora nessa reforma. Mas também há uma outra parte, um outro grupo de servidor que está em casa, e eles mesmos não desejam mais ficar em casa. Então a Assembleia precisa ser reaberta de forma gradual, tomando-se os cuidados do uso de máscara, álcool em gel e distanciamento. A Assembleia não pode mais ficar fechada.

Então deixo esse apelo a V. Exa. para que V. Exa. possa dizer isso também na reunião da Mesa. E, obviamente, deputado Carlos Henrique, este vídeo que estou gravando neste momento, através da TV ao vivo, também vou enviá-lo ao grupo dos deputados e especialmente ao deputado Agostinho Patrus, presidente, para que ele possa retomar gradualmente a abertura dos trabalhos. Agradeço muito a atenção de V. Exa.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Certamente que o conjunto de deputados e a Mesa, sob a liderança do presidente, deputado Agostinho Patrus, têm tomado todas as medidas de segurança, ouvindo os profissionais da área da saúde desta Casa, a despeito do fato de deputados e deputadas terem sido contaminados, bem como outros servidores desta Casa, que também foram contaminados pelo coronavírus. Aliás, existem deputados que neste momento se encontram enfermos, contaminados pelo coronavírus. Portanto, no tempo correto, no prazo correto, com a segurança devida, certamente os trabalhos desta Casa voltarão dentro do seu critério da normalidade.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os colegas parlamentares e a todos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelo portal.

Ontem comemoramos a independência do Brasil, a independência do nosso país, e eu, como ex-aluna do Colégio Militar, ex-coronel aluna dessa instituição, comandava o batalhão escolar e aprendi a valorizar e a amar o meu País. Acho que esse sentimento patriótico, de amar os nossos símbolos, respeitar o nosso hino é fundamental. A gente precisa respeitar a memória do nosso país, a história do nosso país, e hoje quero inclusive falar aqui de alguns pontos que acredito que nem todos saibam, sobre a importância da participação de uma mulher no nosso processo de independência.

Final, o nosso Brasil, o nosso país tornou-se independente também pelas mãos de uma mulher, que teve um papel fundamental na articulação política para que a independência do Brasil acontecesse em 1822. Falo da nossa imperatriz Maria Leopoldina, à época princesa regente e esposa de D. Pedro I. Muitas pessoas não sabem, mas no dia 2 de setembro, cinco dias antes da proclamação da nossa independência, a princesa regente Maria Leopoldina, que era chefe de governo interina, presidente do conselho de Estado, pediu uma reunião com todo o conselho para tratar da necessidade da independência do nosso país, da separação de Portugal, dado todo o contexto político conturbado que a gente tinha naquela época. É importante mencionar também aqui o papel muito relevante de Bonifácio de Andrada, que inclusive é da família de um dos nossos colegas, o deputado Doorgal Andrada. Ele também foi importantíssimo nessa articulação para a independência do nosso país. Nessa reunião do dia 2 de setembro, com o conselho de Estado, com a arquiduquesa Maria Leopoldina, princesa regente à época, esposa de D. Pedro I, que presidia esse conselho, foi assinado o decreto de independência do nosso país. Ou seja, a oficialização da independência do nosso país veio pelas mãos de uma mulher.

É importante a gente destacar ainda que no dia 2 de setembro o conselho enviou uma carta a D. Pedro I, que à época estava em trânsito. D. Pedro I recebeu essa carta cinco dias depois, com a decisão do conselho de Estado pela independência do Brasil e, às margens do Rio Ipiranga, ele deu então o brado de independência ou morte, num ato heroico. Assim tivemos então decretada a independência do nosso país.

Por que eu estou contando toda essa história, fazendo todo esse resgate histórico hoje, aqui no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais? Primeiramente, como eu disse, é porque acho importantíssimo a gente valorizar a nossa história, a gente valorizar o nosso país. É importante que a gente queira cada vez mais o melhor para o nosso país. Inclusive esse é um dos motivos pelos quais eu decidi entrar para a vida pública, candidatar-me para poder servir à população do meu País. A gente tem uma brava gente brasileira, como fala o Hino da Independência. É um povo que não foge à luta, como diz o nosso Hino Nacional. Eu trouxe esse assunto hoje para a gente ver a importância da participação das mulheres na política. Esse parece ser um debate recente, mas ele data do início do nosso país.

Então, a gente vê aqui a importância da articulação política de uma mulher no processo de independência do nosso país. Maria Leopoldina foi fundamental nas negociações e na decisão do conselho de Estado, que levou essa decisão e essa sugestão a D. Pedro I, que então fez o brado de independência ou morte e tornou o nosso país livre, em 7/9/1822. Se já naquela época a participação das mulheres era tão importante, ela ainda continua sendo importantíssima e fundamental. Aqui eu quero também parabenizar e agradecer a todas as minhas colegas deputadas. Afinal, este ano, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais teve a participação feminina maior de toda a sua história, mas ainda assim está muito aquém do que é a representatividade feminina em termos de população do nosso estado. Existem estudos científicos do MIT, estudos científicos em revistas como a Econometrica, que é uma revista de grau muito alto na Capes e em todo o mundo científico, mostrando que a maior participação feminina na política tem poder inclusive de direcionamento dos recursos do orçamento para aquelas prioridades consideradas importantes para as mulheres. Por isso é que é fundamental a gente ter, sim, uma maior representação das mulheres nos parlamentos. A gente ainda está muito aquém do que seria a representação feminina na sociedade.

Conforme meu ponto de vista, isso não vai ser feito através das cotas femininas. Eu acredito que a gente precisa de um incentivo maior para que as mulheres participem, e não de uma legislação que imponha essas cotas. É importante que haja um incentivo maior da sociedade, dos partidos políticos, que a gente tenha, sim, um maior compartilhamento das responsabilidades do lar entre homens e mulheres.

A gente vê que, na nossa sociedade, as coisas têm evoluído. A gente enxerga uma maior (- Falha na transmissão do áudio.) na família. Hoje os homens fazem muitas atividades que no princípio eram só das mulheres. Ainda assim, é necessário que a gente tenha maior compartilhamento dessas responsabilidades, seja no que tange à criação dos filhos, seja no que tange às atividades domésticas, às atividades do lar. Isso é importantíssimo para que a gente possa fazer com que as mulheres tenham mais possibilidades de participação política. Hoje o papel da mulher é um papel... Na verdade, são múltiplos papéis; não é nem um papel, são múltiplos papéis. É a profissional, é a mãe, é a filha, é a dona de casa, mas isso não pode impedir que as mulheres participem da política.

É importantíssimo que a gente tenha as prioridades das mulheres também guiando a destinação do orçamento, a aplicação do recurso público. E, para isso, a gente precisa dos nossos parceiros, dos nossos companheiros, dos homens partilhando essas responsabilidades domésticas, familiares, para que as mulheres também possam, cada vez mais, participar da vida política.

Acho que é por aí que a gente vai ter uma maior participação da mulher na política. Eu quis hoje trazer essa reflexão justamente pela tendência do nosso país. Quis trazer esse ponto fundamental e lembrar essa mulher admirável que foi a nossa imperatriz Maria Leopoldina, esposa de D. Pedro I, que, mais uma vez eu digo, foi peça fundamental para a articulação política, para a independência do nosso país. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde. Um grande abraço. Saudades da Assembleia.

O presidente – Nós também.

O deputado Carlos Pimenta – A gente fica aqui distante, fazendo reuniões remotas.

Antes de tocar no assunto sobre o qual quero falar hoje, Carlos, quero, em parte, concordar com o pronunciamento do amigo deputado Sargento Rodrigues. Eu entendo que estamos vivendo um momento em Minas Gerais em que a gente tem um controle se não for absoluto pelo menos um controle razoável, sólido da pandemia. Eu entendo que a Assembleia pode perfeitamente, sem nenhum prejuízo, respeitando as idades, os funcionários que fazem parte do grupo de risco, os que têm acima de 60 anos, com todo o controle rigoroso que a Assembleia está fazendo em relação à higiene, ao uso de máscara e de álcool-gel, ao distanciamento, Carlos, iniciar um processo gradativo de retorno aos trabalhos nas comissões. Estou falando isso porque, por exemplo, nós, da Comissão de Saúde, perdemos absolutamente todo o tipo de – não vou dizer controle – de acompanhamento deste momento que estamos vivendo.

A gente escuta o secretário, nas suas entrevistas diárias, os números, as reclamações que surgem de todos os lados, a contaminação que também está surgindo. Eu estou um pouco incomodado com isso, porque gostaria muito de poder fazer, vamos dizer assim, um giro por algumas regiões do nosso estado – convites, não faltam – para que a gente possa saber como é que está ali, levar os pleitos ao secretário de Saúde, Dr. Carlos Eduardo, que está fazendo um belíssimo trabalho, um trabalho consistente, sólido. É muito importante a gente dizer isso.

O governador está tomando as providências que precisam ser tomadas. Agora mesmo são mais 1.600 equipamentos, respiradores, muito embora o respirador tenha perdido, vamos dizer assim, aquela importância vital que tinha no começo da pandemia, porque muitos casos de pacientes que precisavam ser entubados estão tratando com a máscara, com o BiPAP, com oxigênio.

Então, houve uma mudança radical na pandemia, na forma de entender o coronavírus e na forma de tratar o coronavírus. É por isso que Minas hoje está com pouco mais de 1,5% da taxa de mortalidade. A nossa taxa de infecção é menor do que 1%. Os países europeus só alcançaram isso depois de muita luta, e nós estamos com certo controle. É claro que a população também tem que contribuir um pouquinho.

Nesse feriado de 7 de Setembro, ontem – a saudação da Laura é muito justa, é bom a gente lembrar um pouco a nossa história – a população teve um comportamento péssimo. As pessoas foram... Parece que estava tudo preso. Era igual a uma boiada que estava presa. Abriram-se as portas, e saiu aquele estouro de gente para tudo quanto é lado, para as praças, para as ruas, para as lagoas. Nos estados à beira-mar, também ocorreu um absurdo. É claro que a população também tem que ter o cuidado de evitar o que aconteceu ontem, senão não adianta. Não adianta o Carlos Eduardo, não adianta o governador Zema, não adianta o presidente da Comissão de Saúde, não adianta V. Exa., que está aí de máscara cumprindo rigorosamente os preceitos impostos pela Covid, se a população não contribuir. Mas aqui em Minas, a gente tem condição de reabrir lentamente a nossa Assembleia. Que seja uma reunião por mês das comissões, em dias alternados; que seja de 15 em 15 dias, mesmo que não venham de uma vez só todos os funcionários da Casa, dos gabinetes; que venha então 1/3 dos funcionários, mas nós estamos sentindo, eu estou sentindo isso, como presidente da nossa comissão, da Comissão de Saúde, uma comissão importante. A gente deveria estar pari passu com o governo.

Há 3 semanas, estou tendo um desencontro com o secretário. Marquei uma agenda com ele, de repente ele viajou com o governador, depois tornei a marcar, o governador vinha a Montes Claros com ele, mas, na última hora, a vinda dele foi suspensa, e eu não pude estar em Belo Horizonte hoje. Então, esse descompasso é interessante e vai acontecer.

Fica aqui o meu apoio à pretensão do Rodrigues. Não é abrir totalmente a Assembleia, porque isso é impossível e não é hora ainda, mas deveria haver as nossas reuniões, com a presença do presidente da comissão e, virtualmente, dos outros deputados, assim como dos convidados. Enfim, eu acho que nós temos que encontrar um modelo. É hora de encontrar um modelo. Isso não vai trazer prejuízo à Assembleia nem alterar o curso da Covid aqui, no nosso estado.

Carlos, hoje eu queria falar sobre um assunto que o senhor conhece bem, apesar de não morar no Norte de Minas e ter uma atuação muito destacada na região, principalmente na região do Jequitinhonha, Medina, naquela região toda, mesmo em Montes Claros e em outras cidades. Hoje eu queria falar sobre a seca. Carlos, nós estamos vivendo um período desastroso aqui, no Norte de Minas. A seca já está presente, já causa muito mais incômodo, já prejudica muito mais do que essa pandemia nessa fase – vamos dizer assim – derradeira. O povo está passando sede, o povo não tem água para beber. Nós já perdemos grande porcentagem do rebanho bovino daqui do Norte de Minas. As barragens, as pequenas barragens secaram, os rios secaram. Então nós estamos vivendo um período triste, um período de emergência, um período de calamidade pública devido à seca aqui, no Norte de Minas.

Muito bem, quando a gente fala em seca, a gente pressupõe, imediatamente, ações para o combate à seca, mas há uma palavra que está me incomodando tanto quanto a seca, que se chama burocracia – bu-ro-cra-ci-a. A Coordenadoria de Defesa Civil veio a Montes Claros. Eu participei virtualmente da reunião – não estava presente pessoalmente; parece-me que só o deputado Zé Reis

estava presente na reunião que aconteceu na Amams, com vários prefeitos. Dava dó ver a cara dos prefeitos, porque eles não têm condições para furar um poço artesiano, equipar um poço artesiano, adquirir um caminhão-pipa, e os caminhões já quebraram todos. E a Coordenadoria de Defesa Civil, com todo, com o máximo respeito que tenho aos coronéis, aos capitães, aos majores, aos sargentos, nunca vi tanta burocracia para que um município tenha acesso aos equipamentos.

Parece que a burocracia virou uma palavra de ordem no combate à corrupção, se é que houve corrupção na distribuição dos recursos para a seca. Falavam tudo, Carlos: “Tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, tem que entrar, tem que mandar um coordenador, tem que fazer...” Moço do céu. Eu quase morri de tanta agonia de estar aqui, diante do meu computador, participando dessa reunião. Falei muito rápido, porque não pude estar ali presente, para contestar. Mas foi um desastre para mim, um desastre. É claro que eu respeito muito a Cedec, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais. Os recursos todos que virão – se é que virão, se a burocracia deixar – para poder combater a seca são todos federais. “Mas a Cedec, lá de Brasília, com essa Secretaria de Defesa Civil, exige isso, exige aquilo, nós não podemos fazer isso. Eu não quero passar para a história como um ordenador de despesa, e as despesas não acontecerem.” Parece que era uma caça às bruxas; parece que eles estavam muito mais preocupados com o papel, com Brasília, com o uso correto do dinheiro – e tem que ser dessa forma – do que com o povo passando sede.

Rapaz, eu fiquei triste, eu fiquei alarmado com o que vi ali; e é importante que o governador tome conhecimento. Eu quero até pedir à nossa bancada, à bancada do Norte, acrescida de um deputado do calibre e da importância do senhor, do deputado Charles, que teve muitos votos aqui e de vários outros, como o deputado Doutor Jean, porque a seca não acontece só aqui no Norte de Minas, ela está presente também lá no Jequitinhonha... Eu queria que nós pudéssemos, um dia, o mais rápido possível, nos reunir, nem que seja virtualmente, com o governador, para a gente fazer esse clamor, esse apelo diretamente ao governador Romeu Zema. Por favor, os prefeitos do Norte de Minas não são bandidos, não são ladrões. Eles não estão com más intenções com os poucos recursos federais que virão para Minas Gerais. Eles estão morrendo de vontade de poder atender à população, de levar um caminhão-pipa para o povo, para poder colocar água naquelas caixas que foram perfuradas.

Nós temos, aqui em Bocaiúva, meu presidente, uma barragem chamada Barragem da Caatinga, que foi construída, há muitos anos, pelo Inbra; depois passou para a Rural Minas; depois passou para a Secretaria de Agricultura; e depois devolveram essa barragem para a prefeitura. É uma barragem que precisa de pouca coisa para reter um mundo de água. É de pouca coisa que eu estou falando, mas ninguém sabe de quem é a barragem. Não é do Inbra, não é do Estado, a prefeitura não quer porque não tem dinheiro. E essa barragem está com uma comporta aberta, jogando – cada cano com mais de 2m de diâmetro – essa água dentro da vazante dos rios. E não há ninguém que tome uma providência.

Eu estive lá com o vereador Pedro Cerol, nós visitamos essa barragem. Eu cheguei a chorar, Carlos, quando vi aquele cano – um mundo de água saindo, sendo jogado fora. Basta um pequeno serviço de contenção, de reestruturação e de desassoreamento da Barragem da Caatinga, lá no Município de Bocaiúva. Então nós estamos vendo aí agora – agora que estão anunciando a Barragem do Jequitaiá. Tomara que não seja mais um engodo, tomara que não seja mais uma promessa, porque essa promessa já dura 35 anos, e a gente está vendo o que está acontecendo.

Então eu queria terminar a minha fala. Eu vou solicitar depois, junto com os deputados da bancada do Norte, que a gente possa ir ao governador, pedir ao governador que libere também recursos orçamentários. Aliás, nós os colocamos, ano passado, no orçamento do Idene, que deveria estar preocupado, sim, com o combate à seca aqui na nossa região: R\$40.000.000,00, que foram aprovados pelo governo do Estado, e até agora não chegou um centavo sequer desses R\$40.000.000,00.

Então, como se combate a seca desse jeito? Vêm lá os coronéis e põem mil e um problemas, mil e um obstáculos, ficam morrendo de medo do desvio de dinheiro. Nunca aconteceu desvio de dinheiro para o combate à seca, porque é fiscalizado. Na hora em que eles contratam um caminhão, há a planilha do caminhão, quantos quilômetros que aquele caminhão andou, para onde ele foi,

para onde ele voltou. E esse dinheiro de Brasília está chegando a conta-gotas, aos pinguinhos. E o povo está precisando de litros de água para matar a sede e para não morrer nesse sol inclemente do Norte de Minas, nessa seca terrível que atinge todos os municípios do Norte de Minas. Nós já estamos em situação de emergência.

Os decretos já foram elaborados e homologados pelo governo do Estado e uma parte pelo governo federal. Agora nós queremos que o governo do Estado, o governador Romeu Zema, e o governo federal assumam essa responsabilidade e tragam um pouco mais de apoio, de acalento, de responsabilidade para o Norte de Minas, que está passando por uma das piores secas de toda a sua história. Muito obrigado, meu caro amigo, deputado Carlos Henrique.

O presidente – Muito obrigado por suas palavras, deputado Carlos Pimenta, sempre preocupado com o povo querido do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo de Minas Gerais.

Nós queremos abordar algumas situações que realmente têm-nos assustado um pouco. Segunda-feira, nós iremos até a Polícia Federal porque hoje nós vimos o desvio de recursos da ajuda emergencial que o presidente Bolsonaro tem feito para a população necessitada. Estou aguardando alguns documentos para que possamos levá-los à Polícia Federal para fazer uma avaliação. Há uma pessoa, cujo nome estamos mantendo em sigilo. Já foi feito o boletim de ocorrência em relação a uma suspeita de cobrança de propina por funcionários ou funcionárias da Secretaria de Ação Social da cidade de Salinas. E cabe a nós pedir a apuração. Esses documentos vão chegar a mim, mas, como eu não sou delegado, policial, nós pediremos a investigação dessa questão do auxílio emergencial na cidade de Salinas.

Juntaremos outras denúncias também, para que haja a apuração e possa estabelecer que a cidade está de acordo com sua normalidade ou, se for o caso, descobrir por que e quem estaria responsável por essa situação, que me parece realmente muito complexa, muito complicada. As denúncias têm chegado até nós. Vamos levar esses documentos à Polícia Federal – logo que eles chegarem em nossas mãos –, na segunda-feira, para que ela faça uma avaliação. Assim saberemos se, realmente, temos que nos preocupar com alguma coisa ou se está tudo normal e sem nenhum problema. Levaremos também outras denúncias em relação à cobrança, para que sejam feitos exames, para que as pessoas tenham tranquilidade e para que a cidade possa viver o seu momento normal. Cabe a nós esse papel.

Também já estamos fazendo um pedido para a Codevasf. Queremos pedir ao atual representante da Codevasf, na Barragem de Jequitaí, alguns documentos que teriam sido encaminhados para o Ministério Público Federal, com suspeitas de pagamentos indevidos por desapropriação de terras. Estamos já para marcar, chegando em Montes Claros, com o Jorge Brasil para que a gente tenha essa documentação. E estou enviando um requerimento ao presidente da Codevasf para saber se realmente existem alguns indícios e se esses documentos foram enviados para o Ministério Público Federal, a fim de que possamos apurar, principalmente agora, neste momento, que a gente fica vendo... Aí está certo, são 40, 50 anos em que estamos desejando essa barragem extremamente importante para todo o Norte de Minas e poderá gerar dezenas de milhares de empregos. Mas a gente vê dinheiro chegando, dinheiro chegando e a barragem sem construir.

Há poucos dias estivemos visitando lá o local e vimos tubos enormes comprados há muitos anos e que só serão usados depois que a barragem estiver pronta. Porém, não tem nem dinheiro para fazer a barragem. E agora temos no governo de Minas mais de R\$60.000.000,00. Parece que esse valor vai ser usado para contratar mais consultorias ambientais, mais consultorias sociais e também comprar terras, que não acabam de maneira alguma. Inclusive, a gente quer solicitar ao governo de Minas que compre as terras onde as pessoas serão assentadas, porque até hoje nada disso foi comprado e estão pagando indenizações com as pessoas continuando dentro da terra. Parece que já existe uma suspeita de que alguma coisa está no Ministério Público Federal. Então, nós queremos é que as obras sejam feitas e que o povo entenda que o País realmente está melhorando, o País está mudando, nós estamos tendo recursos aí para a pandemia, nós estamos tendo aí recursos para várias obras.

E, mais uma vez, Carlos Henrique, quero lhe fazer um pedido. Já estou tentando marcar uma audiência com o nosso presidente Agostinho Patrus, porque, em relação a essa questão da pandemia... O que se entende por dificuldades na pandemia? Eu, por exemplo, tenho a convicção e a certeza de que os pacientes de Manga, de Missões estão tendo muitas dificuldades para atravessarem uma parte da BR-135, que está lá, há muitos anos. Durante quase 16 anos a gente sempre ouviu falar que ia ser feito, que ia ser feito, que ia ser feito, mas passa um presidente que fica oito anos, passa uma presidenta que fica seis anos, passa um vice dela que fica mais dois e nada foi feito. Agora, essa parte da estrada deixou de ser federal para ser estadual. Estivemos lá com o deputado Pinheirinho, com o senador Carlos Viana, e o ministro Tarcísio já conseguiu com o Bolsonaro a publicação do decreto que aceita a estrada ser federal novamente.

E agora nós estamos com um projeto aí já na Assembleia. Eu queria pedir ao deputado Carlos Henrique para negociar com o presidente porque do jeito que essa estrada está é gente morrendo na estrada, é ambulância quebrando, portanto, dificultando a questão da pandemia. E basta simplesmente um projeto para autorizar o governo do Estado. Se quiser, autorizado pela Assembleia Legislativa, ela pode ser cedida para o governo federal para que os recursos orçamentários federais possam ser alocados no orçamento do final de ano, a fim de que essa estrada pode ser feita na semana que vem.

Já mandamos por escrito para o presidente, já estamos aí com o Projeto nº 2.089, de nossa autoria, para que ele realmente possa ter regime de urgência e ser aprovado por esta Casa. Então vai ficar uma outra parte. Nós não podemos dificultar a vida das pessoas que estão sofrendo com a pandemia, que estão com dificuldades, e agora ainda mais com suspeita de casos de reinfecção, como está acontecendo aí.

Então são obras em que não terão que usar recursos estaduais e, sim, federais. Mas acontece que o acordo feito pelo governo Pimentel de estadualização desse trecho, realmente, veio em um momento muito ruim. O governo federal, nesses 16 anos, não fez nenhuma estrada federal asfaltada no Norte de Minas. Depois, veio o governo Pimentel, que também não fez nenhuma estrada estadual ou municipal asfaltada no Norte de Minas. Fizeram essa patacoada de estadualizar – um Estado que estava quebrado, sem pagar 13º salário, sem pagar o salário dos funcionários e sem entregar merenda para os alunos da rede estadual.

Então, nós estamos pedindo aí para a Mesa da Assembleia, para a Luíza entregar esse projeto para o presidente Agostinho Patrus, a fim de que a gente possa realmente colocá-lo em pauta. Como o nosso amigo presidente Carlos Henrique está presidindo bastante, pedimos-lhe que coloque em pauta esse Projeto nº 2.089, que é um projeto simplesmente autorizativo para que o governo do Estado possa devolver essa estadualização para o nível federal. Estarei hoje ainda em contato com o Fabrício, do DER, e com Fernando Marcato para que a gente possa resolver essa situação extremamente sofrida desse pessoal lá daquela região. Inclusive, houve um trecho asfaltado de Manga até a cidade de Montalvânia que só foi asfaltado com o presidente Temer dando a ordem para terminar, fazer uma segunda licitação. Nós nunca vimos tanta enrolação como a que havia no governo federal passado e nos dos últimos anos. Então, nós estamos vendo esse caso e alguns outros.

A questão que foi falada: essa barragem enorme onde era a usina de açúcar de Dolabela... Ninguém quer essa barragem. O governo do Estado não quer, o Incra não quer, o município não quer, e está lá uma quantidade enorme da água; a qualquer momento, ela poderá se romper. Realmente, é um absurdo que ninguém queira cuidar de barragem para a captação de água nessa região do Polígono das Secas, como no Município de Bocaiúva. Então, vamos cuidar disso – e agora o mais urgente possível – para que esse projeto seja votado na Assembleia e seja aprovado pelos nobres pares, para que realmente o governo possa alocar recursos e essa estrada possa ser devolvida para a malha federal, de onde não deveria ter saído de maneira nenhuma. Mas são as coisas do governo Pimentel que realmente ninguém entende. Muito obrigado, Sr. Presidente; um abraço para todos.

O deputado Virgílio Guimarães – Boa tarde, presidente; boa tarde, demais colegas deputados e deputadas. Eu farei um pronunciamento... E até houve uma boa coincidência a respeito de nossa data maior no Brasil: o 7 de Setembro. Por uma feliz coincidência, a deputada Laura Serrano fez uma referência ao papel da Maria Leopoldina na nossa independência. Eu diria – viu,

deputada Laura Serrano? – que acho até uma coisa meio esquisita a maneira como se oculta a presença da imperatriz Leopoldina na independência do Brasil. O grito do Ipiranga, que, em tese, foi no dia 7/9/1822, só foi virar assunto de história em 1826, quatro anos depois. Ninguém deu importância a isso. O que de fato foi importante foi a assinatura do decreto: o Brasil, de uma forma autônoma, junto ali com o conselho nosso, do Brasil, votou a independência. D. Pedro estava fora, e a imperatriz ocupava a regência.

Veja bem, a Abolição da Escravatura é atribuída à princesa Isabel. Ninguém duvida disso. Por que a princesa Isabel? Porque quem assinou a Lei Áurea, quem assinou a lei da libertação dos escravos foi ela, na condição de regente. O seu pai estava viajando. Naquela época, quem substituíva o imperador era – vamos chamar assim em termos modernos – quem ocupava a vice. Não era vice-presidência, porque não havia presidente, era um sistema monárquico. Essa pessoa que assinou foi a princesa Isabel, a regente Isabel. Quem assinou a independência do Brasil foi a Leopoldina; o responsável não foi o grito do Ipiranga. D. Pedro usou de um marketing muito forte depois. Ele inclusive tinha dúvidas se queria ser imperador do Brasil ou rei de Portugal – e acabou voltando para Portugal. Mas, de fato, se existe um marco da independência foi a assinatura feita pela nossa regente. Ela assinou e decretou o Brasil independente de Portugal. O dia 2 de setembro – acredito – é que seria a data. Qualquer cidade tem, como sua data de aniversário, a data da lei que deu emancipação àquele distrito e o transformou em cidade. Eu tenho uma visão até mais objetiva, um pouco mais ousada, mais forte em relação ao papel da Leopoldina: foi ela que trabalhou toda a questão do reconhecimento do Brasil. O pai dela era o imperador da Áustria, que teve um papel fundamental; tanto é que os dragões da independência são vermelho e branco, que são as cores da Leopoldina, as cores que ela herdou da Áustria. Os dragões da independência do Brasil são em vermelho e branco. São essas as cores da independência do Brasil.

Eu falo isso, Sr. Presidente, porque o momento que estamos vivendo é muito importante. Aí eu entro no pronunciamento que faria. Quero repercutir aqui o contraste entre o pronunciamento do presidente da República, presidente Jair Bolsonaro... Ele fez um discurso laudatório à ditadura, fez um elogio à ditadura. Um presidente desse não se sabe... Foi um discurso sem envergadura de presidente nenhum. Ao mesmo tempo, tivemos um pronunciamento histórico, humano, nacionalista, humanista, voltado à população mais pobre, do presidente Lula, em que ele se coloca à disposição do povo brasileiro. Estamos, a cada dia mais, vendo como é importante o País – mesmo com as diferenças ideológicas – ser conduzido por alguém que tem a dimensão de um estadista, por alguém que governa pensando na história.

Isso aconteceu no governo do presidente Lula. Eu sou votado, sou de Curvelo, no Norte de Minas. Até 1943... Meu pai e meus irmãos mais velhos nasceram no Norte de Minas. Eu sou de Curvelo, totalmente erradicado politicamente no Norte de Minas. O Norte de Minas votou Lula, porque Lula foi o que mais fez, em termos de desenvolvimento social, em termos de desenvolvimento econômico para aquela região. O povo norte-mineiro e de todo o Nordeste brasileiro não são pessoas ingênuas. Elas votaram maciçamente no PT porque foi o partido que olhou de fato por eles. Se houve um governo que foi republicano, que teve um excelente relacionamento em Minas, inclusive com um governador que era do PSDB... Teve uma relação boa. Inclusive toda a malha viária asfalta no Norte de Minas foi com recursos federais, foi com dinheiro da Cide. Até tive a honra de ser o relator da emenda constitucional que transferiu parte da Cide para os estados.

E foi com esse recurso que foi possível fazer o asfaltamento do chamado Processo. Todos foram feitos com recursos que foram ali incididos, sem contar os programas Luz para Todos, Água para Todos, o programa do leite, o programa do desenvolvimento, e vários outros programas da água, enfim, uma verdadeira redenção que foi feita. Tudo isso administrado por meio de parcerias com os governos, sem que isso fosse movido pelo ódio e por interesses estrangeiros.

Passamos por essa situação constrangedora, no 7 de Setembro, ao assistir um presidente se curvando a interesses alienígenas, interesses externos. Ele tem se pautado sem cerimônia, obedecendo àquilo que é ditado lá na América do Norte. Ou seja, no dia da independência, é o recibo da dependência, da submissão, da vassalagem. Felizmente surgiu essa voz que emocionou o País, a voz do presidente Lula, que, de fato, voltará. Nós assistimos hoje, por exemplo, à condenação de 9 a 1, do Dallagnol, esse infausto

promotor federal, que, cada vez mais, será desmascarado pelas invenções que criou e pelas coisas que fez. A verdade prevalece em todos os sentidos.

Com todo respeito, participo muito, e fraternamente, da bancada do Norte de Minas, e não pratico disputa política. Tenho o braço aberto a todos. De fato, o reconhecimento das regiões mais pobres do País foi só enquanto durou o governo da presidenta Dilma também, porque, depois de 2015, 2016, o governo não mais existiu. O governo Pimentel também se debateu com as dificuldades econômicas e deixou até uma marca negativa porque atrasou salários e pagamentos, mas quem não pode reclamar é o governo atual do Estado. Se ele recebesse para pagar, não salários atrasados, mas operações bancárias e financeiras, seria muito mais pesado para o governo.

Não quero entrar em debate sobre aquilo que ocorreu na Assembleia, mas a crise fiscal já é antiga, e não foi por outra razão. Eu, em vários momentos, fiz uma análise disso aqui, mostrando como é importante ter posições equilibradas para o equilíbrio fiscal e por que devemos buscar novas fontes saudáveis e reais e não fontes imaginárias, ou seja, fontes existentes e reais, para buscar o equilíbrio fiscal e minimizar inclusive o peso da reforma da Previdência. Em todos os momentos em que debati, coloquei a minha posição a respeito disso. Não somei com a maioria, que aprovou a PEC e aprovou o PLC. Nesse sentido, votei com o meu partido, com a minha bancada. (- Falha na transmissão do áudio.) Mas nunca deixei de dizer que havia ali pontos importantes em discussão, e isso faz parte da honestidade intelectual que um deputado tem obrigação de ter diante do seu eleitorado.

Mas queria mesmo é ressaltar essa volta importante, humana e acolhedora de um estadista, que é o presidente Lula, pelo pronunciamento patriótico e conciliador que fez nessa data nacional, em que foi feita a opção pelo 7 de Setembro. Acredito, deputada Laura, que isso se deu um pouco por causa do marketing do imperador Pedro I. Não vou dizer nem que foi movido por um certo machismo, porque, de fato, quem assinou a independência, não há dúvida nenhuma, foi a imperatriz regente, Leopoldina, no dia 2 de setembro.

Quando D. Pedro I voltava da sua viagem, ele estava licenciado ainda. Parece que, montado a cavalo, segundo historiadores, em algum momento, de fato, numa frase mais longa, ele falou que a nossa insígnia seria “independência ou morte”. Mas isso só foi divulgado em 1826. Então, o papel da mulher foi fundamental. Esse respeito ao papel da mulher, ao papel do nosso patriarca da independência também, José Bonifácio, tudo isso faz parte do resgate histórico.

E esse resgate histórico inclui o resgate também da figura da honestidade pessoal, da figura do presidente Lula, das injustiças de que foi vítima, foi alvo, visando a sua posição pessoal, mas sobretudo a sua posição política, para distorcer à vontade. E a gente continua assistindo isso.

Nessa questão rodoviária em que eu me empenho tanto, tive também uma atuação – não vou entrar nisso aqui agora – voltada para esse tema. Acompanhei o que foi a estadualização da BR-135, que não ocorreu no governo Pimentel, e sim nos últimos dias, talvez faltando dois dias para acabar o governo Itamar e o governo Fernando Henrique, com a tristemente famosa Medida Provisória nº 82/2002. Essa medida transferiu essa rodovia para o Estado, adiantou o dinheiro, que foi gasto para pagar a folha, mas nada foi aplicado nessa rodovia. Mas essa é outra discussão. O importante é dizer, nesse dia nacional, com os olhos colocados na Nação: “Viva o presidente Lula, que redescobriu o caminho do papel de um estadista no reencontro do povo com si mesmo e do País com o seu futuro”. Tenho dito!

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Requerimento nº 5.778/2020, que havia sido distribuído à Mesa da Assembleia, seja anexado ao Requerimento nº 4.783/2020, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 8 de setembro de 2020.

Carlos Henrique, 2º-secretário no exercício da presidência.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários nºs 892 e 893/2020, do deputado Virgílio Guimarães, em que solicita a retirada de tramitação, respectivamente, dos Projetos de Lei nºs 1.676 e 2.019/2020, e os Requerimentos Ordinários nºs 894 e 895/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que solicita a retirada de tramitação, respectivamente, dos Projetos de Lei nºs 1.822 e 2.134/2020 (Arquivem-se os projetos.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 9, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2020**Presidência do Deputado Agostinho Patrus**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Orientações Gerais sobre a Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; encerramento da discussão; apresentação das Emendas nºs 1 a 4; não recebimento das Emendas nºs 1 a 4; discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, André Quintão e Cristiano Silveira, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Raul Belém, Bartô, Ulysses Gomes, Alencar da Silveira Jr., Cássio Soares e Professor Cleiton; votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 46/2020; encerramento da discussão; discurso dos deputados André Quintão, Delegado Heli Grilo, Cristiano Silveira, Arlen Santiago, Bosco, Coronel Henrique e Gustavo Valadares; votação nominal e remota do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Declarações de Voto – Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020 e do Projeto de Lei Complementar nº 46/2020; aprovação – Declarações de Voto; Prorrogação da Reunião; Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado João Magalhães, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Orientações Gerais sobre a Reunião

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a apreciação das proposições constantes na pauta desta reunião extraordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as normas do Regimento Interno, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem discutir as proposições constantes na pauta pelo prazo de 60 minutos, nos termos do inciso I do art. 246 do Regimento Interno. Para tanto, devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”.

3) As inscrições para discussão serão preservadas para as reuniões subsequentes até o encerramento da discussão;

4) Será admitido aparte na discussão. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo chat online, escrevendo expressamente “aparte”;

5) Os parlamentares poderão encaminhar a votação das proposições constantes na pauta pelo prazo de 10 minutos, nos termos do art. 264 do Regimento Interno. Para tanto, devem se inscrever na plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”. Não será admitido aparte no encaminhamento de votação, nos termos do inciso III do § 2º do art. 162 do Regimento Interno;

6) Em se tratando de matéria destacada, poderão encaminhar a votação, pelo prazo de 5 minutos, três deputados, sendo um a favor, um contra e o relator, com preferência para o autor do destaque, nos termos do inciso III do art. 264 do Regimento Interno.

Para tanto, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”, no campo referente ao dispositivo destacado;

7) A matéria será submetida a votação remota pela plataforma Silegis;

8) Os parlamentares poderão fazer uso da palavra para declaração de voto, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 254 do Regimento Interno, devendo se inscrever na plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”. Será concedida a palavra somente após o término de todas as votações;

9) Será cancelada, nos termos do art. 245 do Regimento Interno, a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

10) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito para discutir a matéria e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a discussão.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020, do governador do Estado, que altera o sistema de previdência social dos servidores públicos civis, moderniza a política de gestão de pessoas, estabelece regras de transição e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Peço só à assessoria para ficar um pouquinho atenta, porque, às vezes, estamos tentando ativar o som, mas ele está demorando a ser ativado. Pode ser que a presidência entenda que o deputado não esteja devidamente conectado. Presidente, gostaria de dizer o seguinte: tenho uma hora para discutir as duas matérias, tanto a PEC nº 55, como o PLC nº 46, mas gostaria que o senhor pudesse suspender a reunião para que eu possa conversar com V. Exa. por 3 minutos apenas. Tenho a certeza de que poderemos buscar aqui o entendimento de falar o mais breve possível e eu faria o que V. Exa. solicitou: em vez de fazer a discussão, faria o encaminhamento; seria até metade do tempo o encaminhamento, não precisaria nem dos 10 minutos. É só para que eu possa fazer um contato com V. Exa.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

– Vêm à Mesa:

EMENDA Nº 1 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55/2020 (2º TURNO)

Dê-se a seguinte redação ao art.7º (na redação do Substitutivo 4):

“Art. 7º – Esta emenda a Constituição entra em vigor em 29 de setembro de 2020.”.

Sala das Reuniões, 2 de setembro de 2020.

Beatriz Cerqueira (PT) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Professor Cleiton (PSB).

Justificação: Ao apresentar os projetos de reforma da previdência, Zema disse ser necessária a sua aprovação, às pressas, para evitar que Minas Gerais perdesse seu Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), mas sabemos que o prazo limite, atualmente 30/9/2020, não foi definido em lei, mas em ato infralegal (Portaria nº 1.348/2019), e que, portanto, não poderia impor obrigação limitando a autonomia dos Estados. Além disso, o Estado conseguiu renovar o seu certificado de regularidade previdenciária, por liminar, até 30 de janeiro de 2021.

Por isso, venho manifestar mais uma vez a minha oposição em votar uma reforma às pressas. Mas, caso aprovada pelos colegas, é fundamental o respeito à legislação federal. Nesse sentido, dispõe o art. 8º, da LC 95/1998:

Art. 8º – A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

Como uma reforma é um texto de enorme repercussão, principalmente na vida do servidor público, que será atingido pelas novas regras, impõe-se, por força de lei federal, que, caso o texto seja aprovado, a vigência da PEC não ocorra de forma imediata, permitindo aos destinatários ter um tempo mínimo para se inteirar de seu conteúdo.

Por isso, apresento emenda destinada a criar um prazo de vacatio legis na PEC, e conto com o apoio dos colegas.

EMENDA Nº 2 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55/2020 (2º TURNO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º (na redação do Substitutivo 4):

“Art. 7º – Esta emenda a Constituição entra em vigor em 30 de dezembro de 2020.”.

Sala das Reuniões, 2 de setembro de 2020.

Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Professor Cleiton (PSB) – Andréia de Jesus (PsoL).

Justificação: Ao apresentar os projetos de reforma da previdência, Zema disse ser necessária a sua aprovação, às pressas, para evitar que Minas Gerais perdesse seu Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), mas sabemos que o prazo limite, atualmente 30/9/2020, não foi definido em lei, mas em ato infralegal (Portaria nº 1.348/2019), e que, portanto, não poderia impor obrigação limitando a autonomia dos Estados. Além disso, o Estado conseguiu renovar o seu certificado de regularidade previdenciária, por liminar, até 30 de janeiro de 2021.

Por isso, venho manifestar mais uma vez a minha oposição em votar uma reforma às pressas. Mas, caso aprovada pelos colegas, é fundamental o respeito à legislação federal. Nesse sentido, dispõe o art. 8º, da LC 95/1998:

Art. 8º – A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

Como uma reforma é um texto de enorme repercussão, principalmente na vida do servidor público, que será atingido pelas novas regras, impõe-se, por força de lei federal, que, caso o texto seja aprovado, a vigência da PEC não ocorra de forma imediata, permitindo aos destinatários ter um tempo mínimo para se inteirar de seu conteúdo.

Por isso, apresento emenda destinada a criar um prazo de vacatio legis na PEC, e conto com o apoio dos colegas.

EMENDA Nº 3 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55/2020 (2º TURNO)

Acrescente-se o §4º-B, ao art. 36, da Constituição do Estado; altere-se a redação do II do § 2º, e o § 3º, do art. 145; e altere-se a redação do art. 149, nos seguintes termos:

“Art. 2º – (...) Art. 36 – (...) § 4º-B – Os servidores que exerçam atividades em condições insalubres terão direito à conversão do período especial em comum.

Art. 5º – (...) Art. 145 – (...) §2º – (...) II – o servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, aos cinquenta e cinco anos de idade, com vinte e cinco anos de efetiva exposição e contribuição, dez anos de efetivo exercício de serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria; (...) § 3º – A aposentadoria a que se refere o inciso III do § 4º-A do art. 36 da Constituição do Estado observará adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos no regime geral de previdência social, naquilo em que não conflitem com as regras específicas aplicáveis ao regime próprio de previdência social, admitida a conversão de tempo especial em comum.

Art. 5º – (...) Art. 149 – O servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor da emenda que acrescentou este dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e cujas atividades tenham sido exercidas com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, desde que cumprido o tempo mínimo de vinte anos de efetivo exercício no serviço público e de cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, na forma dos arts. 57 e 58 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá aposentar-se quando a soma da sua idade com o tempo de contribuição e o tempo de exposição forem, respectivamente, de:

I – 66 (sessenta e seis) pontos, se mulher, e 71 (setenta e um) pontos, se homem, quando se tratar de atividade especial de 15 (quinze) anos de efetiva exposição;

II – 76 (setenta e seis) pontos, se mulher, e 81 (oitenta e um) pontos, se homem, quando se tratar de atividade especial de 20 (vinte) anos de efetiva exposição;

III – 83 (oitenta e três) pontos, se mulher, e 90 (noventa) pontos, se homem, quando se tratar de atividade especial de 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição.

§ 1º – A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo da soma de pontos a que se refere o *caput*.

§ 2º – Para fins de apuração do tempo de contribuição, o período laborado em condições insalubres será convertido em período comum, sendo o fator multiplicador aferido de acordo com o critério previsto nos arts. 146, II e 147, II.

§ 3º – Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos deste artigo corresponderão:

I – a totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o §16 do art. 40 da Constituição da República;

II – a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a competência do início da contribuição, se posterior aquela competência, para os demais servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

§ 4º – O valor das aposentadorias concedidas nos termos deste artigo não será inferior ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição da República e será reajustado de uma das seguintes formas:

I – de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda a Constituição da República nº 41, de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do §3º;

II – de acordo com a legislação aplicável ao regime geral de previdência social, na hipótese prevista no inciso II do §3º.”.

Sala das Reuniões, 2 de setembro de 2020.

Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Professor Cleiton (PSB).

Justificação: Na sexta-feira (28/8/2020), o Supremo Tribunal Federal firmou o posicionamento de que o servidor público que trabalha em condições prejudiciais à saúde tem direito a converter, para fins de aposentadoria, esse período insalubre.

A decisão tomada, com repercussão geral, é a reparação de uma grande injustiça que atingia os servidores públicos da área da saúde, profissionais que, antes mesmo da pandemia, expunham a saúde e a própria vida a risco pelo contato com vírus, radiação, dentre outros elementos comuns na rotina de um profissional que se dedica a cuidar da saúde humana.

Antes desse julgamento do STF, os servidores da saúde já tinham o direito a uma aposentadoria especial (e.g.: ao completar 25 anos de exposição), mas, se tivessem sido expostos por período inferior ao exigido para essa aposentadoria especial (e.g.: trabalho em condições insalubres por 23 anos, quando exigidos 25 anos), a insalubridade presente em todos os anos trabalhados era desprezada, fazendo com que o servidor da saúde contasse o tempo para se aposentar como se nunca tivesse sido exposto a risco.

Ao reconhecer o direito à conversão, o STF corrigiu essa injustiça, pois permitiu que o tempo parcial trabalhado em condições insalubres continue sendo tratado como período de exposição a agentes de risco. Sendo assim, caso o servidor não tenha completado o tempo para a aposentadoria especial, ele poderá converter o período insalubre ao seu correspondente em período comum, para somar, sem prejuízo, esse tempo em que exposto a risco a outros períodos em que possa ter trabalhado em condições normais, sem insalubridade.

Acontece que a tramitação da reforma da previdência com o texto atual pretende acabar com o direito que o STF acabou de reconhecer em 28/8/2020, num duro golpe aos servidores da saúde, aplicado justamente durante a pandemia de Covid-19, que sequer terminou.

Por isso, peço o apoio dos colegas Deputados para que MG dê continuidade ao que o STF julgou, reconhecendo o direito à conversão em sua legislação, ao invés de resgatar a injustiça e privar os servidores da saúde desse direito justamente no momento em que o Poder Público mais exigiu desses profissionais, no combate à pandemia de Covid-19, com risco às suas próprias vidas.

Quanto à nova redação proposta para o art.149, nada mais se estipulou do que a conversão do tempo especial em comum, na forma reconhecida pelo STF, aplicando-se esse entendimento ao cômputo dos pontos já definidos nos incisos I (66 pontos) e II (76 pontos). Quanto ao inciso III, houve um ajuste nos pontos, aproximando, assim, os servidores da saúde daqueles que atuam na segurança pública, no que tange ao critério etário.

Importante destacar que a exigência de idade mínima é incompatível com a aposentadoria especial do servidor público, tendo em vista a própria natureza da atividade exercida, passível de causar adoecimento e risco de morte a aquele que extrapola os 25 anos trabalhados nessas condições, mas que, por ter começado a vida profissional muito cedo, ainda não dispõe da idade mínima que se busca prever para o gozo da aposentadoria.

Dessa forma, a previsão de idade mínima para o servidor que trabalha em condições insalubres por si só já representa um retrocesso na garantia de direitos sociais. Contudo, se no contexto atual não se consegue excluir essa exigência por completo, cabe ao Estado ao menos suavizar essa previsão, honrando um dever moral para com os servidores da saúde que arriscaram e continuam arriscando suas vidas na pandemia.

Por tais razões, conto com o apoio dos colegas, para reparar esse descaso com os profissionais da saúde e dar uma resposta à altura do empenho desses profissionais durante a pandemia de Covid-19.

EMENDA Nº 4 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55/2020 (2º TURNO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º:

“Art. 7º – Esta emenda à Constituição, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em novembro de 2020.

§ 1º – Tendo em vista a realização das eleições municipais no período citado, aproveitar-se-á o pleito e a estrutura a ele destinada, valendo-se dos princípios da eficiência e da economicidade.

§ 2º – Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.”.

Sala das Reuniões, 1º de setembro de 2020.

Beatriz Cerqueira (PT) – Duarte Bechir (PSD) – Betão (PT) – Professor Cleiton (PSB) – Fernando Pacheco, vice-líder do Bloco Minas tem História (PV) – Andréia de Jesus (Psol) – Marquinho Lemos (PT) – Bartô (Novo).

Justificação: A proposta de emenda constitucional em tela é um tema que exige muita cautela e atenção. Além dos deputados, todos os cidadãos do Estado de Minas Gerais precisam ter conhecimento, tendo em vista que os impactos causados pelas mudanças trazidos por ela atingirão em cheio a vida de centenas de milhares de servidores e famílias do Estado.

Dessa forma, resguardados pelo art. 14, inciso II da Constituição Federal, do art. 64, inciso XXXVIII da Constituição Estadual e pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, aventamos que a reforma proposta por esta emenda constitucional, para entrar em vigor, seja submetida à referendo popular.

O referendo popular é um instrumento da democracia, por meio do qual os cidadãos eleitores são chamados a pronunciar-se por sufrágio direto e secreto sobre determinados assuntos de relevante interesse, tal como a reforma da previdência.

Diante do exposto, consideramos que a pandemia dificultou – pra não dizermos que impediu –, a efetiva participação popular nas discussões e negociações da proposta, assim sendo, o referendo popular garantirá a legitimidade da emenda constitucional.

Por fim, procurando evitar que tal instrumento seja uma alternativa cara, complexa e dispendiosa, sugerimos que a toda a estrutura a ser implantada para as eleições municipais de 2020 seja aproveitada e que o referendo seja executado conjuntamente com o pleito, passado o tema da previdência a ser mais um dos pontos a ser escolhido pelos cidadãos.

O presidente – A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas à proposta quatro emendas parlamentares, que receberam os nºs 1 a 4, e que, nos termos do inciso II do art. 173, c/c o parágrafo único do art. 201 do Regimento Interno, deixa de receber as Emendas nºs 1 a 4 por falta de pressupostos regimentais.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Bom dia, presidente. Bom dia, colegas deputados e deputadas.

Eu gostaria aqui, primeiro, de fazer um registro de grande importância, presidente Agostinho, especialmente para V. Exa. enquanto presidente: eu espero que a gente não precise nunca mais passar por um processo de votação remota. O processo de votação remota... Falo especialmente V. Exa., porque V. Exa. é o presidente do Poder; e V. Exa., como presidente do Poder, e nós, como o conjunto de deputados e deputadas, temos que sempre defender a participação popular direta, como prevê o nosso Regimento Interno. Então, passada esta reforma, presidente, eu espero que V. Exa. faça um compromisso conosco de fazer a reabertura dos trabalhos o mais breve possível.

Eu fui o primeiro a me insurgir contra essa forma de votação, fiz diversas críticas duras ao Parlamento, fiz diversas cobranças a V. Exa. e também diversas cobranças aos demais colegas deputados que compõem o Colégio de Líderes. Nós entendemos que o processo de votação, da forma que está acontecendo, não terá a legitimidade que sempre teve dentro do Parlamento à medida que o cidadão participa, à medida que a gente recebe as pessoas nas comissões, que o Plenário e as galerias estão todas lotadas. Isso é fundamental. É fundamental a participação direta, até porque há uma previsão expressa no nosso Regimento Interno – ele prevê a

participação direta para aperfeiçoar o processo legislativo. Feito isso, presidente, eu espero que nunca mais o Parlamento volte a fechar as suas portas para aqueles que são a nossa razão de existir enquanto Parlamento, a chamada Casa do povo. E, neste processo de votação, esta não foi a Casa do povo. Eu queria deixar isso aqui registrado.

O segundo momento é para dizer do esforço que, juntamente comigo, os sindicatos dos policiais civis, policiais penais, socioeducativos tiveram ao longo desses – eu diria – quase quatro meses de tramitação da reforma, já que ela chegou aqui no dia 19 de junho. Então eu queria aqui, mais uma vez, parabenizar o presidente e os sindicatos: o Sindpecri, o Sindpol, o Sindepominas, a Associação dos Delegados, a Amasp, o Sindasp, o Sindsisemg, a Aespol e o Sindep. Então nós tivemos uma participação – eu diria – gigantesca, com muita ênfase e muita energia por parte dos presidentes dos sindicatos e do conjunto dos servidores.

Eu quero aqui, neste momento, parabenizar, destacar a importância daquelas audiências que fizemos externamente, na Assembleia, para demonstrar que a Casa do povo precisava nos ouvir. Enquanto alguns preferiram ficar defendendo o "fique em casa", enquanto alguns preferiram escolher o caminho de apenas criticar o governador Romeu Zema, o deputado Sargento Rodrigues, a deputada Delegada Sheila, o deputado Heli Grilo e outros colegas, como o deputado João Vítor Xavier, o deputado Mauro Tramonte e deputado João Leite, tivemos a iniciativa de apresentar emendas, substitutivos e convencer os relatores e os líderes a apontarem outros caminhos. Com isso, presidente, posso lhe afirmar que, comparando a reforma da Previdência, da maneira como chegou e agora, da forma como sendo votada hoje, conseguimos inúmeros avanços.

Quero falar, de uma forma em geral, para o conjunto dos servidores públicos de todos os poderes e órgãos, mas, de forma muito especial, para a segurança pública. Às vezes, um companheiro que está lá na ponta faz uma crítica mais dura, mais ácida ao presidente do sindicato, ao deputado e à deputada sem conhecer de fato todos os esforços que estamos fazendo aqui. Cito aqui a Dra. Camilli, o Zé Maria, o Bruno, o Alex, o Diemerson, o Dr. Aílton Ribeiro, o Dr. Mário de Assis, o Jean Otoni, presidente do Sindasp, a Aline, da Aespol e da Cobrapol, todos tiveram muito trabalho nesse período, muito, porque mobilizar classe dá muito trabalho. Às vezes, sofremos críticas lá na ponta da linha, e as pessoas não sabem que, às vezes, estamos perdendo noites de sono e ficando de 9 horas da manhã, como aconteceu na última terça-feira, até as 23 horas ali, ora obstruindo, ora fazendo o convencimento para que nossa reivindicação fosse acatada. O presidente é testemunha de que até agora, pouco antes, há poucos minutos do início do processo de votação, eu estava fazendo outro apelo a ele, e, dentro daquele entendimento que tínhamos avaliado, o *caput* do art. 19 está atendendo a uma reivindicação de pensão por morte para o conjunto de todos os servidores. Estavam previstos 60% do salário, mas, feitos os esclarecimentos, nós nos certificamos de que nenhum dependente do servidor receberá uma pensão menor do que 70% do salário, ou seja, começa com 70% e, tendo outros dependentes, essa pensão vai subir 10% por cada dependente até totalizar os 100% do salário. Essa é regra geral para os servidores.

O outro ponto que conseguimos com muito empenho, e aí teve a participação direta do deputado João Magalhães, o relator, foi a questão do § 7º do art. 19, em que as forças de segurança pública, aquela pensão específica deles, a pensão integral em razão da atividade ou função, ou seja, se a morte ocorrer em razão ou em função da atividade o valor da pensão corresponderá a 100% do salário. E o que acrescentamos? Acrescentamos que essa revisão não ocorrerá através do Regime Geral de Previdência, mas sim sempre quando o salário do servidor que estiver na ativa for reajustado.

Outro ponto que julgo muito importante destacar é a questão dos servidores que entraram a partir de 2004. Levei a demanda a V. Exa., ao deputado Cássio Soares, e fizemos a correção no art. 146 da PEC nº 55. Do jeito como estava ficaria pior do que para quem entrasse após a emenda à Constituição. Falo isso, presidente, que é o caso da nossa secretária-geral da Mesa, a Dra. Luíza Homen. A forma como estava a regra, para ela especificamente, bem como para outros assessores e consultores, seria pior. Ou seja, se ela entrasse depois da emenda, a aposentadoria dela, de forma integral, ocorreria a partir dos 62 anos de idade. Da forma como estava, haveria servidores que iriam trabalhar até os 72 anos de idade, ou seja, 40 anos de serviço para alcançarem a aposentadoria integral, e conseguimos corrigir isso.

No mais, presidente, no caso segurança pública, garantimos a paridade com integralidade, uma transição que começou com 100% de pedágio e caiu para 50%. Garantimos uma série de ajustes e que fossem feitos na forma da Lei Orgânica da Polícia Civil, que é a Lei Complementar nº 129/2003.

Por fim, presidente, também tão importante, quero dizer que a nossa Polícia Legislativa, a polícia do Parlamento foi contemplada em todos os pareceres que acompanhamos e em relação aos quais fizemos apelo. Fizemos contato com o secretário de Governo Igor Eto, foram muitos contatos com o deputado Raul Belém, foram muitos contatos com o presidente, com o relator Cássio Soares, com o relator João Magalhães e com outros líderes. Agora mesmo, pouco antes de falar com o presidente, eu havia falado com o deputado Sávio Souza Cruz de uma demanda, e ela foi devidamente ajustada no *caput* do art. 19, que é sobre a pensão por morte, na regra geral, dos servidores públicos.

Então, presidente, por mais que o cidadão, que o servidor que está na ponta da linha, às vezes não tenha uma informação correta e faça uma crítica indevida, injusta aos deputados e aos presidentes de sindicatos, ele precisa conhecer plenamente o que é a reforma, como ela chegou e como ela está sendo entregue, ou seja, podemos dizer: a reforma da Previdência, presidente, nunca é aquela que desejamos, porque o ideal era permanecer do jeito como estava, mas entre fazer a reforma do jeito como ela chegou e fazê-la do jeito como estamos entregando, com certeza tivemos muitos avanços e hoje temos de realmente concordar com isso. Aqueles que estão hoje criticando na ponta da linha, no momento em que tiverem a oportunidade de ler o texto e de saber cada ponto de sua carreira, como a reforma chegou e como ela ficou, vai entender que houve muito trabalho, muito empenho deste deputado, de outros deputados e dos presidentes de sindicatos e associações.

Muito obrigado, presidente. São essas as minhas considerações.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Cumprimento V. Exa. e os 123.648 mineiros que o escolheram para representá-los e lhe outorgaram o direito de falar por eles neste Parlamento.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Delegado Heli Grilo.

O deputado Delegado Heli Grilo – Bom dia, presidente; bom dia, companheiros que estão aí no Plenário, nas repartições da nossa Assembleia mineira; bom dia às pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia. Hoje é uma data muito importante, e nós precisamos ter consciência daquilo que conseguimos para o servidor público de Minas Gerais.

Presidente, hoje eu recebi a planilha das alíquotas do Estado de São Paulo. Confesso que eu fiquei com preocupado o tanto que nós sairíamos vencendo, mas vejo o tanto que o servidor público de Minas Gerais ganhou nessa alíquota, o tanto que a Assembleia foi importante nessas articulações, nessas negociações, para melhorar a situação do servidor público de Minas Gerais. Naquele dia em que eu votei favorável, presidente, confesso que fiz um discurso até meio emocionado, dizendo que queria acreditar que, quando eu disse que votaria "sim", eu estava tratando com homens e mulheres desta Assembleia que tivessem o mesmo caráter que tenho, cumpridor das obrigações e compromissos assumidos que eu sempre fui. Eu não tive tempo para fazer greve, não tive tempo para fazer manifestação na minha vida, presidente; o que eu fiz foi trabalhar desde pequeno. Naquele dia eu fiz aquele discurso, e hoje eu quero refazê-lo da seguinte forma, presidente. V. Exa., como presidente deste Parlamento mineiro, os companheiros Raul Belém, Cássio Soares – que grandeza o Cássio Soares teve com a gente –, todos os companheiros da Assembleia com quem conversei, que assumiram o compromisso comigo, cumpriram esse compromisso e nos deixaram em condição de poder conversar novamente com o servidor público de Minas Gerais frente a frente. Policiais civis, policiais penais, socioeducativos são todos membros da segurança pública e tratados em iguais condições. Nós conseguimos avançar, principalmente na integralidade e paridade; nós conseguimos avançar nos valores da alíquota, que vieram para a Assembleia – no início, 19%, e caíram para 16%. E a Assembleia garantiu, para quem ganha até R\$6.000,00, que vai ficar uma alíquota na casa dos 12%, o que lá em São Paulo são 16%, uma diferença enorme, favorável a nós mineiros, ao servidor público de Minas Gerais.

Eu sei que nós temos muita gente que continua brigando, falando, mas xiita existe em todos os lugares. Nós precisamos ter consciência dos avanços que tivemos. E aqui, presidente, além de agradecer a V. Exa., de agradecer ao deputado Raul Belém, de agradecer ao deputado João Magalhães e de agradecer ao deputado Cássio Soares, eu gostaria de fazer referência à deputada Sheila, que fez um voto pelo qual nós fomos crucificados no começo, mas mal sabiam aqueles que estavam nos agredindo que tínhamos começado uma discussão importante e tínhamos recebido o voto de confiança de todos vocês.

Então eu agradeço aos deputados que confiaram na gente, que confiaram em nós, que nos apoiaram nas nossas decisões. Sargento Rodrigues, embora naquele dia tenha votado contra, como uma estratégia também, hoje sabe da importância do nosso voto favorável aquele dia. Então tivemos a oportunidade de discutir. Nós tínhamos o Sargento Rodrigues, defensor da segurança pública; nós tínhamos eu e a Sheila, defensores da segurança pública; um trabalhando com uma vertente, e os outros, com outra vertente. E o que aconteceu foi uma vitória para a segurança pública, uma vitória para o servidor público de Minas Gerais. O professor vai estar dentro da alíquota média de 11% para cima – até 12% aqueles que ganham mais. Então ficou tudo tranquilo.

É claro que nós gostaríamos que não houvesse nada, mas é impossível. A Assembleia mineira, se não me engano, é a 23ª a fazer a sua reforma – 22 ou 23 estados já o fizeram. Então chegou o momento de Minas Gerais também fazer isso para recuperar a economia de Minas Gerais, para dar uma força para que o governo do Estado – o seu secretariado – possa trabalhar com um pouquinho mais de folga em favor de Minas Gerais. Nós estamos cansados de receber salário parcelado e salário atrasado. E eu quero acreditar agora que – vou mandar esta mensagem ao nosso governo –, o mais rápido possível, o servidor público de Minas Gerais deixará de receber parcelado e atrasado, tudo isso em razão dessa aprovação da PEC, porque nós daremos a oportunidade de o Estado de Minas Gerais e de os seus gestores fazerem uma administração melhor, mais tranquila. Porque todos nós sabemos que o governo pegou este estado num estado de falência, numa situação difícil. Mas hoje nós podemos dizer que estamos dando ao governo mineiro a oportunidade de ser bom gestor e de melhorar a economia do Estado de Minas Gerais. Agora nós precisamos de investimento do governo. Vamos buscar isso para que Minas siga vencendo e siga em frente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Delegado Heli Grilo. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Bom dia, presidente; bom dia, deputados; bom dia, deputadas. Chegamos ao dia da votação em 2º turno. Eu, como líder do Bloco Democracia e Luta, queria aqui fazer o encaminhamento contrário à aprovação da proposta de emenda constitucional – e faço isso por vários motivos. Em primeiro lugar, nós consideramos inapropriada, inadequada a votação de uma proposta tão importante, que afeta milhares de servidores, gerações, num momento da pandemia, num momento em que as nossas atenções deveriam estar concentradas no enfrentamento desta pandemia e também dos seus efeitos socioeconômicos. Entendemos que não é adequado votar uma matéria dessa natureza sem a participação presencial dos deputados e deputadas, sem o envolvimento direto, presencial dos servidores, das servidoras e das suas respectivas entidades. E a melhor maneira de demonstrarmos que achamos isso inadequado é votar contra, não simplesmente solicitar que a Assembleia reabra os seus trabalhos na próxima semana. A outra questão é que o governo Zema não precedeu o envio da mensagem de um debate mais amplo com o conjunto das entidades, com o conjunto dos servidores. Então a proposta chega à Casa Legislativa sem o crivo, sem essa construção democrática.

O governo encaminhou – e, desde o início, nós denunciávamos – uma proposta que ia muito além daquilo que é exigido pela portaria do governo federal em face da reforma da Previdência federal, que é a adequação das alíquotas, inicialmente até 31 de julho, prazo que foi prorrogado depois para 30 de setembro. O governo encaminhou uma proposta contendo matérias administrativas, de reforma administrativa, de reforma sindical, de corte de direitos, de política remuneratória, além da questão das alíquotas, e também um conjunto de normas relacionadas à Previdência no seu conjunto: regras de transição, cálculo de contribuição, idade mínima, criação de fundos, enfraquecimento do Ipsemg.

Nossa estratégia, desde o início, foi, primeiro, evitar essa votação no momento da pandemia. Mas, a partir do momento em que a proposta começa a tramitar, nós solicitamos o fatiamento dela. O Bloco Democracia e Luta conseguiu esse fatiamento, conseguiu retirar a reforma administrativa e a reforma sindical, conseguiu preservar direitos adquiridos dos servidores e das servidoras. Não conseguimos o fatiamento, no entanto, só para a votação das alíquotas. Então, a partir deste momento, a nossa estratégia foi exatamente, usando o Regimento da Assembleia, dilatar o prazo de discussão das matérias na Assembleia Legislativa. E isso foi absolutamente fundamental. O governo queria passar a boiada até 18 de julho, e nós não deixamos. Na Comissão do Trabalho, onde somos maioria, seguramos o projeto dentro das normas do Regimento, exatamente para que as entidades sindicais de todos os setores, da segurança inclusive, pudessem proceder à negociação com as comissões permanentes, com o relator da comissão especial, com o relator da Comissão de Administração Pública, e para que, no âmbito da Comissão do Trabalho, pudséssemos também realizar as audiências públicas.

No mês de julho, o presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus, numa decisão sóbria, não prorrogou os trabalhos até o final do mês, e, além disso, realizou também um seminário legislativo. Então, com a realização do seminário legislativo e com as audiências na Comissão do Trabalho, foi possível haver uma redução de danos na proposta apresentada pelo governo. Então foi fundamental que nós, do Bloco Democracia e Luta... E aqui eu agradeço aos deputados e às deputadas que o integram, porque foi essa postura nossa, o contraditório, essa posição firme que possibilitou que a proposta original do governo não passasse como ela veio. Mesmo, no nosso caso, mantendo a coerência e votando contrariamente, como votaremos hoje a proposta do governo...

Quando, no 1º turno, a nossa tentativa de derrubar a proposta não vingou, porque o governo conseguiu a maioria dos votos, seja para a PEC, seja para o PLC, nós intensificamos o processo de pressão para que algumas das emendas – e nós nunca deixamos de apresentar emendas – pudessem ser consideradas no âmbito da Assembleia Legislativa e pela base do governo. E nós conseguimos, nessa PEC, retirar a previsão da contribuição extraordinária. Isso foi muito importante. Imaginem: o servidor que ganha pouco, o servidor que já vai ter a alíquota majorada, o servidor que vai ter condições mais difíceis de se aposentar, e o governo poderia, independente da PEC, porque isso já estaria previsto na PEC, por um projeto na Assembleia Legislativa, instituir uma alíquota adicional. É isto mesmo: além dos 16, 15, 14, 13, 12, 11% de alíquota, o governo poderia instituir uma alíquota adicional. Isso é um absurdo! Então o Bloco Democracia e Luta conseguiu – e aí eu agradeço também à sensibilidade do relator, deputado Cássio Soares – fazer com que fosse retirada da proposta do governo essa previsão. Portanto foi muito importante essa ação do Bloco Democracia e Luta para que, além do aumento da alíquota, os servidores e as servidoras não tivessem essa previsão de alíquota extraordinária. Por isso eu queria agradecer.

O Bloco Democracia e Luta não conseguiu tudo; o Bloco Democracia e Luta fez a sua parte. Muitos deputados e deputadas trabalharam na Assembleia para a redução de danos. Agora, a nossa atitude foi muito firme desde o início. Nós discordamos dessa reforma, porque o governo Zema entende a reforma como um mecanismo de ajuste fiscal, e nós não equacionaremos o déficit de Minas com a reforma da Previdência. Não é justo colocar as contas negativas do Estado nas costas do servidor público. O serviço público é importante, o servidor público tem que ser valorizado. O governador tem que ir a Brasília exigir um novo pacto federativo, tem que exigir a compensação da Lei Kandir, tem que exigir o imposto sobre produtos exportados. O governador tem que fazer um reexame das renúncias e dos incentivos fiscais, que levam mais de R\$10.000.000.000,00 de Minas Gerais todos os anos. É isso que o governador tem que fazer. É muito fácil fazer ajuste fiscal nas costas de quem ganha pouco, principalmente no momento da pandemia.

E eu queria dizer também que, além de retirar a contribuição extraordinária, o Bloco Democracia e Luta está conseguindo segurar a privatização da Previdência em Minas Gerais, com a retirada da criação do MGPrev. Nós precisamos, neste momento, aprofundar este debate. E, na discussão do PLC, vamos falar também de outros avanços que nós conquistamos. Conquistamos, obviamente, nas comissões, com o apoio de deputados e deputadas sensíveis também a essa causa, como, tenho certeza, serão aqui no Plenário.

Então quero reiterar o nosso encaminhamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 55, reafirmando que o governo de Minas deve buscar outros caminhos para o equilíbrio fiscal, e não simplesmente atacar as entidades sindicais, atacar os servidores e servidoras públicas, atacar o serviço público num país tão desigual, como é o Brasil, que sofre tanto com essa pandemia e que precisa tanto de políticas públicas. Nós devemos é valorizar o serviço, as servidoras e os servidores públicos, e não atacá-los com reformas que buscam reduzir a abrangência e o alcance das políticas públicas sociais e penalizar aqueles que dedicam toda a sua vida às pessoas, principalmente às pessoas mais pobres, que dependem das políticas ofertadas pelo Estado de Minas Gerais.

Por isso encaminhamos, presidente, o nosso voto contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 55, parabenizando todas as entidades que lutaram, ainda nesse contexto de não participação presencial, que fizeram a sua parte interagindo com todos os deputados, deputadas e blocos desta Casa, que também participaram remotamente das atividades realizadas pela Assembleia. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão. Agradeço a V. Exa. e o parabenizo pela atuação e pelas conquistas que foram possíveis graças ao seu trabalho e o envolvimento de todos os membros do Bloco Democracia e Luta.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Bom dia, presidente, bom dia, nobres colegas. Primeiro quero mudar o tom dos discursos que vêm sendo feitos aqui. O tom não é de comemoração, não é de vitória. Vitória em quê? Sinceramente, o que estou vendo é que a Assembleia de Minas vota, no meio de uma pandemia, uma reforma da Previdência que vai retirar direitos dos trabalhadores. O governo do Estado ligou o trator, mobilizou sua base, e quer agora, de toda forma, aprovar uma reforma que retira direitos dos trabalhadores. Não há conquistas. Falar que foram obtidas vitórias, essas vitórias são o que a gente chama de redução de danos. Não são conquistas. Conquista seria se o governador Zema tivesse dito o seguinte: "Reconheço, por exemplo, o trabalho extraordinário que a saúde vem fazendo no enfrentamento da pandemia, e por isso vamos pagar o teto da insalubridade, de 40%, criar o piso mineiro da enfermagem, promover valorização, criar gratificação". Isso é que é vitória; isso é que é conquista. Todo o resto que estamos discutindo aqui são reduções de danos, e é lamentável que estejamos discutindo isso.

Não concordo com alguns colegas que me antecederam e que disseram que obtiveram vitórias importantes, nem mesmo para a segurança. Se você for analisar a situação, a Polícia Civil é o primo pobre da Polícia Militar. Sempre a Polícia Civil tem que ficar brigando, a duras penas, para poder obter alguma conquista. Por exemplo, a pensão por morte, mesmo que a morte ocorra fora do trabalho da Polícia Militar, a pensão será integral, conforme consta na proposta, mas isso não vale para o policial civil e para o agente penitenciário, polícia penal. Correto?

Comemora-se também a redução do pedágio de 100% para 50%, mas esse valor ainda é elevadíssimo. Então, gente, sinceramente, não tenho nada para comemorar. Não tenho nada para comemorar neste dia. Ainda como último esforço, convido os colegas a rejeitarmos essa PEC, a rejeitarmos o PLC, para depois fazermos o debate num momento mais adequado e oportuno e ouvirmos direito as categorias. Na verdade, ouviu-se de maneira residual, porque a maioria dos sindicatos sequer puderam fazer assembleias, foram impedidos de fazer assembleias para ouvir o conjunto de servidores que eles representam e trazer as suas impressões. Ouviu-se o diretor, mas não se ouviu a base.

Então, sinceramente, hoje é um dia triste. A aprovação da reforma da Previdência em Minas Gerais acontece num momento dramático para o Estado: milhares de mortes por Covid, funcionalismo recebendo de modo parcelado. O presente teria sido dizer: "Vamos começar a pagar a vocês em dia e, para aqueles que já estão sem reajuste há muito tempo, vamos negociar um reajuste para o conjunto dos servidores, como foi feito, por exemplo, com a segurança". Mas não aconteceu nada disso. A notícia que se traz é de aumento do tempo de contribuição, aumento de idade, pedágio, regras que não são justas.

Vejo todo mundo aqui elogiando o governador Romeu Zema: "Que bacana, que legal, ele atendeu às nossas reivindicações, flexibilizou, negociou daqui, negociou dali". E ninguém quer discutir o problema de Minas Gerais, de fato. Deveríamos discutir aqui e

cobrar do governador; discutir, por exemplo, se o problema é de ordem fiscal, de falta de revisão dos regimes especiais que concedem recursos, gratificações, benefícios e isenções para empresas milionárias e bilionárias do Estado de Minas Gerais. Tem a mão pesada para tirar do servidor, dizendo que isso é fundamental para fazer o equilíbrio financeiro, mas não tem a mão pesada para tratar da mesma forma os grandes, os seus iguais, os seus semelhantes. Por que a maioria dos colegas não estão discutindo isso aqui? É parabéns, governador, para cá; parabéns, governador, para lá. "Ficou muito lindo o projeto, ficou ótimo; veja, servidor, que presente bom estamos entregando a vocês!".

Não se trata disso. Deveriam é explicar ao servidor que ele pode ir cobrar do governador a reposição dos recursos do fundo previdenciário que foram utilizados na época do governo Anastasia. Deveria ser feita a cobrança desses recursos que pertenciam aos servidores, mas o fundo foi extinto e o governo foi autorizado a fazer uso dos recursos. Onde está o dinheiro? Onde estão aqueles bons bilhões que pertenciam aos servidores? Há muitos colegas aqui que foram da base do Aécio e do Anastasia e que disseram que precisam tomar essas medidas porque o governo do PT quebrou Minas. O governo do PT já pegou o Estado quebrado, com mais de 7 bilhões em dívida orçamentária, e vocês se lembram disso. Uma dívida deixada pelo governo Aécio, do PSDB. Pegamos o Estado sem o fundo previdenciário, que foi utilizado pelo Sr. Anastasia. Pegamos o Estado com um conjunto de problemas, mas, mesmo com tantos problemas, não tivemos a coragem de fazer com o servidor o que está sendo feito agora. Não tivemos!

Sobre o parcelamento do salário, que o Zema também está fazendo, isso era contingência. Na verdade, era contingência, porque muitas medidas que quisemos aprovar lá atrás foram impedidas pela oposição na Casa. Foram impedidas pela oposição. Disseram para o servidor público lá atrás: "Se a Assembleia não votar a reforma administrativa no começo do mandato, não haverá como pagar em dia". Está pagando em dia? "Se a Assembleia não votar o projeto da Codemig, não haverá como voltar a pagar em dia". E está pagando em dia? "Se a Assembleia não votar agora a reforma da Previdência não haverá como pagar em dia". Agora ela vai ser aprovada e quero ver se vai pagar em dia. Vamos ver qual vai ser a próxima lorota. Os governos de direita criam essas fantasias na cabeça da população. Outro exemplo: "Se não houver reforma, você não melhora a questão econômica do país". Veja o que foi feito no Brasil, gente! Se não aprovassem lá a terceirização, diziam que o Brasil não voltaria a crescer e a gerar empregos. Não voltou. Da mesma forma, dizia-se da aprovação da reforma trabalhista para que o País voltasse a gerar empregos e a crescer. Não voltou e não cresceu. É sempre assim: "Se não vender as empresas estatais, não volta a crescer; se não votar a reforma da Previdência, como o Bolsonaro aprovou,..." Agora aprovou-se a reforma da Previdência, e os efeitos não vieram.

Presidente, sinceramente, o dia hoje é um dia triste, e eu lamento. Lamento em nome das forças de segurança, da Polícia Civil, dos agentes socioeducativos, dos agentes penitenciários, dos nossos professores e professoras. Ainda que tenhamos conseguido alguma vitória – nem vou chamar de vitória, porque não tem como ser vitória, o que existe é uma redução de danos – e, mesmo que tenhamos avançado em alguma redução de danos no conjunto da obra, ainda não está sendo bom para o servidor público de Minas Gerais. Não está sendo bom.

Então hoje é dia de lamentar em nome dos servidores da saúde, do meio ambiente, da Fazenda, da educação, de todo o conjunto dos trabalhadores. O governo tem que entender que o Estado não é uma loja onde se vendem eletrodomésticos. O Estado não vende produtos. O Estado oferece serviços. O produto do Estado é serviço, é educação de qualidade, é segurança de qualidade, é saúde de qualidade, são serviços de qualidade, e tudo isso não vai acontecer achatando as condições dos trabalhadores, precarizando as condições dos trabalhadores. Não será dessa forma que isso vai acontecer.

Então, presidente, fica aqui o meu registro. Honestamente, não me venham falar em vitória: "Que legal; foi acolhido; negociou; se a farinha é pouca, meu pirão vem primeiro para alguns que represento; se ficou bom, o resto larga para lá". Temos que trabalhar para todo o conjunto de servidores públicos do Estado de Minas Gerais, porque todos merecem igualmente o nosso respeito.

Encaminho, assim como o nosso líder, o deputado André Quintão, o voto contra. Alguns colegas deputados entenderam o que eu disse, têm sensibilidade, compreendem que a questão é muito mais ampla, porque o governo não ataca o que precisa ser

atacado de forma séria, e, se não mudarmos isso, não resolveremos o problema do Estado e vamos continuar tirando dos mais pobres, que são os nossos trabalhadores. Então fica o meu apelo para que possamos votar "não" a essa proposta e discuti-la num outro momento. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cristiano Silveira. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bom dia, presidente. Quero dar bom-dia a todos os colegas parlamentares. Bom dia, meu líder de bloco, deputado André Quintão, que me antecedeu. Quero desejar um bom-dia ao presidente do partido dos trabalhadores e trabalhadoras, que também me antecedeu, deputado Cristiano Silveira.

Faço aqui esse encaminhamento de votação da PEC, na porta da Assembleia, na manifestação dos servidores. Vejo aqui policiais civis, auditores fiscais, trabalhadores em educação, trabalhadores da saúde, do Judiciário, e outros que vieram em solidariedade ao movimento. O clima aqui fora não é esse clima de vitória ou de conquistas, quero dizer isso. Não tenho nenhuma autorização para falar em nome das entidades sindicais porque elas fazem o seu papel, a sua representatividade, mas o debate aqui, do lado de fora, não tem esse clima de vitória.

Quero inclusive começar fazendo uma referência muito respeitosa e de homenagem aos sindicatos que cumpriram o seu papel e não o delegaram. O papel de uma entidade sindical é a defesa da sua categoria. Essa reforma e toda a sua tramitação retira direitos; não é uma reforma que avançou; é uma reforma errada na hora errada. É uma reforma errada porque acontece no meio de uma pandemia. Foi uma escolha política do governador fazer essa reforma durante a pandemia. É uma reforma errada porque foi construída sobre o alicerce de que os servidores precisam fazer a sua cota de sacrifício, e a sua cota de sacrifício significará algo muito perverso na vida dessas pessoas. Haverá aumento de contribuição, aumento de idade, aumento de tempo de contribuição.

Essa não era a reforma necessária, já que deveríamos discutir a reforma tributária. Se o governo diz que essa reforma da Previdência economizará R\$2.000.000.000,00, nós teríamos R\$13.000.000.000,00 para discutir, que são as renúncias de receitas e as isenções fiscais. Então, com esses R\$13.000.000.000,00, seria perfeitamente possível fazer uma reforma tributária que trouxesse justiça social ou que, pelo menos, diminuísse as desigualdades, preservando, portanto, os servidores e as servidoras, que estão fazendo a máquina do Estado funcionar. Se existe Estado é porque existe servidor público. O servidor público é essencial na prestação de serviços pelo Estado.

Então nós deveríamos, durante essa pandemia, era ter cuidado desses servidores. Deveríamos ter, durante a pandemia, um governo que se preocupasse com as condições de trabalho deles. Servidores públicos estão se contaminando e morrendo por causa da Covid. Era essa a nossa preocupação.

O nosso encaminhamento, na qualidade de bloco e de bancada também, é um voto contrário a essa reforma. Estamos sendo honestos, transparentes e coerentes nas nossas ações. Lutamos muito para que a reforma não tivesse condições de chegar ao Plenário, e, quando chegou, apresentamos muitas emendas. Então esse discurso que ouvi de que alguns trabalharam, outros protestaram, os xiitas, é uma narrativa errada e desrespeitosa com quem também fez o trabalho parlamentar só que com outra visão em relação à reforma. No momento em que essa reforma chegou ao Plenário, todas as emendas para debater o conteúdo foram apresentadas. Foram dezenas de emendas construídas coletivamente pelo Bloco Democracia e Luta, por parlamentares que buscaram disputar esse conteúdo da reforma a fim de diminuir danos.

Dessa forma, ninguém ficou com o mi-mi-mi do "fique em casa". Fizemos o nosso trabalho parlamentar. Eu não deixei de estar na Assembleia Legislativa, presencialmente, em nenhum momento de discussão da reforma da Previdência. Não deixei de me fazer presente em nenhum momento, em comissão, mesmo naquelas das quais não faço parte. Eu estava presente inclusive para representar o bloco em cada comissão, para representar bancada e bloco. Então esse discurso de que alguns trabalharam e outros não trabalharam não corresponde à realidade.

A diferença é que lutamos por todos, lutamos por todo o funcionalismo, a exemplo da luta que fizemos em defesa do Ipsemg. Não fiz a defesa exclusivamente da educação, e, sim, do conjunto do funcionalismo. Outro exemplo foi quando lutamos pelas mulheres para que elas não fossem penalizadas. Não fiz uma luta específica, mas uma luta em defesa do conjunto. Essa é a diferença. Nós pensamos na coletividade, pensamos no todo, e não nos aproveitamos da obstrução do outro para, por exemplo, negociar mais um pouquinho para mim. Não fizemos negociações individuais. Buscamos, com coerência, com transparência e honestidade, fazer o nosso trabalho parlamentar, e essa é uma reforma errada e na hora errada. É por isso que encaminho contra, voto contra a PEC que está em tramitação neste momento, no nosso Plenário.

São essas as minhas considerações, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Presidente, eu estou falando aqui diretamente de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, nessa votação remota que estamos fazendo em função da Covid-19.

Eu queria me dirigir especialmente a todas as servidoras e servidores que estão nos acompanhando e também aos deputados e deputadas, porque há deputado que está comprando o discurso de que a reforma da Previdência vai resolver o problema do pagamento dos servidores. O próprio governo diz, segundo os cálculos que não consegue apresentar, que o déficit permanece até 2050, mesmo com essa reforma.

A vantagem de a gente ser um pouco mais velho, presidente, é que a gente traz na bagagem um pouco de experiência. Eu sou servidor do Estado de Minas Gerais, lotado no Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora, há 30 anos. Eu passei por vários governos: Hélio Garcia, Newton Cardoso, Itamar Franco, Azeredo, Aécio, Anastasia, Pimentel. Quase todos ou praticamente todos pagaram salários com atraso ou parcelados; parcelados, muitas vezes, fora do mês, não dentro do mês. Quando iniciei a minha carreira no Estado, presidente, eu era designado, até ser aprovado no concurso público, e levava quatro meses, quatro meses para poder receber o salário, que vinha de forma retroativa. A gente tinha que pegar dinheiro emprestado para poder ir trabalhar e pagar daqui a quatro meses esse empréstimo.

Então as coisas não vão se resolver dessa maneira como sendo dito pelo governo e pelos deputados que o acompanham. O que vai resolver o problema do Estado são as novas receitas, que precisam ser debatidas. Nós precisamos discutir a política de isenção fiscal que é dada aqui no Estado. São R\$12.000.000.000,00 ao ano, e o governo diz que vai economizar R\$1.000.000.000,00 ao ano com a reforma da Previdência. Ou seja, está jogando nas costas dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado o problema da receita, e deveríamos estar fazendo essa discussão. O problema é que essa discussão da política de isenção fiscal parece que está proibida no governo, parece que está proibida dentro da Assembleia.

Essa reforma, como todas as reformas da Previdência, é uma pauta dos banqueiros. Se nós considerarmos o Regime Geral de Previdência Social, os fundos estaduais e municipais, nós estaremos falando de bilhões, bilhões e bilhões de reais, se não chegar a trilhões. É nisso que os banqueiros, os rentistas estão de olho, e vão fazer você trabalhar mais, vão fazer você contribuir mais, vão fazer você migrar, provavelmente, daqui a um tempo, para uma previdência complementar, privada, para você poder sair com uma aposentadoria um pouco melhor. Porque as regras que estão sendo adotadas aqui, a partir de agora, para quem ganha a partir de três salários, por exemplo, é uma diminuição de salário na prática porque você vai pagar e o seu salário vai ser taxado também.

O fato é que os ataques vão continuar, presidente. E aí eu quero me dirigir especialmente às servidoras e aos servidores. A reforma administrativa que Romeu Zema enviou para a Assembleia Legislativa, que foi retirada... Ela foi junto com a reforma da Previdência, mas ela foi retirada desta discussão principalmente porque o Bloco Democracia e Luta, do qual faço parte, conseguiu retirar. Ela está aí, está parada. E agora vem também a reforma administrativa de Bolsonaro, que vai retirar mais direito. Eles vão tentar acabar, por exemplo, com a progressão por tempo de serviço, com férias-prêmio. Aí alguns podem dizer: "O setor privado não

tem esse tipo de reajuste salarial". Sim, mas o setor privado tem outras questões que os servidores públicos também não têm. Então não é essa a discussão. A discussão é a retirada de direitos que eles vão fazer a todo momento.

Então eu quero fazer, Sr. Presidente, uma retrospectiva rápida do que eu falei de todo esse processo. Essa proposta veio para a Assembleia em meio a uma pandemia. A Assembleia está fechada. Os deputados estão trabalhando de forma remota. A Assembleia está lacrada. Os servidores não podem entrar na Assembleia para poder fazer essa discussão. Portanto, todo esse processo está eivado de vícios, porque foi feita uma discussão sem a participação dos principais interessados, que são servidores, que têm os seus direitos retirados.

Então, Sr. Presidente, fazendo uma última tentativa de convencimento, porque não se pode discutir dentro de uma Casa Legislativa retirada de direitos de trabalhadores, ainda mais dessa forma, chamo o voto contrário a essa reforma da Previdência. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Raul Belém.

O deputado Raul Belém – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero agradecer a cada uma, a cada um dos 77 deputados desta Casa, iniciando por V. Exa., a quem agradeço o equilíbrio, a condução dos trabalhos. Eu acho que todos tiveram a oportunidade de trabalhar muito durante essa reforma.

Eu quero agradecer ao líder do bloco do governo, o deputado Gustavo Valadares, o grande trabalho que fez conosco aí na Casa. Queria agradecer ao líder Cássio Soares, que também foi relator dessa PEC, e cumprimentá-lo pelo seu trabalho, pelo seu equilíbrio dentro do processo em ouvir todas as deputadas e todos os deputados, ouvir os sindicatos, ouvir os trabalhadores. Parabéns, deputado Cássio.

Quero cumprimentar também todos os relatores das matérias relacionadas à Previdência: o deputado João Magalhães, que conduziu, com muito equilíbrio, sempre muito trabalhador, muito disponível. Parabéns, deputado João. Parabéns, deputado Dalmo Ribeiro, que também foi relator da matéria. Parabéns ao líder André Quintão, que, junto ao seu bloco, também soube construir questões importantes dessa reforma. Queria cumprimentar os deputados Ulysses Gomes e Cristiano Silveira, que também são líderes da oposição, e cumprimentar o líder Sávio Souza Cruz, cumprimentar o governo pela sensibilidade de entender que algumas coisas precisavam ser cedidas.

De fato, nós não estamos aqui para comemorar absolutamente nada. Nós estamos aqui para ser responsáveis com esse processo que Minas Gerais nos exige. Nós sabemos que, num passado recente, os municípios deixaram de receber pela questão econômica do Estado; depois, foram confiscados recursos de depósitos judiciais. Qual seria o próximo passo do Estado de Minas Gerais? Confiscar aposentadorias, confiscar salários, que não estão sendo pagos em dia? Então nós realmente não temos nada a comemorar, mas precisamos ser sérios e entender que é preciso uma contribuição de todos. O servidor não tem absolutamente culpa nenhuma nisso, mas todos precisam colaborar para tirarmos o Estado dessa dificuldade.

Nós temos 5 milhões de mineiros vivendo do auxílio emergencial em meio à pandemia. Nós precisamos entender que é preciso planejamento para tirar o Estado dessa crise. Eu acho que a Assembleia tratou esse assunto com muita responsabilidade, ou seja, é preciso seguirmos adiante. Muitas outras mudanças terão que ser feitas. O governo tem enxugado a máquina onde tem tido condições para poder rodar o Estado de Minas Gerais e rodar para 21 milhões de mineiros, que precisam de obras, precisam de melhorias na saúde, na educação, na segurança pública.

Nós queremos dizer que esse é um passo que o Estado de Minas Gerais dá e um passo importante para um governo que tem demonstrado que tem responsabilidade, um governo que tem compromisso, um governo que tem decência e que quer seguir adiante, preocupando-se com toda a coletividade. Eu espero que, após esse passo, nós possamos de fato, no futuro, comemorar coisas importantes e relevantes para o Estado de Minas Gerais.

Queria agradecer a todos os deputados, todos foram extremamente importantes. Ninguém tem nada que comemorar, mas nós temos que compreender que todos foram responsáveis pelo momento, que nos exige esse discernimento e essa compreensão. Agradeço a todos, agradeço a Deus a oportunidade, o nos dar sabedoria para conduzir este momento, que é muito difícil, mas, graças a Deus, tenho certeza de que Minas sairá lá na frente, porque Minas é maior do que todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Voto "sim" pela PEC. É o pedido que faço a todos os deputados. Voto "sim" pelo compromisso com o Estado de Minas Gerais.

O presidente – Muito obrigado, deputado Raul Belém, líder do governo. Parabéns V. Exa. pelos entendimentos realizados durante a tramitação desses projetos. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas. Hoje eu venho aqui falar para o povo mineiro como um todo. Acho que é uma reforma da Previdência em que a gente vê vários funcionários públicos insatisfeitos, várias pessoas comentando sobre supersalários, superauxílios, superbenefícios, o que acaba englobando a massa toda dos funcionários públicos. Isso acaba sendo até, de certa forma, desrespeitoso, por não se entender também como houve várias mudanças ao longo do tempo e como os novos funcionários públicos não têm tantos privilégios.

Há classes, sim, que estão sendo beneficiadas, que recebem mais e geram toda a insatisfação do povo mineiro. Este é o ponto, é o cerne principal em que quero entrar no meu recado hoje. É uma reforma que aconteceu de forma que não agradou muitas pessoas. Não me agradou a reforma também. A gente não está comemorando a reforma, inclusive a reforma desidratou bastante no que veio para cá. Acredito que deveria ser uma reforma até mais mais contundente. A reforma não me agradou não foi nem no tocante de ela ter se desidratado ou não, mas, sim, por ver como as discussões acontecem. E é neste ponto que eu quero tocar: o povo precisa entender o seu verdadeiro papel, como ele funciona na democracia. Não só votar no seu deputado e esperar que ele o represente, mas, sim, estar fiscalizando, cobrando e acompanhando as discussões.

Hoje eu vi aqui deputados de governos passados reclamarem, falarem que é um absurdo, que é isso, que é aquilo, mas este governo está pagando salário em dia, este governo colocou os repasses dos municípios, que era uma dívida de R\$13.000.000.000,00, um dia. Então este governo tem honrado com a sustentabilidade financeira, tem buscado isso, e a gente não viu isso nos governos passados. Não é à toa hoje que estamos com um déficit tão grande na Previdência, que é só mais um sintoma de toda a situação fiscal e financeira em que o nosso estado está.

Sendo assim, recaí aqui... Realmente, de quem é a culpa de a gente ter uma Previdência tão deficitária? De quem é a culpa de terem acontecido tantos... Não dá nem para falar o que foi feito nesses governos passados, mas de quem é a culpa? É dos governantes ou é do povo? Uma frase que eu gosto de falar bastante é que povo fraco faz líder fraco. Povo forte faz líder forte. Se o povo vira as costas para a política, se não acompanha o que está acontecendo, como o povo pode culpar apenas os governantes pelo que aconteceu?

A gente vê aí uma reforma que passou por cima de fundos capitalizados ao longo do tempo, com o dinheiro do servidor, e hoje esses fundos não existem mais. Inclusive deixo até uma lembrança à Márcia Prates, uma amiga que desabafou inúmeras vezes comigo, ao longo desse processo de arranjo da Previdência. O tanto que ela colocou sobre essa injustiça em que se tiram fundos dos funcionários públicos; no caso do Ipsemg, por exemplo, fundos que tinham recursos na casa de bilhões, com prédios e edifícios que geravam aluguéis, rendimentos. Agora não há mais esses fundos para que se possa suprir o déficit da Previdência. Então, falar só de culpa do funcionário público é uma discussão muito superficial para a população em geral, como também para o funcionário público, a classe que veio aqui – recebi todos de portas abertas. Participei presencialmente de quase 100% das discussões aqui, na Casa. Mas, infelizmente, é aquilo que falo, a reforma não ficou boa talvez por falta de uma discussão mais saudável, em que todo mundo deveria olhar, como em toda reforma, como a gente deveria arrumar e reequilibrar as contas. Infelizmente, os funcionários públicos, as classes

vieram mais para defender os seus próprios direitos, os seus próprios interesses. Então, a que reforma a gente chegaria? A uma reforma que é como uma colcha de retalho, em que cada um puxa para o seu lado.

Então, como a gente chegaria a uma reforma justa? Como a gente conseguiria chegar até mesmo à questão das isenções fiscais, sobre as quais falou-se tanto aqui. Isenção fiscal é muito interessante, pois ela traz renda, traz investimentos para o nosso estado. Será que a gente não fez algumas isenções desnecessárias? Será que não era interessante rever isso também? Ver essa questão dos fundos que ficaram para trás? O funcionário público... Foi, literalmente, um roubo do dinheiro dos funcionários praticado pelo Estado. Como a gente coloca isso na balança também, porque a balança não é, simplesmente: contribuição, menos benefícios, igual a sustentabilidade.

Era uma discussão realmente muito complexa, que deveria ter sido feita de maneira imparcial e com a contribuição de todos, a fim de que pudéssemos entender um pouco mais o que poderia ser feito. É uma reforma que, infelizmente, veio do governo com mais uma reforma, a administrativa, com uma série de questões que acabaram gerando mais discussões, em vez de ter sido uma coisa mais simples. Mas cadê o povo? Cadê a discussão? Cadê a discussão que faltava, não sobre o que se está retirando de cada classe, mas, sim, para se ter uma visão global?

Então, pessoal, voto com pesar. É sempre ruim tomar medidas austeras, mas elas são necessárias para garantir recursos. Dou parabéns ao governo, que tem se mostrado corajoso ao adotar essas medidas austeras; que colocou mais uma reforma complicada, difícil de passar e que (-Inaudível.) bem ou mal, pelo menos passou. Ganhamos mais um tempinho, ganhamos mais um pouco de oxigênio. Vão ser necessárias outras, com certeza, aí para a frente.

Aproveito para pedir que o povo entenda mais o seu papel na democracia, de estar presente nas discussões do dia a dia. Então é isso, presidente, o recado ficou dado. Vamos votar "sim" pela reforma da Previdência, porque ela é necessária. Um abraço a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bartô. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Bom dia, presidente, deputados e deputada. Um bom-dia a todos e a todas. Queria, presidente, neste dia 4/9/2020, a três dias da gente comemorar a Independência do Brasil, lamentar esse capítulo triste da história que a gente escreve hoje, em Minas Gerais. Dia 4/9/2020, um dia em que não temos o que comemorar.

Já ouvi alguns deputados falando um pouco nesse sentido, e inclusive quero cumprimentar todas as companheiras e todos os deputados do nosso Bloco Democracia e Luta. Como líder da Minoria, ao lado do querido amigo deputado André Quintão, tenho tido a oportunidade de, conjuntamente, liderar e trabalhar na defesa dos servidores nesta pauta, do povo mineiro em especial, contra essa proposta injusta, indevida, colocada num momento inadequado, que o governador Zema apresenta para Minas Gerais.

Que projeto o governador, que se diz diferente, governo eficiente, enfim, que proposta de fato ele tem para resolver o problema do Estado? O Estado vem sendo quebrado, esse é um processo que vem acontecendo ao longo dos últimos 20 anos, conforme destacou o próprio governador Zema, quando tomou posse na Assembleia. Hoje, tendo que construir sua base contando com o PSDB, ele tenta disfarçar um pouco. Mas, quando ele tomou posse, foi enfático: "Dos governos passados". Quem governou durante 16 anos, sem responsabilidade, e quebrou o Estado passa despercebido nesse momento. Mas o povo está cansado dessa discussão de quem passou e não fez, quem deixou de fazer; quer saber é o que a gente pode fazer. E o que nós, deputados e deputadas, podemos fazer hoje é cobrar do governo uma proposta efetiva para que a Assembleia Legislativa, nós, com a responsabilidade que temos, possamos juntos buscar uma saída econômica, financeira, para o Estado se recuperar.

Quando a gente fala de previdência, temos que resgatar o que o PSDB fez ao acabar com a Previdência do Estado, ao acabar com o fundo de Previdência – o Funpemp –, para acertar as contas do ex-governador Anastasia. O governador hoje quer colocar a conta: "Ah, o governo passado, atraso..". Lamentavelmente o governo passado atrasou salário, sim, mas conseguiu ajustar as contas para que hoje o governador Zema pudesse ter condições de governar. É só ver o aumento de arrecadação que ele obteve no ano

passado sem fazer nada. Foi exatamente o governo passado, no último ano e meio, que conseguiu ajustar as contas, dar uma pequena reajustada, para começar medidas de retomada econômica em Minas Gerais. Mas isso ele não tem a coragem, não tem a hombridade ou a humildade de ver.

Então vamos parar de querer achar culpado. O governador Zema foi eleito pela absoluta maioria dos mineiros e mineiras, e ele tem que dar respostas. Mas é dessa forma, no meio de uma pandemia, no momento mais inadequado que o governador Zema põe as suas garrinhas de fora; é neste momento que as máscaras caem e, infelizmente, o servidor público tem sido penalizado.

Não é dia de comemorar nada, como aqui foi dito e estou reafirmando. Não há como comemorar avanços. Por mais que a gente tente apontar algumas conquistas, são conquistas na lógica da diminuição de danos e não de avanços. É só vermos a realidade e a proposta que está sendo aprovada, que é uma proposta de retrocesso, porque não resolve déficit previdenciário, não resolve déficit fiscal no Estado, apesar de o deputado da base, do Partido Novo, e do próprio governador dizerem que o governo depende da reforma da Previdência para pagar salário. Quero ver isso. Vamos cobrar, a partir do próximo mês, o pagamento do salário em dia pelo governador, porque ele está pagando parcelado. Então, lamentavelmente, essa não é uma proposta a ser comemorada, seja em razão de algumas conquistas no sentido de diminuição de danos, seja porque qualquer bloco de qualquer deputado ou mesmo o nosso bloco reconheçam conquistas importantes, uma vez que são conquistas a partir de uma grande injustiça que o governador apresentou.

Quero terminar, presidente, fazendo uma comparação a título de denúncia. Aí, chamo a atenção de cada deputado e de cada deputada, porque, enquanto... A gente vai votar daqui a pouco a PEC da Previdência, que retira direitos dos servidor e promove uma grande injustiça no Estado de Minas Gerais. A gente vê o governador se colocar como santinho, como santo, vendendo a dificuldade, e estamos vendo esse mesmo governador que taxa ou queria taxar o inativo, imagine, que ganha um salário mínimo; 11% correspondem a mais de R\$100,00, que, para quem ganha R\$1.000,00, é muita coisa. Para quem ganha R\$3.000,00, correspondem a R\$300,00 que vão faltar para o remédio desses servidores aposentados. Conseguimos tirar isso, mas a partir de R\$3.000,00 vai ser cobrado.

Enquanto ele faz isso, paga... Ele adotou uma nova regra nas estatais de Minas Gerais. Para quem não sabe o que está acontecendo, vamos fazer essa denúncia, essa representação no Ministério Público sobre o salário dos ex-diretores das estatais que estão saindo do Estado. Ao contrário dessa taxa injusta que quer cobrar dos servidores que ganham pouco, o Zema está inovando, presidente, nas empresas estatais. É um fato inédito, em Minas Gerais: os diretores de estatais que estão sendo desligados das empresas estão sendo beneficiados, sabe como? Com seis meses de pagamento de salário a título de confidencialidade. Isso até existe no governo federal, mas nós não temos base legal e nenhuma experiência nos últimos anos, em Minas Gerais. Imaginem: ele sai, é demitido, pede demissão, vai embora e fica recebendo durante seis meses. O presidente da Codemig saiu e está recebendo. Vou dar um exemplo aqui: há até candidato, sabem de qual partido? Do Novo! Diz que é diferente. O candidato do Novo em Belo Horizonte, Sr. Rodrigo Paiva, que se desligou da Prodemge em abril, está recebendo o salário; e vai receber por seis meses, até outubro, R\$25.000,00. Esse é o governador Zema, que paga salário nas estatais para quem sai, de R\$25.000,00, R\$50.000,00, R\$100.000,00, durante seis meses, mas quer taxar o servidor público. É uma injustiça!

Hoje é um dia triste no capítulo da história mineira. Lamento! Faço encaminhamento contrário, porque não é momento, seja pela pandemia, seja pela forma inadequada, pela falta de diálogo, pelo seu mérito injusto. A nossa responsabilidade pública, ao longo desses meses de debate, foi a de buscar um diálogo, visando encontrar uma alternativa para Minas Gerais. Isso, governador Zema, que V. Exa. apresenta não é uma alternativa de solução para Minas Gerais. É uma proposta injusta, inadequada, ao contrário do que V. Exa. faz no caso citado na denúncia que aqui apresento: aos diretores e membros de estatais que estão saindo, V. Exa. está pagando o salário durante seis meses, e vai responder por isso. Vamos ver aí esse candidato do Novo, que vai disputar em Belo Horizonte, pedindo voto e recebendo salário em casa desde abril. Esse é o Partido Novo, que apresenta essa proposta. Lamentável!

Quero, nesse sentido, encaminhar contrariamente à PEC nº 55, contra a qual o nosso bloco honrosamente lutou até o final. Parabéns a todos e a todas! Obrigado, deputados e deputadas, por acompanharem esse nosso encaminhamento. Um abraço, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes. Parabenizo-o pela atuação como líder nesta Casa. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que não temos que comemorar nada. Foi falado aqui: "Temos que comemorar, sim"; e "não podemos comemorar nada." Sim ou não? Quero lembrar, presidente, que uma coisa temos que comemorar: a atuação da Mesa da Assembleia Legislativa, dos deputados que aí estão e de V. Exa. Desde a primeira hora, Sr. Presidente, V. Exa. buscou mostrar a realidade do que estava acontecendo em todos os estados. O que chegou à Assembleia Legislativa chegou de uma maneira, e o que está saindo da Assembleia Legislativa está saindo muito menor e melhor do que chegou para os servidores.

Nós, num corpo geral de 77 deputados, independente de partido, PT, PSDB, PMDB, Novo ou qualquer outro partido, trabalhamos para amenizar, para melhorar e obter o que está aí hoje. A Assembleia buscou primeiro mostrar o que estava acontecendo para todos os deputados, o que estava acontecendo e aconteceu em outros estados. Nós buscamos o que havia no Estado do Rio Grande do Sul, onde há uma alíquota de 19% de cabo a rabo, em que o servidor foi prejudicado. V. Exa., naquela hora, disse: "Vamos buscar." Através da Unale, fizemos contato e trouxemos deputados e o procurador do Rio Grande do Sul. Buscamos a experiência da Bahia. Se olharmos aqui, fizemos um raio X do Brasil, vamos ver que a maldade maior ocorreu no Rio Grande do Sul; a menor, na Bahia. A nossa, se tem ou não maldade – e temos que votar –, é melhor votarmos do que amanhã ouvirmos o governo dizer: "O Estado está quebrado porque os deputados não votaram". Acho que todo mundo tem que entender isso. Chegamos a uma hora em que ou vota ou não vai haver recurso. Ou vota ou o governador vai jogar para cima da Assembleia o que não foi... Agora, temos condições de cobrar.

Então, foi um diálogo aberto entre 77 deputados. Quero parabenizar o deputado Cássio pela sua conduta, pelo seu dinamismo, pela sua ouvidoria. Ele ouviu todos os segmentos e não mediu esforços nesses últimos 60, 90 dias. Chegou aí e, desde antes, ele já começava a conversar. O deputado Cássio está de parabéns; os líderes também. A oposição está de parabéns e todos aqueles que contribuíram. Mas quem vai sair vitorioso, nesse momento, é o povo mineiro, tenho certeza, porque foi feita uma pesquisa sobre isso.

A pesquisa que temos aí mostra que a população mineira quer a reforma da Previdência, e até mais austera, como estava aí ontem. Os servidores podem ter a certeza absoluta de que ninguém aqui quer prejudicar nenhum servidor; nenhum deputado quer prejudicar. Nós tentamos e conseguimos fazer até então, para o funcionalismo, a melhor reforma que já foi feita neste país, nos 23 ou 24 estados que já fizeram as suas reformas. E eu quero lembrar a Paraíba, que, na última semana, aprovou o seu projeto. Então, fica aqui, Sr. Presidente, um desabafo.

Eu quero lembrar também que o governo do PT, na Bahia, fez de uma forma; o governo do PSDB, em outro estado, fez de outra. Vejam o que São Paulo fez! Então, nós temos que parabenizar a Mesa e V. Exa. pela abertura, porque V. Exa. teve a preocupação, desde o início, de buscar verificar o que aconteceu em outros estados para mostrar a Minas Gerais. Eu tenho respondido a todo servidor que me manda WhatsApp, que faz cobrança, mostrando o seguinte: nós fizemos e tentamos amenizar o máximo possível. Comparem com os outros estados e vejam que Minas Gerais fez a parte dela; a Assembleia de Minas, os deputados estaduais conversaram com o governo – oposição, centro, esquerda – e tentaram ao máximo, dedicaram seus dias a esse trabalho. "Ah, está fechado, está fechado; está remoto, está remoto!". Mas, de forma remota, principalmente com a Mesa da Assembleia e com os líderes, nós tivemos a oportunidade de conversar diretamente.

Parabéns a todos! Acho que não há vencidos nem vencedores. Eu acho que perdemos todos, ganhamos todos e vamos, sim, fazer uma cobrança maior agora no Estado. Eu tenho certeza de que no futuro nós poderemos ver que essa maldade não será tão

grande como está sendo colocada. Muita gente não está se informando, não está tendo conhecimento do que estamos votando aqui. Então, peço a todos que apurem e comparem. E peço também a V. Exa. que mostre, que faça uma comparação. A Assembleia de Minas, todos os deputados têm de mostrar como era o texto da reforma e como ficou. Nós tentamos, nós estamos conversando diariamente, mas chegamos ao limite do que poderíamos ir, e já foi acertado. Muito obrigado, Sr. Presidente. Estaremos aqui prontos para votar.

O presidente – Obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr. Com a palavra, para encaminhar a votação, o relator da PEC, deputado Cássio Soares.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, é uma satisfação poder estar aqui nesta reunião em que vamos apreciar, em 2º turno, o parecer emitido por mim, aprovado pela Comissão Especial da PEC nº 55, de 2020, e construído através de um amplo diálogo, de um amplo debate, com a participação de todos os deputados e deputadas. E uso aqui esse espaço para agradecer a participação de todos que deram a sua colaboração, inclusive da oposição, apontando as falhas, apontando criticamente aquilo que às vezes traria grandes prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras do Estado de Minas Gerais.

Eu digo que estamos chegando à reta final de um debate que durou mais de 60 dias, em que nós temos a responsabilidade e o objetivo muito firme de poder trazer justiça e equilíbrio para o texto que chegou no dia 19 de junho, de autoria do governador do Estado de Minas Gerais. Naquele momento em que o governador encaminhou para a Assembleia o texto de uma PEC e de um PLC tratando da reforma da Previdência, cabia a nós, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, debruçar-nos sobre esse texto, dialogar com a população, dialogar com as classes e poder aprimorá-lo, para que ele sintetizasse as vontades, os interesses tanto dos servidores quanto do Estado de Minas Gerais. E foi com esse objetivo que eu trabalhei ao longo desse tempo, com a parceria e a dedicação de todos os parlamentares.

Eu quero aqui agradecer a confiança de V. Exa. no meu trabalho, a confiança do presidente da comissão, deputado Gustavo Valadares, e de todos os membros da comissão, deputado Sávio Souza Cruz, deputado Inácio Franco, deputado André Quintão, que também participaram de maneira muito efetiva da construção desse relatório. A Consultoria da Casa e a minha assessoria ficaram debruçadas sobre essa matéria durante esse tempo todo.

Eu acho que os colegas que me antecederam, de forma muito razoável, deram a sua manifestação, mas eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que não se trata de comemorar ou deixar de comemorar vitória quanto a essa situação. Nós percebemos que o Brasil todo está debruçado sobre esse assunto da reforma da Previdência. No final de 2019, o governo federal, o Congresso Nacional aprovou a reforma da Previdência nacional. O trabalhador comum passou a pagar de 11% a 14% de alíquota, teve a sua idade mínima para a aposentadoria reajustada, acrescida. Daí em diante, os demais estados, a grande maioria deles começou a tramitar a sua reforma da Previdência. E em Minas Gerais não foi diferente. Nós temos hoje um estado com o maior déficit previdenciário do País. Isso tudo porque a última reforma da Previdência do Estado foi no ano de 2003, e nós temos hoje um déficit que em 2020 deverá ser da casa de R\$19.000.000.000,00, recursos que deixam de ser investidos em atividades finalísticas, na prestação de serviços para toda a nossa população. Diante disso, nós temos a obrigação de entregar ao Estado de Minas Gerais um resultado eficiente, sem perder de vista a valorização das carreiras e dos profissionais. Eu venho repetindo isso ao longo do tempo: um dos pilares do meu trabalho enquanto relator foi valorizar o servidor público, que é o motivo de existir do Estado. É o servidor que entrega para a população o serviço ofertado pelo Estado. E foi nesse sentido que nós buscamos o tempo todo essa valorização.

Eu quero dizer que nós enfrentamos desafios grandes para atender tudo aquilo que foi possível de todas as carreiras. Falo aqui da construção que foi feita com a Polícia Civil em todas as carreiras, seja de delegados, de investigadores, de escrivães, agentes, médicos-legistas e administrativos.

Todas as associações e sindicatos participaram, e nós conseguimos chegar a um bom termo. Todos os policiais deram sua cota de sacrifício, entendendo a necessidade de realizar a reforma. Por outro lado, nós temos também a classe da educação, que é o

pilar, é a base da nossa democracia. Todos sabem da luta que a Assembleia Legislativa vem travando ao longo dos últimos anos para poder melhorar as condições de todos os profissionais da educação. Eu, infelizmente, tenho recebido algumas manifestações muito agressivas, porém, compreendo e democraticamente recebo todas as críticas. Mas o que eu tenho a dizer é que não é admissível todas as classes de servidores, todos os trabalhadores comuns que estão dando a sua cota de sacrifício... Não podemos conceber que alguma classe fique de fora de uma cota de sacrifício que seja minimamente suportável.

É claro que gostaríamos de estar discutindo, assim como disse o deputado Cristiano Silveira, não uma reforma da Previdência, e sim novos ganhos reais para o salário de todos. É óbvio que gostaríamos de ter isso. Mas eu quero dizer que as regras que estão sendo aprovadas, alguns pontos, caso o projeto seja aprovado no 2º turno, trouxeram avanços para os professores e professoras também. Nós estipulamos aqui idade mínima e regras de transição muito mais razoáveis para que os professores sejam beneficiados; reduzimos a idade mínima tanto para a mulher em âmbito geral, passando de 62 para 60 anos, e as professoras, que são 70% da classe de todos os profissionais da educação, também tiveram essa regra diminuída. O professor que comprovar exclusivamente o tempo de exercício no magistério pode se aposentar com 50 anos, se mulher, e 55, se homem, até janeiro de 2022, em respeito àqueles profissionais que estão perto de se aposentar, para que eles não tenham o seu planejamento de vida tolhido por uma reforma. O governo propôs que o cálculo de remuneração de aposentaria fosse a média de 100% das remunerações durante a carreira pública. Nós trouxemos essa média para 80% das melhores remunerações da carreira.

Portanto, foram vários pontos, Sr. Presidente, que a Assembleia e este relator, com apoio dos líderes e dos membros da comissão especial, conseguimos trazer como benefícios: regras de transição, alíquotas que foram trabalhadas pelo PLC. Eu destaco aqui o trabalho muito eficiente de abertura de diálogo do relator, deputado João Magalhães, que, em consonância com o nosso trabalho, fez com que caminhássemos juntos e bastante próximos para que o PLC não estivesse distante da PEC e vice-versa.

Nós temos aqui a questão de pontos também em que os professores e professoras foram beneficiados: em 2020, a mulher deverá atingir 81 pontos, e o homem, 92 pontos. Tudo isso nós vamos conseguir traduzir depois de forma bastante didática para que os profissionais possam entender que o melhor foi feito para a sua garantia. O que nós não podemos perder de vista é que o Estado de Minas Gerais precisa dessa reforma de maneira que seja eficiente. Reduzimos diversos danos que chegaram com o projeto original.

Termino aqui, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a participação de todos os parlamentares que nos ajudaram a construir esse processo. Ontem ficamos até tarde da noite ainda debruçados sobre alguns pontos. Encerro a minha participação votando hoje favoravelmente, encaminhando pelo bloco que eu lidero também, o Bloco Liberdade e Progresso. Quero agradecer a todos os deputados e deputadas, e encaminho favoravelmente, voto "sim" ao relatório apresentado da nossa PEC nº 55, que trata da reforma da Previdência. Dever cumprido, missão cumprida em nome da população mineira, que nos confiou este mandato.

Às vezes temos remédios amargos para uma doença grave, e essa doença está sendo minimamente curada ou pelo menos minimizada neste momento. Continuaremos a cobrar do governo do Estado outras medidas para que haja investimentos para a população, como melhorias na segurança, na infraestrutura, na oferta de saúde e na educação pública, para que ela seja de qualidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cássio Soares. Cumprimento V. Exa. pelo brilhante trabalho como relator desta PEC. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Presidente Agostinho, deputadas e deputados, quero me dirigir, de uma forma especial, aos servidores da Assembleia para agradecer-lhes por estarem se dedicando tanto a esta Casa, a esse processo que estamos vivendo nesse tempo de pandemia. Mas eu me dirijo de forma especial também aos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Quero inclusive pedir a devida vênias ao meu líder, deputado Sávio Souza Cruz, que tenho como professor. É o deputado inspirador do meu mandato pela sua postura, pela sua coerência e pela sua história. Quero dizer aos deputados e aos membros do bloco que maciçamente votaram favoravelmente a essa reforma que o deputado Professor Cleiton encaminhará de forma contrária. Eu

conheço o longo e brilhante trabalho que foi feito e todas as discussões feitas pela liderança e reconheço o que o deputado Cássio Soares fez, melhorando, e muito, o texto. Mas eu não posso ser incoerente com tudo aquilo que venho defendendo ao longo das discussões; não posso votar em branco, porque, para mim, seria um voto em branco, a partir do momento em que eu não obtive as respostas a uma série de requerimentos que levei ao governo do Estado pedindo os cálculos atuariais de forma contundente, consistente e científica. Não posso votar favoravelmente por conta de algumas denúncias sobre algumas figuras, alguns personagens que implodiram direitos de servidores e de (- Falha na transmissão do áudio.) previdenciários pelo Brasil e que estão lotados na Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Não posso também votar contra a minha própria história. Tenho a honra de ter sido servidor público municipal, tenho a honra de ter sido servidor público estadual em outro estado, tenho a honra de ter sido servidor público federal e, mais ainda, a honra de ter sido professor em sala de aula por 21 anos. Não posso votar contra os professores. Na verdade, não posso votar contra os servidores públicos. Como professor por 21 anos, eu sei o que é ser professor; eu sei o que é levar uma prova para corrigir em casa; eu sei o que é, no final de semana, seus amigos ligarem chamando para um futebol, e você não poder ir porque tem que se dedicar à elaboração de provas ou aos diários a serem feitos; eu sei o que é ter que trabalhar em sete instituições diferentes de ensino para poder dar uma vida digna a sua família; e eu sei também o que um professor desmotivado pode causar à vida dos seus alunos. Não posso votar contra o meu amigo Osvaldo. É por você Osvaldo, aí do céu, que eu vou votar "não"; é para você, Osvaldo, professor de geografia, que morreu debruçado sobre o seu diário na noite em que a sua esposa o chamou para dormir, para descansar um pouco, mas você precisava terminar os diários; e, quando ela acordou, você não estava ao seu lado, você estava infartado, meu amigo, debruçado sobre a mesa fazendo os seus diários.

Eu não posso compactuar com um Estado que a cada dia que passa vai trazendo mais aquela lógica do grande mentor intelectual da minha vida, Zygmunt Bauman, quanto ao estado líquido: nós vivemos um momento de liquidez e com um Estado que se derrete. Que tristeza nós vivemos nesse dia de hoje! Diria até, lembrando Bauman, que, no cabaré de Minas Gerais, o Estado passa por um strip-tease e que, no final do espetáculo, são deixadas apenas as necessidades básicas e o poder de repressão – sim, poder de repressão. Esse governo traz para a Assembleia essa votação da Previdência no momento de pandemia, e aqui fora os servidores não estão podendo entrar naquela que é chamada de Casa do povo. O poder é de repressão. Nós estamos aqui, eu estou no meu gabinete, mas numa Assembleia quase que sitiada, não por culpa do nosso presidente, não por culpa da nossa Mesa, não por culpa dos deputados e das deputadas.

Eu queria dizer ao deputado Raul Belém, por quem tenho grande consideração, que é um homem justo e íntegro e que falou que não há nada a comemorar: diga isso, deputado, a um deputado governista que protagonizou uma das cenas mais patéticas que eu já vi aqui nesta Assembleia – pena que não foi registrada pela tevê, que tinha que passar isso para todos os servidores públicos e para todo o povo de Minas Gerais. Estava aqui no computador, na votação do 1º turno, quando ele comemorou como se estivesse comemorando uma partida de futebol. É um deputado governista, deputado Raul Belém. Há muita gente comemorando, sim, deputado Raul Belém, porque há muita gente também levando suas vantagens, deputado Raul Belém; há muita gente que, nessa reforma, implodiu uma série de emendas que nós fizemos.

Mas eu quero dizer a você, servidor, que o tempo todo eu estive aqui, participei de todas as reuniões, presencialmente em quase todas, fazendo aqui as discussões, levantando questões técnicas, levantando questões de ordem. Eu quero encerrar dizendo que nós continuaremos aqui. Há um grande filósofo, René Decart, cujo nome nós aportuguesamos para René Descartes e que inaugurou uma era chamada Era Cartesiana. E em Minas Gerais nasce o novo filósofo, Romeu Descarta. René Descartes dizia: "Cogito ergo sum" – eu penso, logo existo. Romeu Descarta: "Eu vendo, logo existo". E aí eu não posso compactuar com isso.

Para encerrar, presidente – não sei como está meu tempo, mas é para encerrar mesmo –, dirijo-me a você, servidor público. Em João 12:8, Jesus diz assim: "Pobres, sempre os terei". Teologicamente, isso quer dizer que nós sempre teremos desigualdade, nós

sempre teremos aqueles pobres na sociedade, ou vítimas de catástrofes naturais, ou vítimas de governos opressores. Aqui nós estamos vendo o Evangelho segundo Romeu Zema: pobres, sempre os farei. Por isso o meu encaminhamento é "não". Essa reforma não terá o meu DNA, não terá a minha digital, não terá a minha assinatura. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito Obrigado, deputado Professor Cleiton.

A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da Plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, combinado com o art. 63, da Constituição do Estado, e com os arts. 259 e 260 do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver, no mínimo, 48 votos favoráveis, nos termos do art. 201, *caput*, do Regimento Interno. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Celinho Sintrocel – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – João Leite – Leninha – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Thiago Cota – Ulysses Gomes.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Votaram “não” 21 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 46/2020, do governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 64, de 25/3/2000, e a Lei Complementar nº 132, de 7/1/2014, cria a autarquia Minas Gerais Previdência dos Servidores Públicos Civis do Estado, institui fundos de previdência do Estado de Minas Gerais, altera a Lei nº 869, de 5/7/1952, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Novamente, bom dia, presidente, saudações atleticanas. Primeiro, lamentando a votação anterior. Nós trabalhamos para a não aprovação da PEC, da Proposta de Emenda Constitucional nº 55. Queria aqui agradecer a todos os deputados e deputadas do Bloco Democracia e Luta, que acompanharam a posição amplamente majoritária do nosso bloco.

Queria, mais uma vez, reiterar que nós não somos fechados em relação ao debate da reforma da Previdência. Nossa Previdência precisa, sim, de ajustes, ela contém injustiças, mas, desde o início, identificamos que, no meio da pandemia, o momento não seria o mais adequado. Estamos registrando isso – e aqui eu abro um parêntese – porque eu ando preocupado com a naturalização das mortes em relação à pandemia, com a quebra, quase que total e absoluta do distanciamento e do isolamento social. Nós não

podemos fingir que a pandemia não existe. Por isso, inclusive, eu parablenizo o deputado Agostinho Patrus pelas medidas em relação ao funcionamento da Assembleia. O problema não é a Assembleia funcionar em trabalho remoto, o problema foi o governo Zema insistir em aprovar a reforma da Previdência no meio da pandemia – essa é a questão.

Então, nós votamos com convicção. Foi um grande equívoco do governo Zema não ter realizado um debate prévio com os servidores e servidoras – isso é muito ruim para a democracia e para as relações sindicais. Mas, uma vez que o governo construiu o seu campo majoritário para a aprovação, obviamente, a oposição apresentou muitas contribuições, muitas emendas. Infelizmente, algumas não foram aprovadas. Eu destacaria uma emenda do deputado Virgílio Guimarães, que recomendava, que determinava, que a aplicação, a vigência, a efetivação das novas alíquotas ocorresse quando houvesse o reajuste salarial, para que a ampliação da alíquota não se configurasse como uma espécie de confisco salarial, porque, na realidade, é isso que vai acontecer. Com exceção daqueles que não terão alteração de alíquota – e aqui eu estou falando só de alíquota, não estou falando de regra de transição, de cálculo de contribuição cobrada –, se você passa a cobrar do inativo, se você amplia uma alíquota e você tem o salário congelado, quando chegar o recurso, o salário do servidor ou a aposentadoria, na sua conta, vai chegar menor, e isso é uma espécie de confisco salarial.

Eu repito aqui: a discussão previdenciária não pode ser feita sob a lógica do ajuste fiscal – esse é um grande equívoco. Nós não estamos fechados ao debate, pelo contrário, mas, quanto à questão fiscal no Estado, os caminhos que o governador tem adotado são caminhos equivocados. O deputado Bartô, do Partido Novo, colocou uma questão sobre a qual a oposição já tem falado desde quando começamos este governo e já falávamos em outros: "É preciso um reexame da política de incentivo e de renúncias fiscais no Estado".

Nós entendemos que a questão tributária é maior, que depende de uma reforma tributária nacional, que existe, sim, guerra fiscal em nosso país e que isso induz os estados a promoverem esses incentivos. Por isso eu cobro do governador Zema o envolvimento dele e da sua equipe nessa discussão, por exemplo, da reforma tributária. Mas eu posso afirmar, com certeza, que existem setores que são contemplados com benefícios fiscais e que não oferecem a contrapartida, seja em termos de investimento, de empregos ou de desenvolvimento no Estado. A relação do governo de Minas com algumas empresas, como, por exemplo, a Vale, é, no mínimo, negligente. A Vale deve bilhões para Minas Gerais pelas tragédias criminosas de Mariana e Brumadinho. Há uma pendência de aproximadamente R\$5.000.000.000,00 para a CBMM, ou seja, esses são assuntos proibidos no governo Zema. Então, a gente precisa aprofundar, sim, os caminhos. Olhem, nós temos uma legislação tão atrasada, que sequer o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis em Minas Gerais é progressivo. Então, nós precisamos colocar o dedo aí, e não só em Minas, mas no País, em relação à questão de taxação de dividendos, imposto sobre grandes fortunas, imposto sobre produtos exportados. O agronegócio e a mineração têm que dar sua cota de contribuição. Por que o aposentado – por que o aposentado – que vai ganhar R\$3.000,00, R\$3.500,00, terá que dar sua cota de contribuição de 11%, 12% para tirar o Estado do buraco – e não é isso que vai tirar, nós sabemos –, e a grande mineradora, a Vale, não faz a sua parte?

Queria até parabenizar o deputado Professor Cleiton pelas suas palavras. Nós que temos uma formação humanista, cristã, é constrangedor, sim, votar uma reforma como essa. Por isso que um dos votos mais convictos na minha trajetória na Assembleia foi o de hoje, porque não é justo colocar nas costas das servidoras e dos servidores públicos essa conta.

Então, eu queria reiterar isso e por isso encaminho novamente nosso voto contrário ao PLC porque seria muito importante que a gente fizesse esse debate com mais profundidade. Mas, é óbvio, dentro da estratégia parlamentar, nós apresentamos, sim, emendas. Nós não somos do quanto pior melhor, não. No caso de uma reforma votada sem a contribuição da oposição, o quanto pior seria pior para o servidor e para a servidora. Por isso, nós conseguimos eliminar a contribuição extraordinária da PEC. E, mais uma vez aqui – vou falar publicamente porque já falei para o relator deputado Cássio Soares: apesar do nosso voto contrário, ele se dedicou, se empenhou, teve capacidade de diálogo, porque a gente tem que separar também as coisas. O deputado Cássio Soares trabalhou demais, a sua equipe, a equipe de assessores da Assembleia. Então, nós conseguimos, sim. Nós votamos contra, mas

conseguimos. Não basta votar contra. Nós não estamos na Assembleia só para demarcar posição político-ideológica. É perfeitamente possível votar contrariamente no processo legislativo e, de acordo com o Regimento, apresentar suas propostas, porque a gente sabe que, se formos derrotados no voto, teremos também que contribuir na redução de danos. E foi isso que a oposição fez. Nós conseguimos retirar a contribuição extraordinária. Imaginem: a pessoa já vai ter uma alíquota majorada, aí, depois, o governo, entre aspas, "prova" que tem déficit atuarial e, por um quórum mais baixo na Assembleia, aprova uma alíquota extra... Imaginem que loucura seria!

Então, foi importante como foi importante nós não votarmos a criação da MGPrev, o enfraquecimento do Ipsemg. O Ipsemg é um patrimônio do servidor público, o Ipsemg é a vida das pessoas. Então, essa gestão colegiada da saúde, da assistência e da Previdência pelo Ipsemg é muito importante. A criação da MGPrev poderia significar o início, a porta aberta, o primeiro passo para a privatização da previdência e da saúde prestadas aos servidores do Estado de Minas Gerais. Foi uma grande vitória da oposição e do conjunto dos deputados e deputadas que irão votar. (- A Presidência faz soar a campainha.)

Já deu prazo, presidente?

O presidente – Sim.

O deputado André Quintão – Sim? Então, só para concluir – o tempo passou depressa –, a outra grande conquista, através de emenda da oposição ao PLC, foi a mudança do cálculo de contribuição. O governo, ao invés de considerar 80% das maiores contribuições, queria fazer o cálculo pelo valor de 100% das remunerações, não excluía as remunerações mais baixas. Isso poderia jogar o valor da aposentadoria para 40%, 50% do salário. Isso seria muito ruim. Então, nós conseguimos retirar isso, através de uma emenda do Bloco Democracia e Luta. E agradeço, aqui, ao deputado João Magalhães, relator do PLC, que também acolheu, na votação, essas emendas.

Então, presidente, eu concluo – talvez, hoje, seja a última intervenção – dizendo que fizemos a nossa parte. Queria dizer aqui que eu respeito muito todos os deputados e deputadas. Deputado não pode ser juiz da posição de outro deputado ou de outra deputada. Cada um tem sua posição ideológica, toma as suas decisões, não é? Quem julga os deputados é a população. Os deputados têm a missão, através do entendimento, do convívio, do diálogo, de garantir o funcionamento harmônico do Legislativo, para que este tome as melhores decisões ou não, de acordo com a vontade da maioria. E cabe ao presidente conduzir esse processo – e o presidente Agostinho Patrus tem conduzido bem esse processo –, ouvindo o Colégio de Líderes. No caso do nosso bloco, os líderes – e agradeço ao deputado Ulysses Gomes, um grande parceiro nesta caminhada –, nós, ouvimos os nossos liderados. A posição que eu trago aqui não é simplesmente uma opinião pessoal. É assim que funciona o Poder Legislativo.

Eu concluo, agradecendo muito aos deputados do Bloco Democracia e Luta, que, nesse funcionamento remoto, transmitiram-nos muita confiança para que pudéssemos tomar as melhores decisões. Agradeço aos demais líderes também pelo diálogo que empreendemos nesse processo, às entidades sindicais, que resistiram bravamente. Outros debates virão por aí.

Presidente, é isso. Desculpe-me se eu me prolonguei um pouquinho a mais, mas o assunto merece. Um grande abraço. Espero que, na votação, quem sabe a gente ainda possa ter um suspiro de esperança. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão. Cumprimentamos V. Exa. também pela atuação democrática e legítima como líder nesta Casa. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Delegado Heli Grilo.

O deputado Delegado Heli Grilo – Presidente, eu estou entrando aqui no meu escritório, já que eu estava em deslocamento. Mas vai dar para conseguir. Como eu estava em deslocamento, estava difícil tirar a máscara. Aí você não poderia ver a minha cara, o meu sorriso, a minha alegria de estar falando com você de novo. Eu ouvi atentamente a fala do deputado André Quintão. Embora tenhamos as nossas divergências ideológicas – como ele disse –, tenho uma grande admiração por ele, sempre sereno e educado. Isso engrandece o Parlamento mineiro com toda certeza. Sabemos que houve avanços. Não ficou tudo do jeito que a gente queria, não é, presidente? Mas houve muitos avanços em relação aos interesses dos servidores públicos.

Eu gostaria muito de agradecer aos deputados João Magalhães, Cássio Soares, Gustavo Valadares, como liderança, a todos esses deputados que trabalharam em favor do servidor público de Minas Gerais, assim como eu, que sou servidor. Estou tranquilo. Voto com a consciência tranquila de que estou ajudando Minas Gerais a voltar ao caminho do crescimento e do desenvolvimento. Tenho a certeza e a tranquilidade de que estou votando no que é melhor para o servidor público, seja ele da educação, da saúde, da segurança – todos eles. Então, houve avanços importantes. É claro que a reforma teria que acontecer. Não existe como não acontecer. E hoje estamos aqui fazendo esta votação.

Presidente, eu quero, de alguma forma, agradecer a todos vocês pela compreensão, pela tolerância que tiveram comigo ao telefone. Liguei várias vezes para V. Exa., para o João Magalhães, para o Cássio Soares, para o Raul Belém. Eu sei que não é fácil... Raul já chega como líder em uma batalha campal dessa. Isso é uma guerra que nós estamos vivendo. Eu sei que muita gente acha que nós votamos contra o servidor. Não é nada disso. Nós sempre valorizamos o servidor. Eu sou servidor. E a importância disso tudo é fazer as mudanças necessárias, é dar de novo o caminho para que o nosso Estado de Minas Gerais possa crescer novamente e cuidar dessa grande massa de servidor público, pois são eles que carregam o Estado de Minas Gerais nas costas. Então, nós precisamos atender os dois caminhos: o do desenvolvimento e o da proteção aos nossos companheiros, aos servidores públicos de Minas Gerais.

Podem ter certeza de que todos os que estão votando pela aprovação, estão realmente em busca do melhor para o servidor. Não importa onde ele esteja, não importa onde ele esteja servindo o Estado, mesmo que seja lá no último canto de Minas Gerais, mas ele é um servidor público de Minas Gerais. E nós precisamos melhorar cada vez mais a sua situação, a sua condição de vida, a sua integridade. Muito obrigado, Sr. Presidente. Devolvo a palavra à Mesa.

O presidente – Muito obrigado, deputado Delegado Heli Grilo. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, quero primeiro dizer que eu ainda tinha alguma esperança de que pudéssemos ter derrotado a PEC, especialmente depois de ouvir o depoimento do Professor Cleiton, a história do Professor Osvaldo. Fiquei realmente sensibilizado, pois foi uma história que me tocou. Então, quando eu votei "não", eu já tinha toda a convicção do meu voto. Mais do que nunca não foi só a conexão, mas foi a obrigação do meu voto "não".

Eu queria só lembrar aqui, presidente, da fala do meu colega deputado Raul Belém na votação anterior. Ele citou quando o nosso governo passado, para superar a crise que vivíamos, deixada, entre outras coisas, pelo PSDB, os mais de R\$7.000.000.000,00 de déficit orçamentário, utilizamos os recursos judiciais. Eu quero lembrar que a operação foi legal, pactuada com o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com recurso que estaria imobilizado para a utilização do sistema financeiro, ganhando a sua rentabilidade, os empréstimos bancários, para cumprir uma função pública sem prejuízo desses recursos.

Quero lembrar que a maioria dos deputados desta Casa – muitos que ainda estão hoje nesta Casa – votaram favoravelmente. Inclusive o bloco de que V. Exa., presidente, participava. Inclusive vários deputados, que hoje estão votando com o governo, deputado Raul Belém, votaram a favor dos depósitos judiciais porque entendiam que a medida era necessária à época, como foi – entre outras – para poder atravessar o momento. Quero lembrar também que a condição hoje do governo Zema se tornou um pouco melhor do ponto de vista financeiro por coisas que nós deixamos para este governo. Lembrando que a liminar que suspende o pagamento de dívida com a União foi ingressada no governo Pimentel. Foi acolhida no final do mandato e o seu efeito é no governo Zema, sem falar também da melhoria da arrecadação.

Da parte da oposição nunca houve o quanto pior melhor. Essa é uma afirmação que não tem reflexo na realidade, na nossa vida legislativa. Lembrando que, quando o governo Zema disse que, para voltar a pagar em dia o servidor era preciso votar a reforma administrativa, nós votamos a favor. Quando foi preciso votar o projeto da Codemig, nós votamos. Com as nossas críticas, mas votamos, porque foi dito que o pano de fundo era ajudar o servidor. Isso não se realizou. Eu vou repetir: isso não se realizou.

Então, presidente, ainda há muitos problemas. Na minha fala anterior... Vejam bem: a questão dos policiais civis não avançou tanto quanto poderia em relação à pauta reivindicatória dos policiais. Ainda há prejuízos graves para o povo da saúde, que está na linha de frente. Para os professores, como o Professor Cleiton lembrou muito bem, também não há conquista. Gente, não podemos dizer que a reforma está ótima, maravilhosa, que ela vai ser muito boa para você, servidor. E olha que o Professor Cleiton relembra que ainda não há clareza. Ele nem ficou informado da questão dos cálculos atuariais, que é aquilo que diz o que é necessário ser feito. O Professor Cleiton acabou de dizer isso. Todo mundo ouviu.

Voltando a falar da segurança, vejam como é a sua situação: a Polícia Militar tem um impacto significativo na questão previdenciária do Estado, de folha. Há alíquotas que são muito diferentes em relação ao restante das categorias da segurança. Para vocês terem uma ideia, a alíquota da PM é de 10,5%; na Polícia Civil, vai chegar a 16%. No caso de pensão por morte, os policiais militares – e com o Justiça. E é e assim tem que ser – recebem 100% em todas as situações. Para a Polícia Civil, só em morte em decorrência do trabalho. O pedágio é de 20% para PM e de 50% para a polícia civil. Na verdade, a gente queria 20% para todo mundo. Tentamos, não é? Era 100%; tentamos 20%.

É claro que algumas coisas aqui são parametrizados por dispositivos constitucionais; nós sabemos. Mas outros era possível ao governo conceder. Eu estou dizendo como a gente trata categorias que têm funções semelhantes, bem semelhantes... Qual o policial civil, qual o agente penitenciário não tem a vida em risco? Muitos falecem em decorrência da sua atividade, por terem uma atividade de risco. Então, se se entende que é justo para a Polícia Militar deveria também se estender às demais categorias. A Lei Federal Complementar nº 51 estabelece 30 anos de contribuição e 20 anos de efetivo exercício dessas carreiras. A do Zema traz 25 anos. Ela piora inclusive o dispositivo da Constituição Federal.

Presidente, por fim, as falas sempre são assim: "Todo mundo tem que fazer sacrifício. O remédio é amargo". Quem tem feito sacrifício até então? Somente os servidores estaduais, especialmente os que ganham menos vão ter o impacto no percentual das alíquotas. Qual o sacrifício que está sendo feito pelas grandes empresas, pela Vale do Rio Doce, pela CBMM? Qual o sacrifício dos grandes revendedores de eletrodomésticos em relação aos seus incentivos fiscais? Qual o grande sacrifício das grandes locadoras de veículos, que inclusive têm regimes diferenciados para a venda de seus carros usados? Qual é o sacrifício? O remédio amargo o servidor está tomando. Já começou a tomar um tanto agora, na última votação. E com essa votação vai tomar mais um tanto. E outras pautas virão de reforma administrativa.

Então, servidor, servidora, o remédio é amargo e vocês já estão tomando. E poderão tomar em doses maiores, caso não haja uma melhor mobilização dos sindicatos, das entidades, das associações. Agora, os amigos do Zema, os grandes empresários, os beneficiários de regimes especiais de tributação, esses estão tomando um bom vinho, um vinho doce ou um suco doce para quem preferir. Hoje, o governador vai tomar um suco doce ou um vinho doce – se preferir –, comemorando a vitória da aprovação da reforma. E os servidores públicos do Estado de Minas Gerais tomarão o remédio amargo que foi dito aqui. Darão a sua cota de sacrifício mais uma vez.

Eu quero pedir aos deputados e às deputadas – ainda há tempo – para que reflitam e possam votar "não" ao PLC, que possam dar o "não", para que não seja sempre e somente o trabalhador que pague as contas dos problemas criados. Lembrando, gente, que existiu o Funpempg, que foi extinto pelo Sr. Anastasia. Como dizia, à época, o deputado Sávio Souza Cruz, quando era parlamentar e debateu muito esse assunto: "Garfou os recursos, pescou esses recursos". E o Estado – não foi, à época, do governo Zema, mas foi o governo do Estado – deveria era recompor os recursos que utilizou dos servidores. Então, mais uma vez, faço esse apelo e digo aos colegas que possam votar contrários a essa matéria. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cristiano Silveira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Caro presidente, o que nós queremos falar é o que já está claro, é a maneira serena com que V. Exa. está presidindo a Assembleia. V. Exa. deu espaço para que se discutisse o projeto, que se fizessem seminários, que houvesse o recesso parlamentar, enfim V. Exa. usou de todo o seu bom senso para que pudéssemos chegar hoje a uma finalização deste momento.

A outra questão é que o relator, que é o líder do meu bloco, deputado Cássio Soares, tem sido agredido veementemente por algumas pessoas, sendo que o que ele fez, neste período, foi estabelecer uma grande conversa com o governo para poder amenizar algumas coisas, porque, às vezes, o ótimo é o grande inimigo do bom, porque você fala: "Não. Eu quero isso. Isso é ótimo". Aí, não vota. Não há nenhum bom. E o Cássio, conversando muito com o nosso secretário de Governo, com o governador, teve a serenidade de encontrar situações intermediárias que não prejudicassem os funcionários.

Em relação ao que o Sargento Rodrigues falou, ou seja, a volta da Assembleia presencialmente, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que agora nós temos um novo tempo pós-pandemia no mundo. Numa semana em que não há nenhuma votação, acredito que, nessa questão on-line para a presença e também para a manutenção do voto, aquele que se achar confortável em votar a distância, vote a distância; aquele que não achar, volte quando realmente for garantido para todos que a Covid não irá matar pessoas aí dentro da Assembleia. E aqui fica a nossa tristeza pela quantidade de mortos. Apesar de que, em Minas Gerais, o número, proporcionalmente ao restante do País, foi menor, ainda fica aí uma grande quantidade de pessoas, e temos, realmente, de nos solidarizar com isso.

Uma outra questão, caro presidente Agostinho, é o ministro Tarcísio, que, na live dele esta semana, citou a Assembleia Legislativa. Por que citou? Porque o governo federal, em 16 anos, não quis fazer a estrada de Manga, passando pela aldeia indígena de São João das Missões e Itacarambi. Não fizeram nem o projeto. Aí vieram com mil desculpas: "Ah, o Ibama...". Espere aí. Se o presidente da República, se o partido que exerceu o poder em 16 anos não consegue fazer um projeto, realmente é cansativo.

Então, estive por duas vezes lá com o deputado Pinheirinho, com o senador Carlos Viana, com o ministro Tarcísio, junto com o ex-secretário de Infraestrutura do governo Romeu Zema. Aí o ministro se comprometeu com que Bolsonaro faria essa estrada desde que as questões jurídicas fossem resolvidas. E o Bolsonaro publicou, presidente, o decreto em que aceita a federalização novamente desse trecho, para o qual foi feito um acordo no governo passado para que fosse estadualizado. Infelizmente, Minas Gerais não tem recursos praticamente para fazer nenhuma estrada. Então precisamos agora é ajudar aquela região em que, nesse processo de pandemia, às vezes, não se consegue nem transportar um doente de Covid para ir para Montes Claros ou uma outra cidade em que possa ter uma UTI em melhores condições, porque fica, praticamente, intransitável essa estrada. Então, é um projeto grave nessa época de pandemia.

Aí está uma dúvida: se vai bastar um decreto do governador Zema, já estivemos com o Fernando Marcatto e com o Fabrício Torres, que estão acabando os estudos, mas, para poder adiantar, entrei com um projeto autorizando o governador Zema a federalizar, a entregar esse trecho para que o governo federal possa realmente fazer esse asfaltamento. E, nessa live, o ministro, sabendo do meu projeto, colocou que está dependendo agora de a Assembleia Legislativa votar. É o Projeto nº 2.089/2020. Pediria muito, presidente, e também ao líder do nosso bloco, o Cássio, que avaliasse, porque ele é essencial para que, em alguma pandemia, realmente os pacientes possam transitar, para que os produtos de primeira necessidade possam chegar. É a única parte da BR-135, que sai do Rio de Janeiro e vai até São Luís do Maranhão, que está sem asfalto, apesar de o governo passado sempre falar nela.

Então, queria pedir ao presidente Agostinho e também ao Cássio para avaliarem a possibilidade de ele entrar o mais rápido possível na pauta.

E, com relação à situação do governo de Minas, vamos vendo que cada governo vai se virando como pode pelo menos para poder pagar salários e serviços essenciais. Ilegalmente, o governo passado acabou pegando os depósitos judiciais, que são privados, que ficam lá para a hora de poder pagar. Ilegalmente ele também pegou a cota de 25% dos municípios no ICMS, no Fundeb e a cota do IPVA. No Norte de Minas, por exemplo, o Estado, para poder pagar os salários, mesmo atrasando, não fez nenhuma estrada asfaltada, não reformou escolas e, mesmo assim, acabou atrasando salários, que sei que não foi por vontade do ex-governador

Pimentel; também não pagou o 13º em 2018. E, depois de tudo, acabou deixando os funcionários do Estado sem atendimento médico, mesmo descontando deles, porque o Ipsemg ficou de seis a oito meses sem atendimento. Ainda, depois, o governo descontava o dinheiro do consignado dos funcionários do Estado e não pagou os bancos, deixando R\$1.000.000.000,00, que teve de ser pago agora pelo Zema, como também a questão do Ipsemg e o déficit do ICMS lá.

Sobre isenções fiscais, temos de conversar muito. Fico pensando: gente, se a fábrica da Fiat, no governo federal passado, quando tínhamos um ministro da Indústria e Comércio mineiro, viesse para cá, mesmo ficando 10, 15, 20 anos sem pagar impostos, acho que seria muito melhor para os mineiros do que ter ido lá para Pernambuco.

Então, Sr. Presidente, peço para colocar, na semana que vem, em votação essa simples autorização para que o governo do Estado possa, se quiser, federalizar o trecho ali de Itacarambi, Missões e Manga, onde estivemos, como falei aqui, com o ministro Tarcísio, junto com o senador Carlos Viana, com o Pinheirinho, com o representante do governo Zema. E as coisas estão caminhando para que essa estrada possa vir aí a ser feita.

Então, encerro aqui a minha fala com muita veemência, pedindo isso a V. Exa., que tem feito este excepcional trabalho de organizar esta Assembleia neste tempo grave de crise, de ter economizado e devolvido o dinheiro da Assembleia para o governo do Estado e também de ter conseguido passar, de recursos de emendas dos deputados, R\$300.000.000,00 para ajudar no combate a essa pandemia. Muito obrigado. Felicidades.

O presidente – Muito obrigado, deputado Arlen Santiago.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bosco.

O deputado Bosco – Presidente, boa tarde a V. Exa. Quero cumprimentá-lo desde já pela condução dos trabalhos não só dessas sessões remotas mas também pelo acompanhamento, pela participação efetiva que o senhor teve em todos os momentos junto à comissão especial e ao próprio governo do Estado.

Presidente, quero também cumprimentar todos os parlamentares, colegas parlamentares presentes e os que estão nas suas cidades de forma remota. Mas me permitam aqui cumprimentar, de forma muito especial, os servidores do Estado de Minas Gerais. Quero dizer a todos que, nesses últimos meses, nós estivemos presentes em todos os momentos da discussão dessa reforma, ou seja, diretamente na Assembleia, nas comissões e também de forma remota. Quero dizer a todos os senhores e as senhoras que o Parlamento mineiro, a Assembleia Legislativa foi chamada a uma missão, missão essa que foi de apreciar essa reforma. Nós sabemos que o Congresso Nacional votou há pouco tempo essa reforma no âmbito do governo federal e coube aos estados e municípios também adequarem sua Previdência, através dessa reforma agora que estamos apreciando.

Eu quero dizer a todos e a todas que, realmente, não há que se comemorar uma vitória e muito menos de se lamentar uma derrota. Acho que não houve vitória e também não houve derrota. O que houve aqui, sem dúvida nenhuma, durante esse tempo todo, foi uma participação efetiva da Assembleia Legislativa, tanto da base do governo quanto dos blocos independentes, e uma participação importante da oposição. Foram conjuntos de ações que nos permitiram avançar, porque, se formos fazer o comparativo entre o projeto original e os projetos agora, de emendas, ou seja, substitutivos, houve avanços significativos e importantes como vários deputados que me antecederam já disseram. Nós conseguimos avançar na questão da regra de transição. Sabemos que não era aquilo que nós gostaríamos. Muitos são aqueles servidores que já estariam prestes a se aposentar. Tenho aqui um amigo em Araxá, por exemplo, da Polícia Civil, o Dr. Renato Alcino, que precisaria de apenas mais dois anos de trabalho dentro da regra antiga para se aposentar, e que, com a nova regra, terá que cumprir mais cinco anos. Mas ele está sabendo entender a situação no momento. Há tantos outros da educação que também estão na mesma situação. Mas nós conseguimos, caro presidente, com todo o esforço da Assembleia e com o entendimento do governo, avançar nessa questão também da regra da transição.

A questão da paridade e da integralidade também foi um avanço obtido pela Assembleia. Quanto à questão das alíquotas nós conseguimos garantir isto: mais de 80% dos servidores do Estado de Minas Gerais vão ter a menor alíquota, abaixo da média

determinada pelo governo federal que seria de 14%. Nós conseguimos emplacar isso de 11% a 12%. Nós conseguimos abaixar a idade média para a aposentadoria, em especial na educação, das professoras, cuja idade mínima agora é de 50 anos; e, no caso dos professores, de 55 anos. Então, nós conseguimos reduzir também essa questão da idade média. Enfim, foram vários os avanços que obtivemos e que tenho certeza absoluta de que contribuíram para que o impacto negativo dessa reforma fosse o menor possível.

Então, quero dizer a todos os servidores públicos que nós estamos votando com muita responsabilidade. Nós não poderíamos nos furtar de votar e de apreciar essa matéria, porque cabe à Assembleia Legislativa a condução, a votação e a aprovação dessa matéria. Eu sei que todos os deputados se esforçaram ao máximo para que, realmente, nós pudéssemos chegar até aqui. Acredito imensamente, presidente, que o trabalho de V. Exa, que o trabalho do relator Cássio Soares, que o trabalho do nosso líder de bloco, Raul, que também o trabalho do Gustavo Valadares e dos presidentes das comissões foi de fundamental importância. Quero destacar também a participação efetiva e o entendimento do governo do Estado, através da Secretaria de Governo, do secretário Igor e do secretário adjunto José Geraldo, que também não mediram esforços e trabalharam diuturnamente para que pudéssemos chegar até aqui.

Fica aí, portanto, esse manifesto de coração, com responsabilidade, com transparência dentro da nossa posição, dentro da Assembleia Legislativa. Sei que estamos, presidente, recebendo algumas críticas por parte de determinados segmentos. Mas tenho certeza de que daqui a pouco, na hora em que for colocada em prática essa reforma, essas pessoas vão rever os seus posicionamentos e verificar que a Assembleia fez o melhor que pôde no momento e na hora certa.

Então, fica aí o nosso abraço e os nossos cumprimentos a todos que trabalharam para que pudéssemos chegar a este momento.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bosco. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Coronel Henrique.

O deputado Coronel Henrique – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Prezado presidente, neste momento de encaminhamento do PLC nº 46, eu gostaria inicialmente de parabenizar V. Exa. Neste momento de exceção, neste momento de dificuldade que todos nós vivemos, o senhor conduz com brilhantismo, com serenidade, adaptando a Assembleia, adaptando o Poder Legislativo de Minas Gerais às novas necessidades, sem atropelar processos, respeitando o processo legislativo e, sobretudo, respeitando a democracia. O que tivemos e o que estamos tendo, nesta manhã e tarde de hoje na Assembleia, é um momento em que a democracia, em que a voz do povo de Minas Gerais está se fazendo valer através de seus representantes.

Nós temos, nessa reforma administrativa, um exemplo da liderança que o governo federal propôs ao Brasil a partir do ano passado com um ato de coragem de que há muito tempo o Brasil precisava. Neste momento, Minas Gerais está alinhada ao governo federal: o governador Zema, no nosso Executivo; e à Assembleia Legislativa dando demonstrações de que essa é a vontade do povo mineiro, a vontade de mudanças. Nenhuma reforma é agradável àqueles que a recebem.

Gostaria, Sr. Presidente, de declarar o meu voto "sim" à PEC nº 55. O senhor pôde observar que fiz um requerimento para a justificativa da ausência do meu voto, mas eu não poderia deixar de vir aqui e dizer que o meu voto é "sim". Ele só não foi contabilizado por uma falha de conexão no momento da votação. Eu gostaria de registrar através de um requerimento, que já fiz à Mesa diretora, da justificativa do meu voto, que fique registrado o meu apoio, assim como no 1º turno, encaminhando para um voto favorável ao parecer do nosso Projeto de Lei Complementar nº 46.

Quanto ao esforço de todos os companheiros da Assembleia destaco aqui o líder do meu bloco, o deputado Cássio Soares, pelo brilhantismo, pela serenidade e pelo espírito democrático com que ele conduziu isso sempre com os seus olhos voltados para o bem comum, sempre procurando defender os interesses de Minas Gerais. Os servidores tiveram a sua voz ouvida dentro daqueles limites, daquilo que era possível. Pude observar a participação de cada segmento, respeitando as individualidades e promovendo o debate. Poderia ser melhor? Poderia, Sr. Presidente. Mas vivemos um momento de exceção, assim como eu disse. O Brasil não pode

parar, Minas Gerais não pode parar e esse processo que a Assembleia Legislativa consolida neste dia de hoje, neste dia 4 de setembro, às vésperas do nosso dia 7 de setembro, tem um aspecto muito simbólico neste momento: o aspecto da liberdade, o aspecto da Independência do Brasil. Essas reformas tão bem conduzidas trarão um aspecto todo especial dentro daquilo que todos nós iremos comemorar no próximo dia 7 de setembro, que é a nossa independência. Nós, do Poder Legislativo comandado por V. Exa., certamente contribuiremos para essa independência, respeitando o povo mineiro, respeitando as necessidades da nossa população.

Encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, mais uma vez, parabenizando todos os envolvidos, com especial destaque para a articulação do governo do Estado através da Secretaria de Governo e do seu secretário Igor Eto, um jovem, que, após assumir a sua função, certamente aumentou a qualidade da interlocução entre a Assembleia Legislativa e o governo do Estado. Parabenizo todo o povo mineiro. Parabenizo a Assembleia Legislativa de Minas Gerais por ter pautado a sua prática nas práticas democráticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Tenhamos todos uma boa votação do PLC.

O presidente – Muito obrigado, deputado Coronel Henrique. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Sras. Deputados, mais uma vez, serei muito breve.

Gostaria de iniciar as minhas palavras agradecendo a você, presidente e parabenizando-o pela condução dos trabalhos, pela forma serena e responsável com que conduziu todo esse processo de tramitação da reforma da Previdência, durante esses quase três meses de trabalho aqui, na Assembleia Legislativa. A você e à Mesa diretora o meu reconhecimento. Ao deputado Cássio Soares, relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, também o meu reconhecimento pela forma democrática e responsável como conduziu o seu relatório e, mais do que isso, pela maneira democrática com que escancarou as portas do seu gabinete para todos os sindicatos que quiseram participar e apresentar propostas e sugestões e levar até você suas reivindicações. Então a você, Cássio, também o meu reconhecimento pelo belíssimo trabalho. Às deputadas e aos deputados de todos os blocos e partidos, independentemente de coloração, de questão partidária ou ideológica, o meu reconhecimento também pela maneira responsável como esta Assembleia conduziu esta que será, se não a matéria mais importante já votada aqui nos últimos 10 anos, é uma das mais importantes com certeza. Então, a cada um de vocês, daqueles que foram contra e que se mantiveram contra até aqueles que, desde o primeiro momento, trabalharam e lutaram pela aprovação da reforma, também o meu reconhecimento.

A Assembleia mostra, mais uma vez, o seu valor e mostra que tem sensibilidade para entender o momento do Estado e, mais do que isso, para defender os interesses e os direitos dos servidores públicos. O que estamos fazendo agora é assegurando, dando segurança aos servidores de que receberão, quando das suas aposentadorias, o valor justo ou o valor que recebem obviamente, ou seja, a certeza de que receberão esses valores sem terem o risco de que o Estado não tenha condições de pagá-los. Então, a cada um de vocês também o meu reconhecimento.

Faço por último aqui uma justificativa que já fez o deputado Coronel Henrique, esse que esteve ao nosso lado durante todo o tempo. O Coronel Henrique sempre esteve favorável à reforma. Por questão de uma infeliz coincidência ele não pôde votar agora, em 2º turno, a PEC por conta de problema de conexão da internet. Então está justificada aqui também a ausência, no 2º turno, do voto do deputado Coronel Henrique. Agradecemos aos 53 deputados que conosco estiveram, agora pedindo também o encaminhamento "sim" ao projeto de lei complementar para acabarmos de sacramentar aquilo que garantirá o futuro dos servidores públicos estaduais. Um abraço a todos e felicidades. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares.

A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da Plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, combinado com o art. 63, da Constituição do Estado, e com os arts. 259 e 260 do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que o projeto de lei complementar será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis, nos termos do art. 192, *caput*, do Regimento Interno.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fernando Pacheco – João Leite – Leninha – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Ulysses Gomes.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Votaram “não” 20 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 46/2020 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente, colegas deputadas e colegas deputados. Eu me inscrevi para declaração de voto. Votei "não" à PEC nº 55 e também rejeitei o PLC. Quero aqui trazer um pouco da construção desses argumentos. Quero dizer que continuo sendo orientada pela minha ancestralidade, que também se soma à história do Psol – Partido Socialismo e Liberdade –, que nasce diante de uma deformação da Previdência. E aí eu trago aqui meus princípios de radicalizar a democracia feminista, antirracista. Com isso eu também quero saudar as servidoras da Assembleia Legislativa, as servidoras da saúde e da educação, a grande maioria dos servidores do Estado de Minas Gerais e principalmente as mulheres que estão nas lideranças sindicais, reafirmando que o meu compromisso é fazer com que as pessoas continuem acreditando na política e acreditando nesses espaços de decisão. Presidente e colegas, durante toda a tramitação dessa deformação da Previdência, eu tive uma orientação pedagógica de escuta, fizemos diversas reuniões com sindicatos, especialistas em ciências atuariais, economistas. Conversamos até com o Parlamento do Rio de Janeiro, na pessoa do deputado Flávio Serafini, hoje presidente da CPI Rio Previdência. Participei de todas as atividades da Assembleia, inclusive do seminário, e votei contra a Proposta da Constituição nº 55. E fiz isso muito convicta. Estou certa de que essa reforma é extremamente prejudicial para os servidores e para as servidoras. Também estou convencida de que o governador está implementando uma política de destruição do Estado por dentro. Fca muito evidente que isso é um plano de fundo para essa crescente redução do Estado. Essa reforma aprovada agora, presidente, colegas, servidores que estão na porta da Assembleia, é menos ruim do que a que chegou à Casa, no dia 19 de julho, pelas mãos do governador, não é? É importante dizer que, se houve alguma alteração do conteúdo, esse texto alterado é fruto de uma inteligência coletiva e democrática construída com a sociedade civil, mesmo neste momento de pandemia. Por exemplo, impediu o fim do Ipsemg, uma instituição secular em nosso estado e foi contra a criação da MGPrev, que é, sim, uma forma de dar fim ao Ipsemg. Mas, com todas essas alterações, eu ainda voto contra porque o projeto ainda é uma afronta às mulheres, é um desmonte do Estado e um desmonte das políticas públicas que atingem majoritariamente nós, mulheres negras; nós, que somos 99% e que precisamos do serviço público. O nosso voto é contrário porque nós não concordamos em reduzir salário de servidor em resposta a déficit fiscal; nós não concordamos com que o sistema previdenciário seja discutido sem a presença dos servidores desta Casa; nós não concordamos em aumentar a dificuldade dos servidores que se aposentaram para fazer caixa; nós não concordamos com o aumento de idade para as mulheres se aposentarem –

essa regra punitiva que passou, mesmo que seja aplicada para o futuro, pune as mulheres; nós não concordando com a criação de fundo previdenciário sem conhecer os cálculos atuariais do sistema previdenciário de hoje; nós não concordamos, presidente, colegas e servidores, com o projeto político que concede rios de dinheiros para renúncia fiscal e ataca a política moralmente, atacando os servidores públicos.

Não há sofrimento menor. A gente não aceita mais sofrer. Esse projeto demonstra a ineficiência de que tanto fala o governador. Minas Gerais arrecada de maneira estável e diminuiu os gastos essenciais. Ter saúde de qualidade é essencial. Só para finalizar, presidente, peço-lhe só mais uns minutos. Ter polícia de proteção à violência contra as mulheres é essencial. O Fica Vivo, a mediação de conflito, o funcionalismo funcionando e recebendo em dia, economizar para boas sinalizações ao mercado internacional, isso é essencial. Acabar com o medo é razoável neste momento para que a economia avance; ter alimento na mesa, ter escola de qualidade. Por isso, eu reconheço outras melhorias no texto, como a preservação das condições de aposentadoria no processo de transição, a redução do pedágio, a manutenção da aposentadoria integral para quem entrou no Estado há mais de 15 anos, a preservação das 80 maiores remunerações. Mas isso tudo, presidente, não significa que essas alterações mudaram substantivamente essas maldades que o governo do Estado está fazendo. Vamos continuar lutando na rua, nas comunidades tradicionais, nos acampamentos dos trabalhadores rurais, nas quebradas, na favela para dizer que nós não aceitamos mais nenhuma forma de ameaça sobre a nossa vida. Eu acho que é preciso encerrar com firmeza... Este é um governo de necropolítica que alimenta a morte o tempo todo. E essa reforma demonstra essa deformação da Previdência, que não trouxe nenhum benefício aos servidores públicos. É a prova disso. Por isso reafirmo o meu voto "não" tanto às mudanças na Constituição quanto à regulamentação da Previdência pelo PLC. Essas são as minhas palavras, presidente.

O deputado Fernando Pacheco – Boa tarde, presidente Agostinho Patrus; boa tarde a todos os deputados e deputadas. Eu queria dizer para todos os mineiros e para todas as mineiras que eu votei contra o projeto da PEC nº 55 e do PLC nº 46 por entender, sendo eu servidor público, que o servidor público foi punido porque restringiram-se direitos ganhos. E ele já vem sofrendo ao longo de anos e de outros mandatos, inclusive com a não correção até das defasagens salariais. Aí vem um projeto que ainda imputa redução nos seus vencimentos, aumentos de encargos e perdas qualitativas da Previdência no que tange ao tempo para se aposentar, no que tange aos inativos terem que contribuir acima de determinado valor e também de não poder continuar com o salário da ativa e tantas situações nocivas à carreira do servidor público. Esses aumentos de encargos provocam perdas substanciais às principais classe de servidores, que compreendem professores, profissionais da saúde, auxiliares de escritórios administrativos; e também perdas de direitos conquistados a duras penas em longínquos anos de muita luta no serviço público. É como se mudasse a regra do jogo com o jogo em pleno movimento, sem aviso prévio, sem planejamento. Presidente, na minha opinião, nessa reforma da Previdência, existiu a desvalorização dos servidores públicos. Existiu também um desrespeito, não se criando diálogo com eles, com as classes antes de o projeto chegar à Casa. Salvo guarda, tem melhorado e muito o problema que chegou até a esta Casa, de dimensões absurdas, tornando-se ele menos lesivo, mas, ainda assim, punindo o servidor. E também ele promove uma desqualificação de fatores que promovem a eficiência no serviço público. É como se dentro de uma empresa o nosso salário fosse rebaixado. Que motivação teríamos para encarar o serviço com maior e melhor ânimo? Isso vai acontecer aos mineiros servidores do Estado. Existiu, por fim, presidente, na minha modesta opinião, injustiça com o servidor público. Ele, por ser uma categoria ampla, foi o primeiro a ser punido. Outras reformas virão nesta Casa, e teremos que lidar com a tributação quando vier do governo federal. Teremos que ver privatizações, mas já começou no servidor o cálculo mais pesado, desproporcional, na minha opinião. Dessa forma e também por entender que o servidor público é a parte mais importante de uma gestão pública e não teve valorização – pelo contrário, está havendo uma desvalorização –, eu votei contra essa reforma. E sempre estarei, presidente, ao lado do servidor público. Não há gestão pública eficiente sem o servidor público ao lado do gestor e com o devido valor. Muito obrigado.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputadas, colegas deputados. Boa tarde, servidoras e servidores do Estado de Minas Gerais. Boa tarde, toda a população que nos acompanha no dia de hoje. Eu faço uso deste

momento, presidente, para declarar o meu voto, que foi um voto contrário à reforma da Previdência apresentada pelo governo do Estado de Minas Gerais, porque essa reforma retira direito dos servidores, dos trabalhadores do Estado, culpabiliza os servidores e servidoras pelo déficit do Estado e não garante o seu equilíbrio. O trabalho foi árduo, foi intenso, foi tumultuado e muito complexo; complexo principalmente, presidente, por ter acontecido neste momento da pandemia do coronavírus, da Covid-19, em que a nossa principal preocupação deveria ser a garantia plena da vida da nossa população. E, para garantir a vida plena da nossa população, era necessário e indispensável o isolamento social e o distanciamento social. E foi também por conta do isolamento social que a sociedade mineira se sente limitada e à margem das discussões desta pauta tão importante. Muitos foram impedidos de estarem aqui ou assumiram o risco de morte se expondo, como estamos vendo aqui, nas diversas manifestações presenciais que aconteceram. O resultado do processo é uma reforma que segue modificada para sanção do governador, com danos diminuídos para os servidores e servidoras, mas que ainda assim tem bastante prejuízo para aqueles que fazem o Estado acontecer. O processo legislativo não é um processo trivial de ser compreendido, especialmente por aqueles que não conseguem acompanhar à luz do Regimento Interno. E foi justamente o acompanhamento e a execução rigorosa do Regimento Interno e o espírito aguerrido nosso – eu quero destacar aqui –, do Bloco Democracia e Luta, que permitiu a diminuição dos impactos sobre a vida do servidor. Embora tenhamos apresentado emendas, tenhamos assinado as emendas de colegas deputados e tenhamos buscado corrigir os artigos dos textos, considerando as contribuições que chegaram dos servidores através dos e-mails, das redes sociais, dos contatos telefônicos, da escuta aos sindicatos, dos inúmeros diálogos estabelecidos com a Mesa diretora e também com o relator, no caso do PLC, o deputado Cássio Soares, o texto não permite comemoração, mas, sim, um lamento de ver Minas Gerais assumir um rumo que destoia da busca por justiça social. Taxar o servidor confiscando os seus salários, penalizar os aposentados, ampliar a desigualdade para as mulheres, reduzir o direito à pensão por morte são propostas que muito distanciam da busca por justiça social. Eu vou continuar firme, fiel e comprometida com o papel fiscalizador que me foi confiado pelo povo mineiro e vou cobrar as tais melhorias e ofertas amplas das políticas públicas na mesma velocidade em que se oprime o servidor. O governo do Novo tem uma proposta de redução do Estado, proposta de estado mínimo, que retira direitos da população e dos servidores, e tem como propósito a privatização dos bens dos patrimônios dos mineiros e penaliza os mais vulneráveis. E tem também, gente, pouco zelo pelos recursos do Estado, como nós vimos na vergonhosa administração do hospital de campanha aqui, em Belo Horizonte, e também na flexibilização da Lei kandir, abrindo mão de cerca de mais de R\$126.000.000,00 dos cofres do Estado de Minas Gerais para uma negociação de migalhas com o governo federal. Esses recursos, sim, presidente e toda população de Minas Gerais, poderiam ajudar a sanar o déficit do Estado. E, para encerrar, presidente, quero saudar aqui as servidoras e servidores do Estado de Minas Gerais com os quais eu tive contato ao longo desta tramitação: professoras e professores; enfermeiros e enfermeiras; assistentes sociais; servidores administrativos do Estado; servidores da segurança pública; do IMA, da Funed, da Fhemig; farmacêuticos e farmacêuticas; servidores e servidoras da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do TJ e dos demais poderes; servidores do Ipsemg; servidores da saúde; todos os servidores que fazem o Estado funcionar; todos os mineiros e mineiras, sendo servidores ou não, porque os impactos recaíram sobre todos. Muito obrigada, presidente. Obrigada, colegas deputados. Teremos ainda muitos desafios pela frente e temos que seguir na nossa política, buscando o desenvolvimento de Minas Gerais, mas garantindo, sobretudo, a justiça social. Muito obrigada.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

O presidente – Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020, do governador do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer à votação pelo processo nominal e remoto por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Arlen Santiago – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo –

Doorgal Andrada – Duarte Bechir – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Laura Serrano – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Betão – Cleitinho Azevedo – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fernando Pacheco – João Leite – Leninha – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton.

O presidente – Votaram “sim” 36 deputados; votaram “não” 16 deputados; totalizando 52 votos. Está aprovado o parecer.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 46/2020, do governador do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal e remoto por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Betão – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fernando Pacheco – João Leite – Leninha – Marília Campos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton.

O presidente – Votaram “sim” 39 deputados. Votaram “não” 16 deputados. Está aprovado o parecer.

Declarações de Voto

A deputada Marília Campos – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e toda a população que nos acompanha pela TV Assembleia. Foi um debate muito importante o que a Assembleia fez nos últimos 60 dias, discutindo não apenas o interesse dos servidores e das servidoras públicas, como também o interesse da população de Minas Gerais, porque, quando tratamos de servidores públicos, nós estamos tratando de serviço público. É nesse sentido que eu quero, então, em primeiro lugar, esclarecer o meu posicionamento. Eu votei contra a proposta de reforma da Previdência que se materializou na Proposta de Emenda à Constituição nº 55 e no PLC nº 046. Por que eu votei contra esse projeto de reforma? Em primeiro lugar, porque essa discussão da reforma da Previdência, que já aconteceu em vários estados e que já foi aprovada também pela Câmara dos Deputados e pelo Congresso Nacional, no Congresso Nacional apenas foi aprovado para servidores da União e também para trabalhadores de uma forma geral... Acontece que a proposta de reforma da Previdência que seria validada para municípios e para os estados ainda se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados e também no Senado Federal. Então, por essa razão, na minha opinião, o fato de os estados, em particular o nosso estado, terem votado antes da aprovação da emenda constitucional, que vale para estados e municípios, foi inconveniente. Então, por essa razão, eu votei contra. Segundo, eu voto contra porque, quando a gente trata de uma temática tão importante como Previdência, como equilíbrio, como direitos, é importante que a gente envolva os servidores e as servidoras públicas, que a gente envolva a população. Como eu disse, nós estamos aqui discutindo interesse dos servidores e também o interesse da

população, porque tratamos de serviço público. E a forma como fizemos o debate, com a participação remota não apenas dos deputados e das deputadas como também da população, prejudicou o debate, impediu a participação popular, dificultou as contribuições e obviamente também a pressão popular que a população e os servidores poderiam fazer no sentido de sensibilizar os parlamentares a votar contrários a essa reforma da Previdência. Em terceiro lugar, a diretriz com que foi proposta esta reforma da Previdência. O governo Zema, quando envia essa proposta, envia-a para fazer o ajuste fiscal, não para recuperar o equilíbrio. Segundo ele, cortando direitos dos servidores e das servidoras, é possível acabar com o déficit da Previdência. Primeiro, seria injusto cortar direitos dos servidores para acabar com o déficit da Previdência e, segundo, mesmo acabando com ou diminuindo direitos dos servidores, não vai se corrigir o déficit da Previdência e não vai se promover o equilíbrio tão pretendido pelo governo Zema. Nós sabemos que equilíbrio fiscal vem com o crescimento da economia. Nós sabemos que o déficit previdenciário se corrige através de concurso público, através de novas contribuições de servidores públicos. Então, em vez de diminuir o tamanho do Estado, nós temos é que aumentar, aumentar com políticas públicas, aumentar com servidores públicos, porque é disso que a população carece. Ela carece de políticas públicas de saúde, de educação, de assistência social, para que a gente combata a desigualdade social. Agora, nós não podemos também ter uma posição assim: "Olha, porque votamos em oposição ao projeto, nós nos calamus". Não, o Bloco Democracia e Luta... Aproveito para cumprimentar o deputado líder André Quintão, a deputada Beatriz Cerqueira, que faz parte da Comissão da Administração, o deputado Ulysses, que é vice-líder, o deputado Celinho Sinttrocel, que é presidente da Comissão de Trabalho, e também a deputada Ana Paula, que tanto agiu bem na Comissão e Constituição e Justiça. Nós tivemos um papel fundamental não só na obstrução, não só no sentido de garantir mais prazo – se a gente tivesse tempo de fazer mobilização com os trabalhadores e trabalhadoras – mas também apresentando propostas para diminuir esse retrocesso que nós estamos assistindo aqui em relação aos direitos dos servidores e das servidoras. Esses deputados me representaram nessa luta, no sentido de realizar a conquista possível. Eu não saio deste debate derrotada, mas acredito, Sr. Presidente, para concluir, que nós tivemos uma conquista possível porque nós conseguimos eliminar a contribuição extraordinária, conseguimos modificar o cálculo da aposentadoria, e, nesse sentido, garantir que as melhores contribuições fossem base para o cálculo da aposentadoria. Nós conseguimos também garantir que a contribuição para pensionistas e aposentados fosse acima de três salários mínimos. E também reduzimos o percentual de pedágio, que era de 100% para 50%. Então, foi a conquista possível. E certamente o Bloco Democracia e Luta, que é o de que eu faço parte, deu uma contribuição muito importante para a gente realizar essa conquista. Um abraço a todos e a todas. Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos, pois, mesmo de forma remota, continuamos ativos em Minas Gerais. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado, deputada Marília Campos. Agradecemos também a importante contribuição de V. Exa., pelo vasto conhecimento na questão previdenciária que, sem dúvida, foi fundamental nessas discussões. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde aos colegas deputados, aos servidores, e a toda a população de Minas Gerais que acompanha este momento histórico de votação na Assembleia. Sr. Presidente, eu tenho atrás de mim um quadro pintado pelo meu sogro, que era plástico, era apaixonado por política e, tenho certeza de que, se estivesse vivo, teria muito orgulho do que a gente fez aqui hoje, porque a gente fez a boa política, uma política capaz de resistir a pressões de grupos de interesses especializados, de interesses concentrados e de tomar a decisão que é melhor para toda a coletividade. A reforma da Previdência é certamente um projeto bom para toda Minas Gerais. É um projeto que traz, em primeiro lugar, Sr. Presidente, justiça para a maneira como os diferentes trabalhadores do Estado têm suas regras de aposentadoria. Os trabalhadores em geral, em Minas Gerais, já tinham regra de aposentadoria com idade mínima, tempo de contribuição, teto modificados pela reforma da Previdência feita no ano passado em Brasília, mas os servidores do Estado tinham regras diferentes, regras mais benéficas e era importante trazer justiça com regras mais parecidas para todos, porque todos nós, mineiros, devemos ter um tratamento igual perante a lei. A reforma faz isso. A reforma também traz uma justiça para o cidadão mineiro que paga seus impostos e deseja ver retorno disso que ele contribui, na forma de serviço de educação, de saúde e de segurança, que beneficie a todos. Mas o desequilíbrio, o déficit da

Previdência era tão grande que consumia um 1/3 de todos os impostos que os cidadãos pagavam, frustrando essa expectativa de um retorno melhor de serviço para a população. A reforma da Previdência vai ajudar a reduzir o déficit; vai possibilitar que a gente possa colocar salário dos servidores em dia e principalmente melhores serviços para a população do Estado de Minas Gerais, que tanto depende e tanto precisa de saúde, segurança e educação de qualidade. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o meu sogro estaria também muito orgulhoso da maneira como foi conduzida a reforma, pela boa política feita por V. Exa. Foi uma reforma conduzida com muito diálogo, mesmo em meio à pandemia, mesmo com todas as dificuldades que este momento único apresenta para a gente e que foi, disparado em todo o Brasil, o Estado onde houve o maior diálogo. Aqui, a reforma tramitou durante dois meses quase que de forma exclusiva dentro da Assembleia, num único projeto, concentrando toda a atenção dos parlamentares. Foi aberta a possibilidade de participação dos servidores e de todos os sindicatos que se interessaram, através de um seminário com mais de 17 horas de contribuições, discussões, e que resultou, ao final, em modificações no texto do projeto, que é diferente daquilo que foi apresentado e que envolve essas diferentes visões vindas do debate. Parabênico, portanto, V. Exa. por ter-nos conduzido por esse caminho que foi muito diferente do da Bahia, no qual o projeto foi aprovado em menos de duas semanas, ou mesmo do Maranhão, que também aprovou em tempo recorde. Os dois com o Plenário fechado, os dois, vejam só, governados por partidos da oposição que tanto reclamaram da falta de diálogo na nossa tramitação que durou mais de dois meses. Parabênico, além de V. Exa., também os líderes que conduziram essa reforma e esse diálogo de maneira muito republicana e muito sóbria. Parabênico todos os colegas deputados que tiveram a coragem de fazer, a despeito de todas as pressões, aquilo que era o melhor para Minas. Gostaria de parabenizar, em especial, Sr. Presidente, uma pessoa cujo nome não vai aparecer no painel de votação mas que foi decisivo para que a gente tivesse muitos desses votos “sim” que hoje levam Minas para essa conquista histórica. Falo aqui do secretário de Governo, Igor Eto, que assumiu o seu trabalho, em meio a grande desconfiança, seja pela sua idade, pela falta de um histórico político ou mesmo pela maneira como o Novo começou a tomar um pouco mais parte da articulação política do governo. Ele demonstrou, com muita maturidade, com muito diálogo, uma capacidade grande de conversar com cada parlamentar e de entender suas dificuldades em relação ao texto da Previdência, buscando os ajustes e principalmente buscando deixar cada um confortável de que isso era o melhor para Minas para que a gente tivesse essa votação histórica no dia de hoje. Minas Gerais tem muito a comemorar. Eu tenho muito orgulho do meu voto, tenho orgulho de ter colaborado para que esses resultados fossem atingidos. O nosso futuro, daqui para diante, vai ser muito melhor que o que a gente tinha diante de nós, no início deste governo, com um rombo gigantesco, com as regras desiguais. Agora Minas Gerais tem condição de fazer justiça para sua população, com melhores serviços, e retomar o caminho do desenvolvimento. Parabênico a todos. Agradeço àqueles que colocaram o seu nome à disposição do nosso estado neste momento tão importante, que tiveram coragem de fazer a boa política, a política que se lembra da maioria silenciosa do cidadão comum, sem sindicato, sem lobby, que sempre é lembrado só na hora de pagar a conta. Ele hoje foi o grande vencedor e o foco da atenção, do prestígio e da defesa de 52 deputados comprometidos com o futuro de Minas Gerais. Sr. Presidente, obrigado. Parabéns pela condução dos trabalhos. Parabéns a todos os colegas nessa importante votação.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, todos os colegas parlamentares. Hoje Minas Gerais dá um passo importante na direção de um poder público cada vez mais focado nas prioridades do cidadão, olhando todas as prioridades da população, sem se esquecer de nenhuma das pessoas que fazem parte desta população mineira, que é tão importante, incluindo aí os nossos servidores públicos estaduais. Hoje, neste Plenário, nós aprovamos, em 2º turno, ou seja, aprovamos definitivamente as duas proposições que compõem a reforma da Previdência estadual, a PEC nº 55 e o PLC 46. Essa aprovação é uma aprovação histórica porque significa uma atitude responsável voltada para toda a população mineira, para os servidores públicos, e o comprometimento dos parlamentares, o cuidado de cada um dos colegas parlamentares desta Assembleia em trazer todas as observações, todas as sugestões, todos os anseios da população mineira no que tange a essa reforma da Previdência, tão importante e, como eu sempre digo, inevitável. É uma reforma que se impõe pela realidade demográfica que a gente vive hoje, pelo aumento da expectativa de vida da população, o que é também uma grande vitória, porque significa que a gente tem tido cada vez mais melhores serviços de saúde,

podendo aumentar também a expectativa de vida das pessoas, e isso se reflete no quadro de funcionários públicos, quadro do qual eu faço parte, com muito orgulho, como servidora pública estadual concursada do Estado de Minas Gerais. É com muita satisfação e com muita serenidade que eu vejo a aprovação desta reforma hoje pelo Parlamento estadual, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Houve aprimoramentos, houve mudanças importantes no texto original apresentado pelo governo do Estado. Eu, mais uma vez, corroboro-o aqui, com serenidade, com tranquilidade e com satisfação, por saber que aprovamos hoje o melhor texto possível da reforma da Previdência estadual, o melhor texto possível para Minas, o melhor texto possível para a população mineira, o melhor texto possível para os nossos servidores públicos estaduais, que merecem todo o nosso respeito, dado que são servidores públicos que levam a política pública, os serviços essenciais para a população, na ponta. Mais uma vez, agradeço aqui todo o empenho, todo o trabalho dedicado de cada um dos parlamentares desta Casa, que trouxeram contribuições importantes para que a gente tivesse hoje este momento histórico para Minas: a aprovação da nossa reforma da Previdência estadual, a aprovação definitiva. É com muita satisfação que eu digo hoje que este é um passo importante para que a gente possa ter mais recursos para a educação, para a saúde, para a segurança; mais recursos para investir nessas políticas públicas que são prioridades e tão importantes para os mineiros. A sustentabilidade previdenciária é fundamental; como eu disse, é uma realidade que se impõe pela situação demográfica que a gente vive hoje. O equilíbrio das contas públicas, é sempre importante lembrar, não é um fim em si mesmo; o ajuste fiscal não é um fim em si mesmo. O equilíbrio das contas públicas, a sustentabilidade da previdência são necessários para que a gente possa continuar a ter recursos para investir em educação básica, em saúde, em atenção primária, em segurança pública. Mais uma vez, meus agradecimentos a esta Casa, meus agradecimentos à presidência, à Mesa diretora, aos líderes, ao líder de governo, ao líder do nosso bloco governista, aos relatores e, mais uma vez, a todos os parlamentares que desempenharam seu papel de forma muito responsável, muito séria e que puderam contribuir com aprimoramentos importantes para que a gente tivesse o melhor texto possível da reforma da Previdência aprovado hoje. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até às 13h59min.

Declarações de Voto

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, colegas deputados e deputadas. Boa tarde ao povo mineiro, a cada servidor público, a cada servidora pública deste Estado de Minas Gerais. Estou falando agora, mais uma vez, diretamente do hospital onde me encontro, com a minha esposa, em recuperação. Acabei, por sinal, de receber aqui o médico, um servidor público. Estou, neste momento, também acompanhando a reportagem na televisão, vendo os manifestantes, vendo os servidores em frente da Assembleia. Primeiro, quero parabenizar o trabalho desta Casa, que, com muita responsabilidade, fez de tudo para preservar a saúde dos seus servidores, dos parlamentares, no trabalho remoto. Sr. Presidente, em cada momento: como parlamentar, como médico atuando no enfrentamento à pandemia e, agora, como paciente, eu participei de todas as reuniões, de todas as reuniões. Eu me inteirei de todos os assuntos, de maneira remota. A nossa bancada, o nosso bloco foi atento. Apresentamos, em conjunto, várias emendas, várias emendas. E não quero, de maneira nenhuma, deixar o meu DNA nessa reforma. Este país vem sofrendo, ao longo de alguns anos, algumas reformas que dizem melhorar a vida do povo e nada têm feito. Eu sou filho de uma servidora pública aposentada. Eu sei, eu tenho certeza de que a minha mãe, servidora pública, e de que nenhum ou nenhuma servidora pública deste estado é culpado pelo rombo. Temos pessoas ganhando altos salários, enquanto nós temos muitos ganhando pouco. A justiça vai ser feita neste estado e neste país no dia em que a diferença entre os ricos e os pobres diminuir. Então, Sr. Presidente, eu quero aqui, mais uma vez, declarar o meu voto contrário a essa reforma da Previdência e deixar, mais uma vez, a minha fala aos servidores públicos, principalmente àqueles que ganham menos: vocês não são e nunca foram culpados pela questão financeira deste estado, pelo rombo nas contas deste estado, muito pelo contrário. Eu hoje quero falar em nome também dos profissionais de saúde, de cada um deles, da recepção do hospital à enfermagem, aos médicos: é por vocês também, que estão agora enfrentando esta pandemia,

que eu mais uma vez digo o meu voto "não" a essa reforma da Previdência. Muito obrigado, Sr. Presidente. Um abraço a todos e todas, um abraço afetuoso em cada servidor, em cada servidora da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O presidente – Muito Obrigado, deputado Doutor Jean Freire, que está falando ao vivo do hospital. Desejamos pronta recuperação a V. Exa. e também à senhora sua esposa. Essa é uma doença que tem afetado tanto o nosso país, que tem trazido tantas pessoas a óbito. Ficamos felizes aqui de ver que V. Exa. está se recuperando. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, eu só gostaria de, mais uma vez, parabenizar V. Exa., parabenizar toda a Casa. Eu acho que, num futuro bem próximo, nós vamos mostrar que nós não erramos. Não houve vencedores nem vencidos. Repito, mais uma vez, tenho certeza absoluta, por estudar e ver as reformas dos outros Estados, de que a nossa reforma da Previdência, em Minas Gerais, foi a que mais atendeu os funcionários. É com tranquilidade que a gente fala isso. V. Exa. brilhou na conduta. Acho que a Casa mostrou que tem maturidade. Nós tivemos um debate muito forte. Apesar de alguns companheiros falarem: "Não, mas faltou o pessoal aqui dentro da Casa, a plateia cheia, pressionando.", acho que não ia mudar em nada uma pressão popular. Em todas as conversas, nós não tivemos interferências como: "Ah, por favor, galeria se controle, por favor" – essa manifestação popular de quando a galeria está cheia. É a primeira vez. Eu tenho 27 anos dentro desta Casa. Estou no meu sétimo mandato, sendo nove consecutivos, com dois de vereador. Vejo que nós tivemos uma oportunidade, cada um dos Srs. deputados e das Sras. deputadas, de colocar as suas ideias, de colocar, sem dúvida nenhuma, a sua ideia sem interferência desse ou daquele. Quando se iniciaram as discussões, trouxemos e mostramos o que estava acontecendo em todo o Brasil. Tivemos esse início. Agora, finalmente, vamos poder cobrar salário em dia do funcionalismo. "A reforma não vai passar, o Estado vai parar." Se não parar, então tudo que ia ser jogado em cima da Assembleia Legislativa, nós vamos ter oportunidade de cobrar do governo. Nós fizemos a nossa parte. O funcionalismo público está fazendo a sua parte. Agora cabe ao nosso governador, ao governo Zema participar aqui para que nós possamos ter o melhor Estado para se viver, para se investir, para construir e criar nossas famílias. Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo, mais uma vez, o deputado Cássio, o deputado João, todos os líderes, o pessoal do Partido dos Trabalhadores, o André, O Ulysses, aqueles que lideraram uma posição e que a mostraram, acima de tudo, com diálogo, com ideias. Foram discutidas ideias neste projeto, Sr. Presidente, isso sem a interferência de moedas, sem a interferência de coisas jogadas pela galeria, sem a interferência de ter de se pedir que a galeria parasse de se manifestar. Nós tivemos manifestações na rede social. Acho o seguinte: esta pandemia mostrou que alguma coisa está mudando. Muita coisa vai mudar no futuro, e nós mostramos que a Assembleia de Minas continua dando exemplo de trabalho para toda a população mineira. Muito obrigado.

O deputado Coronel Henrique – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço novamente a palavra para ter oportunidade de declarar meu voto, em um momento simbólico, como último orador inscrito. Eu já comentei com V. Exa. que talvez tenhamos aí esse marco simbólico da data de 4 de setembro, antecipando – muito próximo – o nosso dia 7 de Setembro. Também gostaria, Sr. Presidente, ouvindo declarações de deputados e deputadas durante todo esse processo, de dizer a V. Exa. que, juntamente com a presidência da Assembleia, com toda a sua Mesa diretora e com todos os seus líderes, eu tenho muito orgulho de o meu DNA estar nesta decisão do povo mineiro, estar na decisão democrática dos 77 representantes do povo mineiro. É um orgulho pertencer a esta Casa Legislativa e poder atuar, de maneira firme, de maneira corajosa, neste momento em que o Brasil tanto precisa de nós. Falando de Brasil, Sr. Presidente, no último dia 25, comemoramos o Dia do Soldado, o dia do nascimento do nosso maior soldado, Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o nosso Duque de Caxias. Duque de Caxias, além do nosso maior soldado, foi também presidente de conselho de ministros, deputado e senador do Império. Numa frase de Duque de Caxias, Sr. Presidente, gostaria de contextualizar talvez toda a nossa atitude neste momento de tamanha responsabilidade e de decisão tomada na Assembleia no dia de hoje. Duque de Caxias certa vez disse, abre aspas: "Minha espada não tem partidos". Complemento Duque de Caxias: neste momento, todos nós demonstramos que o nosso partido é Minas Gerais, que o nosso partido é o Brasil. Ciente dessa responsabilidade, mais uma vez parabenizo cada um. Parabenizo os líderes. Parabenizo o líder de governo, deputado Raul Belém, que, com tanta habilidade, iniciou sua trajetória nessa

nobre função. Repito toda a minha satisfação de ter hoje, na liderança da Secretaria de Governo, o secretário Igor Eto, que é um sonhador por Minas Gerais e que, com a sua juventude e o seu potencial, tem demonstrado que a Assembleia Legislativa de Minas cada vez pode estar mais próxima do equilíbrio com o nosso Poder Executivo. Com isso, quem tem a ganhar é o povo mineiro. Eu tenho certeza de que a história mostrará que o DNA da democracia esteve presente no dia de hoje – o DNA de uma Minas Gerais que tem na sua bandeira o lema da liberdade. Com liberdade, com discernimento e com democracia, V. Exa. conduziu esse processo para que cada um de nós pudesse ter serenidade, mas principalmente vocação e amor pelo Brasil para dizer "sim", para dizer "sim" a esse futuro de que o Brasil tanto precisa, honrando o nosso Dia 7 de Setembro, o dia da nossa independência. Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a todos. Tenham todos uma boa tarde.

O presidente – Muito obrigado, deputado Coronel Henrique. Encerradas as solicitações de declaração de voto dos deputados, a presidência, antes de finalizar a presente reunião, agradece aos deputados que, por cerca de 90 dias, se dedicaram a essa discussão e a tratar um tema tão difícil, tão complexo para os destinos do nosso estado. Agradeço também, de forma muito especial, à assessoria da Assembleia, aos consultores, a todos aqueles que trabalharam dia e noite para que os procedimentos, para que os relatórios, para que as informações chegassem a tempo e a hora a cada um dos parlamentares, para que eles pudessem, com tranquilidade, tomar a sua decisão, votando favoravelmente ou votando contrário a cada um desses projetos que hoje foram definitivamente aqui aprovados pela Assembleia Legislativa. Agradecemos também aos inúmeros sindicatos que participaram conosco da nossa sessão de discussão. Durante uma semana, cerca de 40 representantes sindicais foram ouvidos pela Assembleia, foram ouvidos pelas comissões que tratam desse assunto e que trataram desse assunto – também fizeram, por escrito, as suas sugestões. Tenho certeza de que o projeto que aqui entrou foi muito melhorado e aperfeiçoado por esta Casa Legislativa graças à atuação dos parlamentares, dos servidores e de seus representantes, que aqui estiveram e trouxeram sugestões, trouxeram críticas e nos ajudaram a aperfeiçoar esses dois projetos.

E assim, trabalhando em conjunto – os diversos deputados –, conseguimos chegar, na data de hoje, a um projeto de lei complementar e a uma proposta de emenda à Constituição infinitamente superiores àqueles que chegaram a esta Casa. É isso que demonstra a força e a atuação do Parlamento mineiro. Com a sua diversidade, com as suas diferentes formas de pensar, os parlamentares vêm para cá, de forma tranquila, de forma amena, transigir nas suas posições, ser firmes naquilo que entendem e, acima de tudo, conversar, trocar informações para o aperfeiçoamento do projeto e para que Minas Gerais tenha, através das legislações que são aprovadas nesta Casa, dias melhores, mais justos, pensando, acima de tudo, naqueles mais carentes e que mais precisam da atuação estatal.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvoando as extraordinárias de logo mais, às 14 e às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 8, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/9/2020

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)****(Regimental)****3ª Fase**

Pareceres de redação final.

**COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÕES**

– O presidente despachou, em 8/9/2020, as seguintes comunicações:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Paulo do Amaral Costa, ocorrido em 7/9/2020, em Esmeraldas. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Orlando Prates Macedo, ocorrido em 23/8/2020, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/9/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Rogério Silveira e Sá, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Mário Antônio Cavam Filho, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Rogério Silveira e Sá, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Victoria Gabriella Silva Souza, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo.